



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ELIELSON BRUNO FREITAS DA SILVA**

**CERIMÔNIAS RÉGIAS, PROPAGANDA E DIPLOMACIA EM PORTUGAL E  
CASTELA NO SÉCULO XV: “E OS REIS ORDENARAM QUE OS DELEGADOS  
ESTRANGEIROS FOSSEM OS PRIMEIROS NO ESTRADO PARA VER O DESFILE  
DOS MONARCAS EM MAJESTADE”**

**SANTARÉM-PA**

**2024**

**ELIELSON BRUNO FREITAS DA SILVA**

**CERIMÔNIAS RÉGIAS, PROPAGANDA E DIPLOMACIA EM PORTUGAL E  
CASTELA NO SÉCULO XV: “E OS REIS ORDENARAM QUE OS DELEGADOS  
ESTRANGEIROS FOSSEM OS PRIMEIROS NO ESTRADO PARA VER O DESFILE  
DOS MONARCAS EM MAJESTADE”**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura plena em História, para a obtenção do grau de Licenciado em História; Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Ciências da Educação.  
Orientador: Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima.

**SANTARÉM-PA**

**2024**

**ELIELSON BRUNO FREITAS DA SILVA**

**CERIMÔNIAS RÉGIAS, PROPAGANDA E DIPLOMACIA EM PORTUGAL E  
CASTELA NO SÉCULO XV: “E OS REIS ORDENARAM QUE OS DELEGADOS  
ESTRANGEIROS FOSSEM OS PRIMEIROS NO ESTRADO PARA VER O DESFILE  
DOS MONARCAS EM MAJESTADE”**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura plena em História, para a obtenção do grau de Licenciado em História; Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Ciências da Educação.  
Orientador: Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima.

Conceito:

Data de aprovação: 21/10/2024.

---

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima – Orientador  
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

---

Profª. Dra. Vânia Leite Fróes – Examinadora  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis – Examinador  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

---

Profª. Dra. Isabel Teresa Creão Augusto – Examinadora  
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

**SANTARÉM-PA**

**2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, na cidade de Santarém, do Estado do Pará, na modalidade híbrida, presencialmente, na sala H202, da Unidade Rondon, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Campus Santarém, e virtualmente, em sala na plataforma de conferência virtual Google Meet, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Elielson Bruno Freitas da Silva, matrícula 2019000439, intitulado ""Y los reyes habían ordenado que los delegados extranjeros fueron los primeros en el estrado para ver a los monarcas desfilar en majestad": cerimônias régias, propaganda e diplomacia em Portugal e Castela no século XV", sob orientação do(a) Prof.(a) Dr. Douglas Mota Xavier de Lima, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A banca examinadora foi composta pelo(a) presidente, o docente orientador(a) citado(a), e pelos(as) seguintes membros docentes: Prof.(a) Dr.a Vânia Leite Fróes, Universidade Federal Fluminense, Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis, da Universidade Estadual de Maringá, e Prof.a Dr.a. Isabel Teresa Creão Augusto, da Universidade Federal do Oeste do Pará. Após a defesa e análise do TCC, considerando a qualidade deste trabalho, a banca deferiu pela (X) aprovação/( ) reprovação do TCC, atribuindo ao mesmo a nota 10.0. Fica acordado que a referida nota está condicionada à entrega da versão final do trabalho, no prazo máximo de 15 dias, a partir desta data, e o mesmo deverá contemplar as observações da banca examinadora. Proclamados os resultados pelo(a) presidente da banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu Douglas Mota Xavier de Lima, lavrei a presente ata, que será assinada pelo autor e membros da banca examinadora.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ELIELSON BRUNO FREITAS DA SILVA  
Data: 27/11/2024 22:17:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Autor: .....

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA  
Data: 28/11/2024 14:06:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador(a): .....

Examinador(**gov.br**)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JAIME ESTEVÃO DOS REIS  
Data: 31/10/2024 14:05:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ISABEL TERESA CREAO AUGUSTO  
Data: 27/11/2024 14:47:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a): .....

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, que possibilitou a realização do meu sonho de cursar a graduação em História e me tornar professor, ao financiar meu deslocamento para Santarém e meus primeiros móveis em um novo endereço; à minha esposa, que leu esta monografia tantas vezes que já não pode contar usando os dedos das mãos. A todo o quadro de profissionais da UFOPA, cujo trabalho torna a rotina estudantil possível, e, em especial, ao quadro docente do curso de História.

Não posso deixar de destacar, obviamente, meu orientador, Douglas Lima, que, antes de assumir essa posição oficialmente, já a cumpria extraoficialmente com sua postura sempre solícita, lendo meus ensaios e me incentivando a continuar. Aos meus colegas da turma de 2019: Lucas das Neves, companheiro nas jornadas de estágio, e José Luiz, cuja amizade se formou ainda no primeiro semestre.

Cito também meus companheiros do LEGATIO: Gustavo Magave Dias, egresso do curso de História, que sempre contribuiu em nossas reuniões; Welber Martins, companheiro durante dois anos nos planos de trabalho sobre relatos de embaixadas; e Amanda Ribeiro, medievalista de temática correlata, que contribuiu com o envio de obras que enriqueceram o presente trabalho.

## EPÍGRAFE

*Toda sociedade é simbólica na medida em que ela utiliza práticas simbólicas e na medida em que seu estudo pode provir de uma interpretação de tipo simbólica. Mas isso se aplica ainda mais à sociedade medieval, já que esta reforçou a simbologia inerente a toda sociedade pela aplicação de um sistema ideológico de interpretação simbólica para a maioria de suas atividades.*

*Jacques Le Goff*

## RESUMO

A presente monografia tem por objetivo discutir o papel e os usos das cerimônias da realeza na Baixa Idade Média, momento em que esses rituais da monarquia ganharam progressiva importância nas manifestações políticas e de poder. Para isso, utilizou-se de dois relatos de embaixadas, escritos possivelmente por dois oficiais heráldicos: o Rei de Armas Flandres, da Borgonha, e o Rei de Armas Richmond, da Inglaterra. Estes narram, respectivamente, as cerimônias portuguesas de 1429, realizadas para celebrar e tornar público o enlace de D. Isabel, filha do fundador da Dinastia de Avis, D. João I, com o duque da Borgonha, Filipe, o Bom, e as cerimônias promovidas por Castela, em 1489, para homenagear a embaixada inglesa enviada por Henrique VII. Dessa forma, compreende-se que as cerimônias da realeza nos fins do medievo se inseriam em um plano consciente e articulado da burocracia monárquica para projetar e exaltar a figura do monarca e da dinastia reinante, por meio de uma propaganda não verbal. Assim, o trabalho centrou-se no binômio propaganda e cerimônias da realeza.

**Palavras-chave:** Propaganda. Cerimônias. Realeza. Castela. Portugal.

## ABSTRACT

The present monograph aims to discuss the role and uses of royal ceremonies in the Late Middle Ages, a period in which these monarchical rituals progressively gained importance in political and power-related manifestations. For this, two embassy accounts were used, possibly written by two heraldic officers: the King of Arms Flanders, from Burgundy, and the King of Arms Richmond, from England. These accounts narrate, respectively, the Portuguese ceremonies of 1429, held to celebrate and publicly announce the marriage of D. Isabel, daughter of the founder of the Avis Dynasty, D. João I, to the Duke of Burgundy, Philip the Good, and the ceremonies promoted by Castile in 1489 to honor the English embassy sent by Henry VII. Thus, it is understood that royal ceremonies at the end of the medieval period were part of a conscious and articulated plan by the monarchical bureaucracy to project and exalt the figure of the monarch and the reigning dynasty through non-verbal propaganda. Therefore, the work focused on the duality of propaganda and royal ceremonies.

**Keywords:** Propaganda. Ceremonies. Royalty. Castile. Portugal.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. CERIMÔNIAS DA REALEZA: CONCEITOS E CAMINHOS.....</b>	<b>17</b>
2.1. Cerimônias da Realeza.....	17
2.2. Cerimônias e rituais.....	19
2.3. Cerimônias da realeza e sacralidade régia.....	22
2.4 Cerimônias da Realeza e a gênese do Estado Moderno.....	27
2.5 Propaganda.....	30
<b>3. AS CERIMÔNIAS PORTUGUESAS PARA O ENLACE DA PRINCESA D. ISABEL DE AVIS (1429).....</b>	<b>35</b>
3.1. A Dinastia de Avis: da crise dinástica ao casamento de D. Isabel.....	38
3.2. As cerimônias do casamento de D. Isabel.....	42
<b>4. CELEBRAÇÕES E CERIMÔNIAS PARA A COMITIVA INGLESA DE HENRIQUE VII: O DIÁRIO DE ROGER MACHADO (1488-1489).....</b>	<b>51</b>
4.1. Contexto: da crise sucessória ao casamento.....	54
4.2. Discussão das cerimônias.....	60
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

Muito solenemente, os reis haviam dado ordem para que os embaixadores fossem conduzidos [a um lugar] próximo a eles e no mesmo estrado. E naquele lugar não havia outras (pessoas) além dos reis, o príncipe e a Infanta Dona Isabel, sua filha mais velha, e o cardeal de Castela. E os reis ordenaram que os delegados estrangeiros fossem os primeiros no palco para ver os monarcas desfilarem com majestade ao chegarem à arena. E, de fato, chegaram muito ricamente e suntuosamente (vestidos), e foi uma cena muito impressionante (MACHADO, 2003, p. 191)<sup>1</sup>

Ao descrever as celebrações ocorridas em Medinal del Campo, no reino de Castela, em março de 1489, o Rei de Armas Richmond, Roger Machado, ressalta a solenidade e o esmero do cerimonial conduzido pelos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão. O trecho que selecionamos como título deste trabalho, “e os reis ordenaram que os delegados estrangeiros fossem os primeiros no estrado para ver o desfile dos monarcas em majestade” demonstra ainda a intencionalidade dos monarcas no intuito de apresentar um desfile majestoso à comitiva diplomática inglesa, uma cerimônia que promovia uma imagem de poder, riqueza, honra, entre outros atributos que reforçavam a aura da monarquia castelhana.

Compreende-se que, ao final da Idade Média, o investimento na política cerimonial ganhou destaque e os rituais da monarquia se tornaram notadamente marcados pela pompa e ostentação, com eventos cada vez mais suntuosos e elaborados (MENDES, 2018). Esse esforço monárquico pode ser verificado nas fontes que narram os festejos de bodas, entradas régias, recepções de embaixadas, entre outros, como crônicas, diários e relatos de viagens. Também é possível observá-lo em obras que buscavam criar um ordenamento para esses grandes cerimoniais, como o *Livro Vermelho do senhor Rey D. Affonso V*, produzido na segunda metade do século XV em Portugal, ou em anotações acerca das precedências, como as deixadas por D. Duarte no *Livro dos Conselhos*, da primeira metade do Quatrocento (GOMES, 2003; LIMA, 2016). Esse investimento monárquico não é foi inconsciente, natural ou aleatório, mas fez parte de uma política calculada de propaganda, a qual buscava a manifestação do poder de forma explícita e articulada (NIETO SORIA, 1993).

---

<sup>1</sup> Trecho original: “Muy solemnemente los reyes habían dado orden de que se condujera a los embajadores [a un lugar] cerca de ellos y en el mismo escabel. Y en ese lugar no habían otras (personas) que los reyes, el príncipe y la Infanta doña Isabel, su hija mayor, y el cardenal de Castilla. Y los reyes habían ordenado que los delegados extranjeros fueron los primeros en el estrado para ver a los monarcas desfilan en majestade al llegar a la liza. Y en verdad llegaron muy rica y suntuosamente (vestidos), y fue escena muy vistosa.” (MACHADO, 2003, p. 191, tradução nossa). Optamos por incluir no corpo do texto os trechos traduzidos, indicando em nota as versões originais.

Assim, os cerimoniais da monarquia e seus usos para a manutenção da existência monárquica tornaram-se o cerne de investigação da presente pesquisa.

O foco principal deste estudo é o binômio cerimônias e propaganda política nos fins do medievo, particularmente no século XV, tendo como recorte espacial os reinos de Portugal e Castela. Trata-se de um estudo temático comparativo, pautado em dois relatos de embaixadas que tratam de negociações de casamento. A pesquisa está associada às discussões da História Política renovada e da chamada nova história da diplomacia, com o objetivo de discutir o papel dos cerimoniais da realeza e sua importância para a dinastia de Avis, em Portugal, e a dinastia Trastâmara, em Castela, marcadas por contextos turbulentos entre o final do século XIV e o século XV, contexto que envolveu guerras e crises que questionaram a legitimidade dos monarcas.

As inclinações pela Idade Média e pelos estudos medievais que originaram a presente investigação tiveram início durante as aulas sobre a Baixa Idade Média, na disciplina de História Medieval, no segundo semestre de 2019, ministradas pelo professor Douglas Lima, que se tornou o orientador do presente trabalho de conclusão de curso. Desde a primeira aula, o professor demonstrou tamanha afeição pela área que inspirou o início dessa jornada. As aulas, acompanhadas pela leitura instigante, provocativa e, não menos, bela, das argumentações de Jacques Le Goff, especialmente em *A civilização do Ocidente medieval* (2005), despertaram o fascínio e o interesse pelo campo da História Medieval. Após esse interesse inicial, o contato com os estudos medievais foi aprofundado com a participação nos grupos de estudos MEDIAEVALIS, da Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Minas Gerais, sob a coordenação da professora Ana Maria Coutinho, e no LEGATIO – Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em História Medieval e Ensino de História, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), conduzido pelo professor Douglas Lima. Em grande medida, essa gradativa especialização nos estudos tardo-medievais foi aprofundada pela participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), concedido pela UFOPA, que financiou a pesquisa durante dois anos e proporcionou o acesso aos documentos que serão investigados neste trabalho de conclusão de curso.

A pesquisa teve como base os planos de trabalho de iniciação científica (PIBIC) “Casamento, memória e diplomacia: o relato da embaixada borguinhã (1428-1430)” (2022-2023) e “O Diário de Roger Machado e as tramas da diplomacia (1488-1490)” (2023-2024), ambos relacionados ao projeto “Na rota dos relatos de embaixadas (Europa, séc. XV)”, coordenado pelo professor Douglas Lima. Por meio desses planos de trabalho, das atividades realizadas junto ao LEGATIO e da participação em eventos da área, foi possível

construir a hipótese de que as cerimônias relatadas em ambos os documentos foram de grande relevância para as monarquias ibéricas em questão, visto que, essas cerimônias se inseriam em um momento de “virada de chave”, ou seja, representavam um novo cenário, com uma nova organização da corte e do Estado. Compreende-se que o contexto foi marcado por um sentimento de harmonia, consenso e magnificência, elementos que criavam bases para a solidificação do rei e da dinastia reinante no poder e para a inquestionabilidade de sua autoridade, ao menos esse eram objetivos almejados pelas autoridades régias (CRUZ, 2011).

Como indicado, o presente trabalho está associado ao movimento de renovação da história política ocorrido, principalmente, a partir dos anos setenta do século passado, movimento que tanto possibilitou aos pesquisadores uma nova gama de objetos, como cerimônias, rituais, gestos e símbolos, quanto revigorou temáticas tradicionais, como o Estado, as instituições e a diplomacia; assim como fomentou novas abordagens, as quais tiveram como característica central o aprofundamento do diálogo interdisciplinar, especialmente com os demais campos das Ciências Humanas (FALCON, 1997). Em meio a tais discussões, a noção de política foi alterada significativamente, afirmando-se por meio de uma compreensão alargada do poder, na qual as representações, as simbologias e as cerimônias passaram a ser vistas como partes integrantes dos sistemas políticos e das estruturas políticas visto sua capacidade de construir barreiras que isolavam social e hierarquicamente os monarcas (GOMES, 1998).

Esse movimento historiográfico apresenta-se nas pesquisas acerca da Península Ibérica, sobretudo, a partir das décadas de 1980 e 1990. Entre os estudos do período, destacam-se, em Portugal, os trabalhos de Armindo de Sousa, *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica* (1984), que investigou a construção discursiva da morte do primeiro rei da dinastia de Avis como instrumento de propaganda política; de Ana Maria Alves, *As entradas régias portuguesas: uma visão de conjunto* (1986), obra pioneira acerca das entradas régias da monarquia lusitana; e de Margarida Garcez Ventura, *O Messias de Lisboa: um estudo de mitologia política, 1383-1415* (1992), estudo que investigou a mentalidade política em torno da ascensão da Dinastia de Avis. E, na Espanha, os trabalhos de José Manuel Nieto Soria, *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)* (1988) e *Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara* (1993), estudos que foram responsáveis por reconfigurar o entendimento da monarquia castelhana, estabelecendo como elemento central de análise a ideias políticas e as cerimônias; e a obra coletiva, organizada por Adeline Rucquoi, *Realidad e Imágenes del poder. España a fines de la Edad Media* (1988), que trouxe estudos com novas abordagens acerca da política ibérica

medieval e relacionados às pesquisas sobre a gênese medieval do Estado moderno, como o importante capítulo de Teófilo Ruiz, “Fiestas, Torneos y Símbolos de realeza en la Castilla del siglo XV. Las fiestas de Valladolid de 1428”, no qual o autor analisa de maneira detalhada as diferentes dimensões simbólicas presentes na festa promovida pela realeza castelhana.

Além disso, cabe considerar o revigoramento das discussões acerca da diplomacia medieval e moderna, que, em linhas gerais, se expandiram para além dos conceitos de guerra e paz, resultantes de uma sociedade violenta — associada ao conceito de uma “Idade das Trevas” — que necessitava de pactuação e pacificação constantes. Essas discussões agora se debruçam sobre outros temas como as formas de negociação, os cerimoniais que envolviam as recepções de comitivas estrangeiras, as gestualidades, o comportamento dos embaixadores e os interesses pessoais desses homens que praticavam a “arte da negociação”, dentre outros (LIMA, 2016).

Em meio a tais discussões, a presente investigação baseia-se em dois relatos de embaixadas do século XV, escritos possivelmente por dois oficiais heráldicos, o Rei de Armas Flandres, da Borgonha, e o Rei de Armas Richmond, da Inglaterra. Como aponta Cahill Marrón: “Se os retratos são como fotografias carregadas de simbolismos, os relatos dos Reis de Armas são como filmes nos quais o cerimonial parece ser o protagonista principal” (2012, p. 23)<sup>2</sup>. Destarte, como assinalado por Stéphane Péquignot (2020), compreende-se por relato de embaixada um conjunto de textos de caráter híbrido, caracterizados pela articulação entre elementos das narrativas de viagens, das crônicas, das relações, dos itinerários, dos diários e do gênero epistolar, conseqüentemente, obras que ultrapassam as fronteiras tipológicas rígidas. Nesse sentido, por relato de embaixadas, conforme o autor, pode-se aceitar qualquer documento elaborado durante ou no fim de uma embaixada, que segue seu percurso cronologicamente e inclui anotações narrativas.

O primeiro relato de embaixada analisado foi originalmente escrito em francês médio do século XV e preservado em Bruxelas, nos Arquivos do Estado da Bélgica, sob o título de *Copie du verbal du voyage de Portugal qui se fiest de par feu monseigneur le bon duc Phelippe de Bourgoingne en l’an mil quatre cens et vingt huyt, pour amener en ses pays de pardeça madame Elisabeth, infante du roy de Portugal, etc., sa compaigne*. O texto é uma transcrição de um relato oral que provavelmente foi narrado pelo Rei de Armas que colheu as descrições dos vários embaixadores que compuseram a missão e expôs os detalhes dos acontecimentos para o duque da Borgonha e sua administração. A narrativa foi publicada por

---

<sup>2</sup> “Si los retratos son como fotografias cargadas de simbolismos los relatos de los Reyes de Armas son como películas en las que el ceremonial parece ser el protagonista principal” (CAHILL MARRÓN, 2012, p. 23).

Louis Prosper Gauchard na *Collection de documents inédits concernant l'histoire de la Belgique* (1834), sob o título de *Relation de l'ambassade envoyée par Philippe-le-Bon en Portugal*. Com base no trabalho de Gauchard, novas publicações da fonte foram produzidas, como a edição de Joaquim de Vasconcelos, publicada em francês e castelhano, em 1897, e as edições em francês de Jacques Paviot (1995) e Oliveira Marques (1999). Ainda no século XIX, Visconde de Santarém publicou a narrativa de viagem em português, pautando-se numa cópia castelhana reduzida do texto, escrita no século XVI e conservada na Biblioteca Nacional de Paris. Recentemente, Manuel López de Corselas empreendeu o resgate do manuscrito quatrocentista belga – considerado perdido até então – e publicou edição crítica das diferentes tradições manuscritas do relato de viagem, com a transcrição e a tradução dos textos em espanhol e inglês no livro *El viaje de Jan van Eyck de Flandres a Granada (1428-1429)*, publicação que foi usada na pesquisa.

Conhecido na historiografia portuguesa como *Voyage de Jehan Van-Eick*, em referência ao aclamado pintor que participou da missão diplomática em Portugal, optamos, no entanto, tal como López de Corselas, por referenciá-lo apenas como “relato da embaixada borguinhã”, uma vez que o texto não é centrado no artista, mas na embaixada. A narrativa registra a atividade da comitiva enviada a Portugal, em 1428, para a negociação do casamento de D. Isabel de Avis, filha de D. João I com a rainha D. Filipa de Lancaster, e única mulher da Ínclita Geração; e Felipe, de codinome o Bom, duque da Borgonha, da linhagem dos Valois de Borgonha, a principal casa ducal da Cristandade latina, e um dos homens mais ricos e poderosos de seu tempo (LACERDA, 2010). O relato contém descrições das cerimônias públicas e palacianas realizadas para a celebração das bodas do casal. Mesmo sem o noivo presente em Lisboa, o casamento foi realizado com o líder da embaixada, Messire Jean, representando e atuando como procurador do Duque da Borgonha, em julho de 1429. A união foi compreendida pela historiografia como um acordo muito bem-sucedido, com D. Isabel contribuindo na gestão e na política do ducado, de modo semelhante ao que sua mãe, D. Filipa de Lencastre, fez em Portugal, assim como reforçando os laços políticos, econômicos e culturais entre Portugal e o ducado (LACERDA, 2010).

O segundo relato analisado é o diário de Roger Machado, também escrito originalmente em francês pelo oficial heráldico, em caligrafia de fácil compreensão devido seu traço plenamente legível e sem nenhum tipo de iluminura ou decoração. Os escritos de Machado são encarados como tendo finalidades rodeadas em brumas, visto que a burocracia régia foi informada sobre os passos da comitiva por outras formas, todavia, cogita-se que o embaixador poderia estar visando uma futura publicação das experiências no exterior, por tal

fator, Machado, homem experiente em sua função, ignora em seus escritos elementos sensíveis às tratativas diplomáticas, assim como, deixa lacunas propositais em suas sentenças, possivelmente para melhorá-las quando fosse oportuno. Os diários de Roger Machado foram preservados em manuscritos da coleção Arundel, no College of Arms, na Inglaterra, e possui uma tradução para o inglês, realizada por James Gairdner, em 1858, intitulado *Memorials of King Henry the Seventh*. Recentemente, o texto foi traduzido para o espanhol por Bello León e Hernández Pérez, em 2003. No diário, encontra-se a descrição da missão diplomática enviada pelo rei Henrique VII, fundador da dinastia Tudor, aos reinos de Castela e Portugal, em 1488 (LEITÃO, 2014). A missão inglesa visava negociar o casamento de Artur, herdeiro do trono inglês e príncipe de Gales, com a princesa Catarina, quarta filha dos Reis Católicos, Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão. O relato registra as cerimônias de recepção da embaixada de Machado e as celebrações do acordo bem-sucedido entre as partes (BELLO LEÓN; HERNÁNDEZ PÉREZ, 2003).

Diferentemente do relato borgonhês, a missão inglesa apenas acertou tratativas a respeito do casamento, por palavras de futuro, e o enlace em si foi realizado em 1502, quando Catarina completou 15 anos, mas o consórcio matrimonial durou pouco devido à morte de Artur poucos meses depois. Posteriormente, Catarina casou-se novamente com outro pretendente Tudor, o segundo filho de Henrique VII, o futuro Henrique VIII, mas, em 1533, foi declarada a nulidade do casamento. A jovem, que partiu de sua terra natal na juventude, jamais retornou ao lar de seus pais, mas manteve parte da península consigo em seu símbolo heráldico, a romã, símbolo de pertencimento, fertilidade e regeneração (SEVILLA GONZÁLEZ, 2016; EARENIGHT, 2021).

Ambos os documentos foram investigados com o intuito de compreender os usos das cerimônias como forma de propaganda política dos monarcas ibéricos. Este estudo está, assim, voltado às atividades empreendidas pelos monarcas, mas também para o que essas cerimônias representavam para os homens que as testemunhavam, os sentimentos e sentidos que essas grandes cerimônias despertavam, por meio das cores, dos sons, dos gestos, dos símbolos, e da pompa, especificamente nas cerimônias de recepção de embaixadas e as festividades de bodas, compreendidas por Ana Maria Rodrigues (1996) como “festas da realeza”<sup>3</sup> ligadas a exaltação da monarquia e da dinastia reinante.

---

<sup>3</sup> De acordo com Ana Maria Rodrigues (1996), as festividades durante a Baixa Idade Média podem ser divididas em dois grupos, as festas de calendário ligadas aos dias santos e o calendário cíclico ligado a vida de Cristo, e as “festas da realeza” promovidas pela monarquia.

A investigação utilizou, principalmente, os aportes teóricos do historiador espanhol José Manuel Nieto Soria, que usa o conceito de propaganda em diferentes obras para pensar a Baixa Idade Média em Castela, com destaque para o livro *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)* (1988). Além disso, outro aporte fundamental ao presente estudo foram as proposições da historiadora portuguesa Rita Costa Gomes, que, em *The Making of a Court Society: Kings and Nobles in Late Medieval Portugal* (2003), constrói uma importante análise histórico-antropológica acerca da corte medieval portuguesa, dos indivíduos que formavam a corte, e dos usos e costumes da corte.

Em termos de procedimentos metodológicos, a investigação estruturou-se na análise temática de conteúdo, tendo como tema norteador as cerimônias descritas em ambas as narrativas. Além disso, realizamos pesquisa bibliográfica a fim de compreender os diferentes aspectos do estudo em suas abordagens pela historiografia; e, por meio da pesquisa documental, analisamos a tipologia das fontes, o lugar de produção, a datação e o contexto dos documentos. O levantamento bibliográfico privilegiou, num primeiro momento, estudos em língua portuguesa e língua espanhola, incorporando noutro momento, pontualmente, trabalhos em língua inglesa e francesa.

O presente trabalho de conclusão de curso estrutura-se em três capítulos. O primeiro capítulo é intitulado “Cerimônias da realeza: conceitos e caminhos”, e, como o nome sugere, buscou apresentar alguns conceitos-chaves para a realização do trabalho, como rituais, cerimônias e propaganda. Além disso, o capítulo procurou apresentar algumas das principais linhas de pesquisa que dialogam com o tema das cerimônias régias, como a ligação desses rituais para a construção da sacralidade régia, a relação do cerimonial com o Estado moderno na Baixa Idade Média, e seus “usos” propagandístico para a legitimação dos monarcas.

O capítulo dois, intitulado “As cerimônias portuguesas para o enlace da princesa D. Isabel de Avis (1429)”, concentrou-se no contexto de crise nos finais do século XIV mediante a ascensão da segunda dinastia portuguesa reconhecida na historiografia portuguesa como “revolução de Avis” e na investigação das cerimônias de celebração de enlace e despedida da princesa Isabel por meio do relato dos observadores externos ao reino português, ou seja, os embaixadores borguinhões. O capítulo teve como grandes referências Miguel Aguiar, na obra *Cavaleiros e Cavalaria. Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV* (2018) e *Casamentos da família real portuguesa: diplomacia e cerimonial* (2017), obra coordenada por Ana Maria Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria.

O último capítulo se intitula “Celebrações e cerimônias para a comitiva inglesa de Henrique VII: O diário de Roger Machado (1488-1489)” e aborda parte da crise sucessória que levou Isabel I ao poder, bem como as duas semanas em que a embaixada inglesa esteve em Castela em 1489, destacando as cerimônias em honra à comitiva que se desenrolaram durante esse período. Para a realização do capítulo houve grande contribuição da dissertação intitulada *Arte y poder: negociaciones matrimoniales y festejos nupciales para el enlace entre Catalina Trastámara y Arturo Tudor* (2012) de Emma Luisa Cahill Marrón, da obra de Giles Tremlett, *Isabel la Católica: La primera gran reina de Europa* (2017) e do manual *Historia de España de la Edad Media*, organizada por Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, especialmente do capítulo “Uma etapa de guerras civis”, de César Olivera Serrano.

A pesquisa empreendida justifica-se, por exemplo, pelo reduzido número de trabalhos no Brasil que investigaram os cerimoniais da realeza medieval. Levando em consideração uma breve pesquisa no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio das palavras-chaves “cerimônias”, “propaganda régia” e “rituais”, utilizando as delimitações relativas ao recorte temporal de 1999 a 2024, e aplicando o refinamento da área de conhecimento de Ciências Humanas, foram encontrados apenas três dissertações que se aproximam do tema da atual pesquisa das cerimônias da realeza e que se centram na Península Ibérica. Um deles foi elaborado na Universidade de Brasília (UnB), por Scarlett Dantas de Almeida, trabalho intitulado, *Ritos, cerimônias e poder em Castela: uma análise político-cultural dos costumes de corte (séc. XV)* (2016) que diferentemente de outros trabalhos ligados a temática, que geralmente privilegiam a figura do monarca, busca dar ênfase à aristocracia castelhana do século XV. Os outros dois foram produzidos na Universidade Federal Fluminense (UFF), a saber, *Que a memória não pereça com a morte: os ritos fúnebres e a afirmação do poder régio em Portugal (1385-1495)* (2020), de Nathalia de Ornelas Nunes de Lima, que se debruça especificamente acerca da ritualização da morte dos príncipes da segunda dinastia portuguesa como elemento de legitimação e sacralização da dinastia de Avis; e *Entre Príncipe Perfeito e Rei Pelicano - os Caminhos da Memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)* (2007), de Priscilla Aquino da Silva, que vai se concentrar na construção da memória acerca de D. João II, por meio de crônicas como a *Crônica de D. João II e Miscelânea (1530-1533)* escrita por Garcia de Resende, dentre outras, entendendo assim a propaganda em torno do monarca que recebeu o epíteto de príncipe perfeito.

Além dos trabalhos mapeados no referido levantamento, destaca-se a dissertação *Rituais e cerimônias régias da dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D. João*

*II (Portugal - 1438 a 1495)* (2007), de Ieda Avênia de Mello; e a tese *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*, especialmente o capítulo “Cerimônias e festas na diplomacia afonsina”, de Douglas Lima (2016), ambos os trabalhos desenvolvidos na UFF. Por meio do mapeamento, por um lado, nota-se a concentração das pesquisas acerca da temática na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, no Rio de Janeiro, o que expressa a pouca presença do tema nas investigações realizadas em outras regiões do país; por outro, evidencia-se que as pesquisas empreendidas até então não optaram por uma via comparativa, trabalhando com o caso português e o castelhano, por exemplo, e não tiveram os relatos de embaixadas como documentos prioritários de análise.

Acrescenta-se que defendemos a necessidade de desprendimento de um pensamento colonizado que, continuamente, questiona a viabilidade e a relevância de pesquisas sobre o medievo no Brasil, por vezes, proferindo discursos e estabelecendo práticas que limitam as investigações a temas relacionados à História do Brasil. Compreendemos que, embora o Estado brasileiro não tenha se originado no medievo, ele foi em parte gestado na Península Ibérica (FRANCO JR, 2008), por isso, entre outros motivos, a história medieval não deve ser vista como exclusiva da Europa, nem sua escrita deve se restringir a esse continente, mas sim à humanidade, da qual fazemos parte. Da mesma forma que a história de qualquer outra espacialidade do globo terrestre nos pertence, a história medieval também é nossa (SILVEIRA, 2021). Alinhados ao pensamento de Aline Dias da Silveira, temos consciência da potencialidade da escrita da história medieval a partir do Sul Global, especialmente da Amazônia — uma região que, por muito tempo, ocupou a periferia da periferia e pode contribuir largamente com abordagens e perspectivas distintas das produzidas até então, mesmo nos estudos medievais. Como afirma Silveira (2019, p. 225), ao se questionar sobre o lugar que os pesquisadores não europeus ocupam diante de uma visão restritiva acerca das espacialidades da pesquisa histórica, “Nosso lugar é no mundo”. Tais foram algumas das ambições com a presente pesquisa.

Em linhas gerais espera-se que o leitor mergulhe nas cerimônias da realeza aqui investigadas e considere a totalidade das cores, dos sons, dos gestos, e do aparato investido nesses rituais monárquicos e possa julgar, talvez, as argumentações e os autores utilizados para a construção do presente trabalho de conclusão de curso instigante a ponto de suscitar novas pesquisas.

## CAPÍTULO 1. CERIMÔNIAS DA REALEZA: CONCEITOS E CAMINHOS

As cerimônias da realeza foram, por muito tempo, interpretadas como elementos anedóticos ou de segunda importância para a compreensão do poder dos reis e da sujeição dos homens aos monarcas na Idade Média (NIETO SORIA, 1993). No entanto, essa percepção se alterou, ao menos desde a “revolução historiográfica” - termo cunhado por Peter Burke (2010) - proporcionada pelo movimento dos *Annales*, durante a primeira metade do século XX. A partir de então, entende-se que as cerimônias e rituais da realeza representam, de forma geral, modos de expressão e de existência da monarquia medieval, conjuntamente com os trajes, os gestos e os símbolos.

Desde as últimas décadas do século passado, parte da historiografia vem debatendo a respeito dos usos das cerimônias e de toda a pompa a elas relacionada, investigando suas possíveis funções comunicativas e/ou propagandísticas, que auxiliaram a modelar e legitimar a imagem do rei e da dinastia reinante, sendo elemento constituinte do poder monárquico. Como apresentado na frase de William Thackeray na epígrafe do livro *A fabricação do rei* de Peter Burke: “A gente logo vê, essa majestade toda vem da peruca, dos sapatos de salto alto e do manto ... É assim que os barbeiros e os sapateiros fabricam os deuses que adoramos” (THACKERAY apud BURKE, 2009, p.2).

Todavia, antes de abordar as cerimônias régias, os elementos presentes nesses eventos e seus possíveis usos exemplificados por Burke no termo “fabricação”, é necessário esclarecer o que se entende por cerimônias da realeza; as possíveis distinções conceituais entre rituais e cerimônias; a relação entre esses cerimoniais e a gênese do estado moderno na Baixa Idade Média; e, por fim, apresentar o conceito de comunicação política adotado, discutindo a sua aplicabilidade no contexto medieval ibérico. Tais discussões, ainda que centradas na historiografia, serão fundamentais para, em seguida, avançarmos no trato documental e das cerimônias ibéricas.

### 1.1. Cerimônias da Realeza

Segundo a definição abrangente e pragmática de Gerd Althoff, rituais podem ser definidos da seguinte forma:

Falamos de rituais quando ações, ou melhor, cadeias de ações, de natureza complexa são repetidas por atores em certas circunstâncias da mesma maneira ou de maneira semelhante e, se isso acontecer deliberadamente, com

o objetivo consciente de familiaridade. Na mente dos atores e espectadores, existe um tipo ideal de ritual que assume uma forma material que é facilmente reconhecida em suas várias manifestações concretas (ALTHOFF, 2002, p. 71)<sup>4</sup>

Contemporaneamente, segundo Rita Costa Gomes (2003), é amplamente difundida entre historiadores a utilização de metáforas que comparam os cerimoniais e rituais das cortes medievais a encenações teatrais, estabelecendo elos alegóricos e/ou performáticos com os cerimoniais da realeza. Essa comparação busca traduzir os elementos aparatosos e exagerados desses costumes cortesãos e monárquicos, no entanto, conforme a autora, tais associações não se manifestam nos escritos que narram os eventos cerimoniais da realeza, coevos à Idade Média, tratando-se, portanto, de algo "fora de questão", estranho à cultura e à psicologia coletiva medieval falar de uma "representação teatral da corte" (GOMES, 2003, p. 364)<sup>5</sup>. Nas palavras de Ernest Cassirer: "o que acontece nesses ritos não é uma mera representação imitativa de um evento, mas é o próprio evento" (1972, p.61)<sup>6</sup>. Ou seja, as cerimônias e rituais monárquicos medievais são, em sua totalidade e complexidade, instrumentos que constituem a realeza medieval, formas de expressão, modos de ação, e, "na sua própria esfera, um dos processos através dos quais a realeza existe – e nenhuma realeza arcaica, [...] pode existir sem esta dimensão" (GOMES, 1999, p. 210).

Os rituais monárquicos possuíam aversão ao singelo, sendo marcados pelos momentos extravagantes e aparatosos (CRUZ, 2011). Devido a isso, se opunham ao cotidiano, e alteravam o ritmo citadino e da corte, provocando o abrandar do sentimento da escassez e do pessimismo (LADERO QUESADA, 1984). Geravam uma representação de harmonia entre a realeza, a nobreza, e o reino (MUIR, 2000), e constituíam, assim, um momento privilegiado para a comunicação do rei com os súditos (BUESCU, 2011). Em alguns casos, como nas recepções de embaixadas e nos casamentos régios, atuavam para a construção da imagem externa do reino e da dinastia reinante, posto que, costumeiramente envolviam a presença de comitivas de outros reinos, assumindo, dessa maneira, um forte componente público e festivo (BUESCU, 2011; LIMA, 2016). Por tais características, argumenta José Manuel Nieto Soria (1993), as cerimônias e rituais da realeza tinham usos propagandísticos, pois, eram oportunidades profícuas para a manutenção da legitimidade do monarca e para a reafirmação

---

<sup>4</sup> Trecho original: "We talk about rituals when actions, or rather chains of actions, of a complex nature are repeated by actors in certain circumstances in the same or similar way, and, if this happens deliberately, with the conscious goal of familiarity. In the mind of both actors and spectators, an ideal type of ritual exists that takes on a material form that is easily recognized in its various concrete manifestations" (ALTHOFF, 2002, p. 71).

<sup>5</sup> Trecho original: "out of the question [...] theatrical representation of the court" (GOMES, 2003, p. 364).

<sup>6</sup> Trecho original: "what happens in these rites is no mere imitative portrayal of an event but is the event itself" (CASSIRER, 1972, p.61)

do seu poder, ou seja, estabeleciam ligações diretas com manifestações do poder e faziam parte essencial do sistema político. Todavia, antes de avançar para o aspecto comunicativo, legitimador e propagandístico das cerimônias da realeza, cabe, no entanto, esclarecer os termos Cerimônia e Ritual na presente pesquisa.

### 1.1.1. Cerimônias e rituais

É importante destacar que o termo Cerimônia se insere em um contexto ambíguo e, por vezes, é utilizado como sinônimo de Rito. No entanto, para alguns autores, como Rita Costa Gomes (2003) e Jean Claude-Schmitt (2017), esses termos apresentam distinções que valem ser destacadas, ainda que, por vezes, aproximem-se em uma fronteira permeável, implicando em desafios analíticos que ultrapassam o campo da História, envolvendo a Antropologia e a Ciência da Religião. Ademais, em alguns casos, constrói-se uma separação contraproducente, em particular, tendo em vista as questões que pautam o objetivo da presente pesquisa. Entretanto, para fins de compreensão serão expostos alguns argumentos e características que buscam construir divisas entre ambos os termos.

De forma abrangente, pode-se definir Rito na Idade Média como um conjunto de gestos, sons, objetos e insígnias executados ou apresentados de forma determinada e sequencial por um certo grupo social, notadamente a monarquia, com funções simbólicas que marcam a transição ou mudança de natureza de algo ou alguém, pela capacidade ritual de conexão e comunicação com o sobrenatural (SCHMITT, 2017). Um exemplo é a unção régia dos monarcas ingleses e franceses, analisada por Marc Bloch em *Os reis taumaturgos* (1924). Por meio desse ritual, ocorria uma purificação e a transformação de um indivíduo em um monarca. Por outro lado, a cerimônia possuía características seculares com a finalidade de suscitar a dignidade e a formalidade, e envolvia elementos compreendidos atualmente como etiqueta e decoro, os quais visavam a padronização de ações e atitudes durante os eventos. Nas palavras de Schmitt:

Aos ritos caberiam [...] a plenitude do sentido, a emoção compartilhada, de uma comunidade que se reencontra ao fazer os mesmos gestos, ao comungar na mesma paixão. O rito obedeceria a um eixo “vertical” ligando os homens às potências sagradas que o anima, a cerimônia manifestaria, ao contrário, uma transação horizontal entre homens, sem a mobilização do sagrado (SCHMITT, 2017, p. 467).

Tendo em vista as cerimônias como momentos seculares, nos quais a pactuação entre os homens ocorria e se exigia formalidades e decoro, recorre-se a Norbert Elias que, em

*O Processo Civilizador* (1939), investigou o desenvolvimento dos “costumes ocidentais”, que moldavam condutas esperadas e comportamentos socialmente aceitáveis em momentos públicos, como a postura, os gestos, o vestuário, as expressões faciais, entre outros elementos que eram responsáveis por transmitir dignidade. Embora focado no cenário francês moderno, o autor também analisou o período medieval por meio de manuais de comportamento, como *De institutione novitiarum*, produzido por Hugo de São Vítor no século XII, *Disciplina clericalis*, de Petrus Alphonsi no século XIII, *De civilitate morum puerilium*, de Erasmo de Rotterdam, publicado em 1530, entre outros. Esses manuais, em vez de constituírem perspectivas pessoais dos autores, englobam noções compartilhadas de bons modos e boas maneiras para o convívio público, em contraposição às maneiras rudes atribuídas como práticas camponesas. Elias destacou como essas regras não apenas organizavam a interação social, mas também refletiam e reforçavam a estrutura hierárquica da época. A disposição dos assentos ao redor da mesa, em particular, simbolizava a posição social dos indivíduos, com a cadeira do monarca ocupando o lugar de maior prestígio. A proximidade dos convidados a essa cadeira representava seu status e importância dentro da corte.

Dessa maneira, os modos à mesa são exemplos claros da importância das normas de comportamento, especialmente durante os banquetes medievais, no contexto das sociedades europeias, e, portanto, não eram apenas eventos para a alimentação ou de caráter festivo, mas momentos cruciais para a demonstração de bons modos e perpetuação das relações de poder (BUESCU, 2013). Essas ocasiões ofereciam um cenário propício para a “introdução às conversas e ao convívio” (ELIAS, 1994, p. 74), funcionando como uma espécie de microcosmo da sociedade, onde as normas e hierarquias sociais eram exibidas e reforçadas. Assim, a análise de Elias revela que as práticas cotidianas, como os modos à mesa, desempenhavam um papel central na organização, articulação e manutenção das estruturas sociais durante a Idade Média e a Idade Moderna.

Além desse fator social, vale destacar que a alimentação é uma "necessidade natural e fisiológica de todos os homens" e que, na sociedade medieval, "comer era um ato de diferenciação social" (BUESCU, 2013, p. 10). Como aponta Le Goff (2005), as classes sociais se distinguiam entre as que consumiam assados e víveres provindos da caça, e as que buscavam sua sobrevivência nos cozidos e vegetais, com a primeira olhando do alto essa sociedade da agricultura. Entretanto, no que se refere à mesa do rei, para além dos fatores fisiológicos e de distinção hierárquica, o ato de se alimentar envolvia aspectos litúrgicos e sacrais, constituindo, assim, uma mescla de elementos cerimoniais e rituais, que também se manifestavam em diversas outras cerimônias da realeza (BUESCU, 2013).

Além dos manuais de comportamento, outras obras a destacar são aquelas que buscavam a sistematização das cerimônias da corte, como o *Livro Vermelho* de Portugal, assim intitulado devido à coloração de sua capa. Nesse compilado, produzido no reinado de Afonso V, são apresentadas normas gerais e protocolos para cerimoniais da corte, formas de tratamento dignas de cada cargo ocupado e a posição dos assentos que os visitantes estrangeiros deveriam tomar diante do monarca português (LIMA, 2016)<sup>7</sup>.

Como postula Schmitt, a Idade Média é a "*civilisation du geste*", definida pelo autor como os "movimentos e atitudes do corpo" (1990, p. 14)<sup>8</sup>. Esses elementos assumiram uma importância muito grande nas relações sociais na Idade Média, sendo percebidos como tais e podendo tornar-se objetos de reflexão política, histórica, ética e até teológica. Um exemplo dessas expressões exteriores do corpo se encontra no gesto da rainha Isabel I de Castela na procissão da festa de San Clemente, em Sevilha, no ano de 1484. Na ocasião, o viajante estrangeiro Nicolas Popielovo, ficou perplexo ao testemunhar o fato de a rainha cavalgar na procissão à direita do rei.

É necessário registrar aqui uma contradição daquele reino em que a rainha é rei e o rei é seu servo. Este sistema de governo era desconhecido para mim, e eu o aprendi pela primeira vez na véspera do Natal de Nosso Senhor da seguinte maneira[...]. Então percebi na procissão que o rei é o servo da rainha, porque ele a carregava à sua direita e o cardeal à sua esquerda; e tanto assim, que a nobreza teme mais a rainha do que o rei, que em todos os momentos não se preocupa com nada além de cumprir as ordens, comandos e vontades da rainha. Se o rei quiser despachar alguma correspondência, ela não pode ser selada sem a permissão da rainha, que lê todas as cartas e, se encontrar algo de que não gosta, ela as rasga em pedaços na presença do próprio rei. O rei não pode fazer nada sem a permissão da rainha, pelo contrário, o que ela quer, ela tem que cumprir (POPIELOVO, 1952, p. 318-319)<sup>9</sup>.

Cabe esclarecer que o cerimonial estabelecia o lugar de precedência real e de poder no lado direito, posição que, como rainha proprietária, correspondia a Isabel I, e não ao

<sup>7</sup> Por exemplo: "Que o bamquo do afemtamento feu deles em fua capela fe ponha da outra parte comtraira, donte eftever a fua cortina, abaixo do bamquo dos Prelados, em tal maneira que fique em dereyto da cortina; e de guifa que eles nom defcubram a boca da dita cortina, pera verem o que o dito Senhor demtro faz: e o bamquo dos Prelados fe bamquo dos ditos Embaixadores, e o mais acerqua do Alltar que bem poder (Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. Tomo III, 1793, p.420).

<sup>8</sup> Trecho original: "mouvements et les attitudes du corps" (SCHIMITT, 1990, p. 14).

<sup>9</sup> Trecho original: Es preciso hacer constar aquí un contrasentido de aquel reino en que la reina es rey y el rey es su servidor. Este sistema de gobierno me era desconocido y lo aprendí por primera vez la víspera de la Navidad de Nuestro Señor del modo siguiente [...]. Apercibí entonces en la procesión que el rey es servidor de la reina, porque la llevaba a su derecha y al cardenal a su izquierda ; y tanto es así, que la nobleza teme más a la reina que al rey, que en todos sus instantes no se preocupa de otra cosa que de cumplir las órdenes, mandatos y voluntades de la reina. Si el rey quiere despachar algunas correspondencias no se puede sellarlas sin permiso de la reina, que lee todas las cartas y si encuentra algo que no le guste, las despedaza en presencia del mismo rey. El rey no puede hacer nada sin permiso de la reina, al contrario, lo que ella quiere, aquello tiene que cumplir (POPIELOVO, 1952, p. 318-319).

seu marido, Fernando II de Aragão, apesar das prerrogativas que ele possuía<sup>10</sup>. Embora os comentários do viajante sejam exagerados sobre a suposta submissão do rei consorte à rainha, destaca-se o assombro descrito por Popielovo, que demonstra o peso dos gestos públicos nos cerimoniais e como essas comunicações não verbais eram inteligíveis aos que as testemunhavam.

Em meio a essas cerimônias e rituais, nos quais os monarcas demonstravam gestos calculados em momentos que mesclavam elementos seculares e sacros, desenvolveu-se os elementos que “constituíam parte do terreno onde se criava e crescia a nova “religião da monarquia”, uma religião que se introduzia inexoravelmente através de valores laicos e espirituais em todo o Ocidente medieval (RUIZ, 1988, p. 250)<sup>11</sup>. Em razão dessa junção, considera-se pouco operativa a distinção rígida entre rito e cerimonial, optando-se pela utilização de ambos os conceitos, pois entendemos os termos como partes complementares da prática monárquica.

### 1.1.2. Cerimônias da realeza e sacralidade régia

Danielle Mércuri (2011), ao utilizar o pensamento do filósofo Benedictus de Spinoza, compreende que os homens “comuns” dos seiscentos ainda encontravam enormes dificuldades para discorrer a respeito do poder dos reis, sem associá-los ao poder de Deus, ou o inverso. Segundo a autora, tal fato se dava devido à longa duração das bases do pensamento cristão que, sobretudo a partir do século XIII, vão fazer com que a consciência coletiva observe o monarca como figura intermediária de Deus. Dessa maneira, ao investigar os processos que garantiam a legitimidade dos monarcas durante o medievo, necessita-se pensar além dos órgãos burocráticos que a partir da Baixa Idade Média se tornaram cada vez mais robustos e centralizados nas mãos dos reis, bases institucionais que foram ressaltadas, por exemplo, no clássico estudo de Joseph Strayer, *On the Medieval Origins of the Modern State* (1970). Como proposto por Marc Bloch:

para compreender o que foram as monarquias de outrora, para sobretudo dar-se conta de sua longa dominação sobre os espíritos dos homens, não é

<sup>10</sup> Destaca-se que a união entre Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, em 1469, incluiu cláusulas que limitavam o papel de Fernando II em Castela. O enlace entre o rei e a rainha não promoveu a união entre os reinos, nem tinha esse objetivo. Ao contrário, preservaram-se as prerrogativas dos monarcas em cada território, e o casamento não resultou em uma união dinástica ou política. Portanto, Aragão e Castela permaneceram como dois estados distintos, governados por Isabel e Fernando em comum acordo (VAL VALDIVIESO, 1996).

<sup>11</sup> Trecho original: “constituía parte del caldo de cultivo donde se criaba y crecía la nueva religión de la monarquía, una religión que se introducía inexorablemente a través de valores laicos y espirituales em todo el occidente medieval” (RUIZ, 1988, p. 250).

suficiente apenas esclarecer até o último detalhe o mecanismo da organização administrativa, judiciária, financeira que essas monarquias impuseram aos seus súditos [...]. É necessário também penetrar as crenças e as fábulas que florescem em torno das casas principescas. (BLOCH, 1993, p. 44)

Tais questões, quando direcionadas ao caso ibérico, levantam problemas relacionados à qualidade sagrada das monarquias, pois, diferentemente das monarquias setentrionais, notadamente as monarquias francesas e inglesas, Portugal e Castela manifestavam apenas esporadicamente os rituais de unção e coroação. Respectivamente, o primeiro ritual tem influências em práticas realizadas por reis no Antigo Testamento, e foi adotado no medievo, primeiramente, pelos visigodos, simbolizando a purificação; enquanto o segundo, tem raízes em Bizâncio do século V, simbolizando a origem sagrada do poder (MÉRCURI, 2011).

Nas primeiras décadas do século XX, Marc Bloch dedicou sua atenção à crença taumátúrgica dos reis franceses e ingleses, investigando o imaginário popular para refletir sobre o "milagre do toque régio", capaz de curar escrófulas, que até então havia sido completamente ignorado pela historiografia por ser considerado anedótico. Segundo Bloch (1993), essa crença milagrosa nasceu na França, em torno do ano 1000, e, posteriormente, se estabeleceu na Inglaterra, no século XI, consolidando-se em ambos os reinos no século XIII, e se desfazendo, respectivamente, nos séculos XVII e XVIII.

Esse poder sobrenatural estava diretamente ligado ao ritual da unção, chamado de cerimônia de Reims, na França. Segundo Bloch, o caso francês merece destaque, pois, no final da Idade Média, o rei francês foi chamado de rei cristianíssimo, sendo encarado como o monarca acima dos demais, pois o óleo utilizado em sua unção era o único de origem divina, pois adivinha da santa âmbula que foi enviada por uma pomba pelo Espírito Santo para o batismo de Clóvis, em 496. Posteriormente, a monarquia inglesa também buscou se legitimar por meio de uma ligação com o sobrenatural. O frei Nicholas de Strattons viajou até Avignon para se reunir com o Papa João XXII, e relata que o arcebispo Thomas Becket, morto em 1170, e canonizado em 1173, enquanto vivia e cumpria exílio na França, recebeu da Virgem Maria uma âmbula contendo óleo sagrado destinado a ungir o quinto monarca inglês depois de Henrique II, ou seja, Eduardo II, um homem valoroso e que defenderia os valores cristãos marchando até a Terra Santa em busca de expulsar os pagãos que dominavam Jerusalém. O Papa não rechaçou, nem atestou oficialmente a veracidade da história; entretanto, dentro do reino inglês, a sacralidade do monarca se tornou plenamente aceita (BLOCH, 1993).

Tais exemplos expressam mais do que a mera existência ou ausência do poder taumátúrgico ou mágico das monarquias meridionais. Eles demonstram algumas expressões dos fundamentos do poder régio medieval, assim como evidenciam a propaganda dos monarcas ingleses e franceses em relação à Igreja e aos seus súditos. Ademais, como notado por Adeline Rucquoi, indicam os primeiros passos do antagonismo franco-inglês, que, no âmbito da política externa, culminará na Guerra dos Cem Anos, nos séculos XIV e XV (RUCQUOI, 1992).

Ernst Kantorowicz, historiador inglês e autor de *Dois corpos do rei* (1951), investigou em sua obra a construção social e cultural na Inglaterra medieval e moderna por uma perspectiva jurídica e filosófica que vislumbrou os monarcas como homens possuidores de dois corpos, o corpo físico e humano, e o *corpus mysticum*, imortal, que se renovava em cada rei, transformando a majestade no próprio mito da fênix. Segundo o autor: “É evidente que a doutrina da teologia e da lei canônica, ensinando que a Igreja, e a sociedade cristã em geral, era um "*corpus mysticum* cuja cabeça é Cristo", havia sido transferida pelos juristas, da esfera teológica para a do Estado, cuja cabeça é o rei” (KANTOROWICZ, 1998, p. 26). Essa autoridade e legitimidade transcendente estava diretamente ligada ao ritual da unção, sendo o momento responsável pela alteração da natureza do monarca.

Tais obras reverberaram amplamente na historiografia por considerarem novas fontes e abordagens, como a antropológica, sociológica, filosófica, alcançando até mesmo o campo jurídico. Além disso, influenciaram gerações de historiadores, que, em suas análises, frequentemente utilizaram as teorias de Kantorowicz e Bloch e compararam outras regiões da Europa, como a Península Ibérica, seja para assinalar semelhanças ou apontar diferenças com o terço meridional europeu (RUCQUOI, 1992). Dessa forma, a partir dos anos sessenta do século XX, iniciou-se um importante debate historiográfico a respeito da sacralidade ou não das monarquias ibéricas, vistas por alguns historiadores como monarquias seculares, como demonstram as obras *La ordinatio principis en la Espanã goda y post-visigoda* (1962), de Cláudio Sánchez Albornoz, e *Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge* (1984), escrita por Teófilo Ruiz.

Segundo Claudio Sánchez Albornoz (1962), devido à rara realização dos rituais de unção e coroação, os reis castelhanos representam um governo mais secular em relação aos reinos setentrionais. Cerimônias laicas, como entronização, homenagem e o *besamano*, teriam sido mais comuns, apresentando, assim, uma perspectiva que compreende os monarcas ibéricos afastados do campo mágico. Teófilo Ruiz (1984) vai desenvolver teoria semelhante,

estruturada no pensamento que, devido à constante participação dos reis ibéricos no combate contra os mouros, essas monarquias desenvolveram especificidades práticas, sem a participação do sobrenatural, invisível ou mágico; em outros termos, sem nenhum dom taumatúrgico ou rituais transcendentais. Nas palavras do autor, as monarquias ibéricas “exprimiram o seu poder através da manifestação mais grosseira e mais fundamental do poder individual: pelos atos pessoais de violência” (RUIZ, 1984, p. 447). Sendo assim, as monarquias ibéricas estavam ligadas a elementos guerreiros, não sacros.

O historiador José Manuel Nieto Soria (1986) opõe-se a tal tese e defende a sacralidade régia castelhana-leonesa, elaborada com base em expressões propagandísticas e no reforço teórico da autoridade régia, além de categorizar imagens idealizadas do poder régio na Península Ibérica, como: rei virtuoso, rei justo, rei guerreiro de Deus, e rei-messias. O autor também propõe que a ausência de rituais como a unção e a coroação não era sinal de fraqueza ou de falta de legitimidade do monarca, mas de força, pois todo bom monarca era compreendido como tendo ligações com o divino. Segundo Mércuri (2011, p. 7), a principal contribuição de Nieto Soria nesse sentido será a de apresentar “outras formas de acesso à sacralidade”, todavia, demasiadamente ligadas aos modelos das monarquias franco-inglesas apresentadas nas obras de Bloch e Kantorowicz.

A medievalista brasileira Adriana Zierer (2006), ao analisar a crônica produzida por Fernão Lopes a respeito de D. João I entre os anos de 1440 e 1448, ou seja, após o falecimento do monarca, vai observar que, segundo o discurso cronístico, durante a Revolução de Avis a sacralidade esteve presente como elemento de legitimação dinástica. Segundo a autora, o período em que ocorreu a ascensão de Avis (1383-1385) convivia com dois elementos de destaque. O primeiro eram as ideias milenaristas do monge calabrés do século XII, Joaquim de Fiore, que dividia o mundo em três idades: a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo. De acordo com o monge, a Idade do Espírito Santo estava terminando, e se iniciaria a Idade dos Monges, que representaria a reunificação da Igreja (DESROCHE, 2000). O segundo era o Cisma do Ocidente (1378-1417), momento em que a Europa chegou testemunhar a presença de três papas: um em Avignon, outro em Roma, e o terceiro em Pisa, que por meio de uma trama política buscaram tomar as rédeas do controle da Igreja e da Cristandade (ZIERER, 2006).

Nesse contexto conturbado, entre a esperança de novos tempos e o medo do fim do mundo, Fernão Lopes cria em torno de D. João I uma aura messiânica, “como uma espécie de Rei dos Últimos Dias que combate o Anticristo, representado pelo mau cristão que deseja tomar Portugal, o rei de Castela” (ZIERER, 2006, p. 126). Além da luta contra o mal, D. João

I apresenta feitos milagrosos na crônica, como o ocorrido após a Batalha de Aljubarrota (1385), quando foi aclamado por crianças e fez um bebê de oito meses se levantar e falar. Conforme exposto por Fernão Lopes:

Que constringe a boqua da filha dEsteve Naes Derreado, morador em Évora, moça pequena de oito meses nada, que no berço homde jazia se levantou e cu três vezes, dizendo co a mão alçada: ‘Portuugual, Portugal, Portugal, por el Rey dom João?’ (FERNÃO LOPES, 1990, p. 125).

A historiadora francesa Adeline Rucquoi, em seu célebre artigo *Los reys que non son taumaturgos* (1992), demonstra a não homogeneidade do espaço Europeu medieval. Segundo a autora, o terço setentrional da Europa se caracterizava por uma cristianização superficial, uma cultura letrada escassa, com primazia da oralidade, e afastada dos centros do mundo medieval, ou seja, Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela. Em outras palavras, Rucquoi afirma que os reinos inglês e francês se destacavam por serem essencialmente rurais até a Baixa Idade Média, e, nesse cenário, os rituais vão ganhar uma relevância superior e uma característica mágica entre os séculos XI e XII:

O norte da Europa, nos séculos XI e XII, era de fato uma sociedade predominantemente oral e parcialmente mágica, na qual testemunhas que conheciam o costume e viam os gestos ritualizados podiam atestar a existência de realidades invisíveis e facilitar sua difusão e popularidade. O grande mérito dos clérigos que cercaram os reis da França e da Inglaterra - entre o Sena e o Tâmis - é, sem dúvida, que souberam usar a necessidade do ritual, típico da sociedade rural em que viviam, para estabelecer e afirmar o poder real: um poder de origem divina (RUCQUOI, 1992, p. 60)<sup>12</sup>

Para Rucquoi, longe de ser uma periferia, a Península Ibérica, assim como a Península Itálica, estava inserida no antigo mundo romano e em uma das três grandes rotas da Europa medieval, sendo uma das primeiras regiões mediterrânicas a se urbanizar, romanizar e se cristianizar. Logo, para Rucquoi: “O valor dado ao gesto, ao rito que se manifesta, que “revela” e traduz de forma visível uma realidade transcendente e invisível [...] depende, antes de tudo, da sociedade em que ele ocorre e do grau de abstração dele.” (RUCQUOI, 1992, p. 59)<sup>13</sup> Dessa maneira, enquanto as regiões franco-inglesas desenvolveram realidades envoltas em

<sup>12</sup> Trecho original: “La Europa septentrional de los siglos XI y XII, fue efectivamente una sociedad predominantemente oral y en parte mágica, en la que los testigos que sabían la costumbre y vieron los gestos ritualizados, podían atestiguar la existencia de las realidades invisibles y facilitar su difusión, su popularidad. El gran mérito de los clérigos que rodeaban a los reyes de Francia y de Inglaterra - entre el Sena y el Támesis— es sin duda el haber sabido utilizar la necesidad del ritual, propia de la sociedad rural en la que vivían, para asentar y afirmar el poder real: un poder de origen divino” (RUCQUOI, 1992, p.60).

<sup>13</sup> Trecho original: “El valor dado al gesto, al rito que se manifiesta, que ‘revela’ y traduce de forma visible una realidad transcendente e invisible [...] depende, ante todo, de la sociedad en la que ocurre y del grado de abstracción de este” (RUCQUOI, 1992, p. 59).

um meio cultural e social rural e iletrado, em que os rituais e símbolos gozaram de uma maior relevância, rodeados por aspectos mágicos de transcendência, as monarquias ibéricas estavam inseridas em um contexto letrado mais relevante, em que os símbolos da realeza, como o cetro, a coroa e a espada se faziam presentes, mas não possuíam necessariamente o mesmo peso sobrenatural de outras partes da Europa. Para a autora:

[...] sabemos que, em algumas ocasiões, o rei de Castela chegou a doar sua coroa a um convidado a quem queria entreter especialmente, sinal do valor relativo que era dado ao objeto da coroa. Também não temos qualquer menção a cetros ou espadas particulares sendo passados de pai para filho [...] (RUCQUOI, 1992, p. 74)<sup>14</sup>

Segundo Rucquoi (1992), a cultura política ou a psicologia coletiva ibérica parte de pressupostos diferentes quando comparada com o terço meridional da Europa, caracterizando-se por uma cultura em que é difícil distinguir claramente entre a opinião pública comum e o grupo de letrados que orbitava em torno do monarca. Essas distinções, argumenta a historiadora, manifestam-se devido a alguns fatores-chave, como a preservação e a adoção do conceito de *Imperium*, o poder supremo herdado dos imperadores romanos; o legado de prestígio que os monarcas mantêm desde o processo da Reconquista, tornando o rei a cabeça da nobreza e o defensor da Igreja; e a relação intrínseca entre os habitantes dos reinos ibéricos com a terra. Além desses fatores, outra grande diferença entre a Península Ibérica e os reinos ao norte dos Pireneus, sendo Rucquoi, é a adoção da sabedoria como elemento de sacralidade régia e a relação com o divino, que todo bom monarca manifestaria, tornando-se mais evidente com a ascensão das dinastias dos Trastâmaras e de Avis. Dessa maneira, compreende-se que a sacralidade régia seria inerente a todo bom rei, sendo sua aura mágica aceita ou não, conforme a boa condução de sua governança. Nesse contexto, o papel das cerimônias públicas estava ligado à função de auxiliar a construção da imagem do monarca, papel acentuado na Baixa Idade Média e considerado pela historiografia como um dos pilares da gênese tardo-medieval do Estado moderno.

### 1.1.3. Cerimônias da Realeza e a gênese do Estado Moderno

---

<sup>14</sup> Trecho original: [...] sabemos que en algunas ocasiones, el rey de Castilla llegó a donar su corona a algún invitado al que quería agasajar especialmente, muestra ésa del valor relativo que se concedía al objeto corona. Tampoco tenemos menciones de cetros o espadas particulares que se transmitieran de padre a hijo [...] (RUCQUOI, 1992, p. 74).

O conceito de “Simbologia do Estado”, proposto por Percy Ernst Schramm para refletir sobre o conjunto de signos que compõem um Estado governado por um rei, como a coroa, o cetro, a espada, o trono, o escudo, vestes, entre outros, tem sido mobilizado pelos historiadores para tratar das monarquias medievais (SCHARAMM, 1954-57, apud. NIETO SORIA, 1993, p. 183). Nesse conjunto de elementos simbólicos, as cerimônias desempenham funções propagandística e legitimadoras necessárias para os Estados entre os séculos XIII e XVIII (CHARTIER, 2002). Devido a esse fator, antes de adentrar no território das cerimônias de realeza, cabe mencionar o seu "fantasma", nas palavras de Luc de Heusch<sup>15</sup> (1987), isto é, as conexões entre as cerimônias da realeza e a gênese do Estado moderno.

Segundo a síntese proposta por Jean-Philippe Genet (1999), o Estado moderno pode ser categorizado por ser uma organização social com uma extensão territorial significativa, que vai além dos limites de uma cidade; sendo uma estrutura sócio-política complexa que abriga uma sociedade política<sup>16</sup> que dialoga com a administração régia e que reconhece e aceita a fiscalização pública executada pela burocracia estatal de maneira regular. Além disso, o Estado moderno promove a segurança de seus membros e exerce a justiça, sendo incumbido da condução da guerra e do uso da força por possuir o monopólio da violência legítima e da justiça. Ainda que abarcando a diversidade de formações políticas da Europa medieval, como reinos, Império, cidades-estados, entre outros, o modelo proposto por Genet caracteriza-se como uma leitura de longa duração, tratando de um processo estabelecido entre os séculos XIII e XVIII no Ocidente<sup>17</sup>.

Em meio a tal definição, Genet destaca ainda os mecanismos que estabeleceram a legitimidade do poder, compreendendo que “a legitimidade está no próprio cerne da Estado moderno, onde se estabelece o acordo entre o poder e a sociedade política” (2015, s.p.)<sup>18</sup>. Em diálogo com Marc Bloch, Genet ressalta que as liturgias rituais de coroação e cerimônias ligadas à religião régia, como funerais, entradas régias, entre outras, transmitiam à monarquia uma parte do sagrado, resultando na origem de um rei sagrado, uma espécie de captura parcial da aura simbólica da Igreja, ainda que esta tenha mantido, segundo o autor, o monopólio do sagrado. Nesse sentido, é possível falar em condições culturais do Estado moderno, termo

<sup>15</sup> “O fantasma do Estado vagueara sempre em torno dessa máquina simbólica”.

<sup>16</sup> Para Genet (1999), a existência de uma sociedade política é inerente a existência do Estado moderno, e não é observada no medievo antes da Baixa Idade média. Segundo o historiador, a sociedade política se apresenta nos textos coevos ao medievo nomeada como *politia*, e se aproxima do que contemporaneamente denominamos como sociedade civil, sem, é claro, estar relacionada com questões sócio-políticas que vão moldar as individualidades e coletividade apresentadas nos séculos XVII e XVIII.

<sup>17</sup> Ambos os monopólios - fiscal e da violência - não irão materializar-se inteiramente antes do século XVII, mas serão bases das transformações que se constituem na gênese do Estado moderno.

<sup>18</sup> Trecho original: “[...] la légitimité est au cœur même de l’État moderne, là où se noue l’accord entre pouvoir et société politique [...]” (GENET, 2015, s.p).

empregado por Chartier (2002), que, ao enumerar tais condições, destaca a importância das cerimônias, dos gestos e das festas como expressões da eficácia simbólica do Estado. Segundo o autor, a maleabilidade das cerimônias e dos rituais era grande, o que possibilitava a sua manipulação pelos diferentes poderes, capazes de abandonar certas formas, inventar outras, transformar as sequências, modificar os itinerários, redistribuir a ordenação de um mesmo cerimonial — por exemplo, nos cortejos cívicos, nas procissões gerais, nas entradas de príncipes. Ainda consoante Chartier:

[...] os rituais políticos inscrevem-se facilmente em formas, ciclos festivos ou cerimônias privadas, que investem de um sentido novo, acrescentado ao antigo. O ritual do casamento nas cidades italianas da Idade Média ou os cortejos carnavalescos nos séculos XV e XVI encontram-se assim como que sobredeterminados por uma função política, encarregues, também eles, de exaltar a glória do soberano, de manifestar o seu poder. Porém, é claro que as cerimônias públicas não representam apenas, mas também constroem as relações entre os grupos sociais e o Estado. Ao propor uma apresentação de si mesmo, que implica sempre uma ordem particular “legítima”, da sociedade, o Estado moderno define o terreno onde podem ser travadas lutas simbólicas entre os grupos — isto é, lutas onde a posição cerimonial visível é identificada com a posição social real, em que as distinções manifestadas são tidas por desigualdades essenciais do ser social (CHARTIER, 2002, p. 221-222).

Compreende-se, então, que as cerimônias ganharam progressiva importância no processo de afirmação, consolidação e comunicação das monarquias medievais, e a realeza se beneficiou do poder simbólico proporcionado por essas cerimônias públicas, pois eram momentos de reafirmação do poder do monarca e da manutenção do equilíbrio social por meio de um conjunto de signos, símbolos e gestos de grande pompa (MENDES, 2018). Nesse quadro, “símbolos heráldicos, cerimonial público, lemas, insígnias e histórias genealógicas reforçaram os laços entre os príncipes e seus súditos”, dando contornos ao Estado (BLOCKMANS; HOPPENBROUWERS, 2012, p. 488).

As cerimônias foram se tornando cada vez mais complexas e sofisticadas, sendo espaço de representações simbólicas de hierarquias sociais, onde as posições nas cerimônias representavam posições reais na sociedade medieval. Como argumenta Chartier (2002), a ordem das cerimônias, assim como a ordem do discurso e dos sinais, expressava o poder monárquico e contribuiu para a formação dos Estados modernos.

Essa série de elementos que envolveu o desenvolvimento das monarquias europeias em finais do medievo demonstra a eficácia simbólica promovida por essas organizações políticas, e foi interpretada por Nieto Soria como propaganda política da realeza medieval. Para o autor, diante da expansão territorial e de sujeitos e organizações submetidos

às decisões do monarca, fazia-se necessário a construção positiva da imagem do rei, tanto no interior do reino, quanto externamente para a comunidade estrangeira, pois, “muito embora o rei tenha vindo reforçar as suas competências político-administrativas e a estrutura política do Estado tenha conhecido uma organização e eficácia superiores, o rei não detinha o monopólio do poder” (FREITAS, 2012, p. 78). Cabe, assim, tratamos especificamente da questão da propaganda no medievo.

## 1.2 Propaganda

O verbete “Propaganda”, produzido por Giacomo Sani, no *Dicionário de Política* (1998), estabelece que propaganda pode ser definida como uma prática consciente e sistemática para a disseminação de mensagens na busca de influenciar as opiniões e ações de um certo público ou de uma sociedade, e vai se distinguir de outras formas de persuasão por sua relação com o emocional, ou seja, enquanto outras formas de influências podem se basear em argumentos ligados a lógica e a razão, a propaganda tende a enfatizar elementos sentimentais.

Esse conceito tem origem no período moderno, no contexto do proselitismo da Igreja Católica em busca de frear a reforma protestante e unir novamente a igreja em torno da unidade católica (SANI, 1998). Todavia, medievalistas como Craig Taylor, utilizam a categoria para pensar práticas régias durante o medievo. Segundo o autor:

Os governantes medievais não tinham a capacidade de produzir e circular propaganda em escala moderna, nem podiam se beneficiar da análise científica da psicologia e da sociologia como um guia para tais atividades. No entanto, eles estavam bem cientes dos meios básicos, como a manipulação de palavras e imagens, símbolos e cerimônias públicas, de influenciar pensamentos e ações de seus sujeitos (TAYLOR, 2000, p. 70)<sup>19</sup>.

De acordo com outro medievalista, Nieto Soria, na obra *Fundamentos Ideológicos Del Poder Real em Castilla*, o termo “propaganda” pode ser definido na Idade Média como um “conjunto dos processos de comunicação por meio dos quais se difundem os valores, as normas e as crenças que formam as ideologias políticas.” (1988, p. 42)<sup>20</sup> Para o Nieto Soria,

---

<sup>19</sup> Trecho original: “Medieval rulers did not have the capacity to produce and circulate propaganda on a modern scale, nor could they benefit from the scientific analysis of psychology and sociology as a guide for such activities. Yet they were well aware of the basic means, such as the manipulation of words and images, symbols and public ceremony, of influencing thoughts and actions of their subjects”.

<sup>20</sup> Trecho original: “conjunto de los procesos de comunicación por cuyo medio se difunden los valores, las normas y las creencias que forman las ideologías políticas.”

esses processos teriam como objetivo a construção de uma imagem idealizada, e/ou a persuasão para obtenção de atitudes coletivas ou individuais, economizando meios e potencializando os resultados, e poderiam se distinguir em quatro categorias: a retórica política, a simbologia política, a ritualidade cerimonial, e a representação iconográfica (NIETO SORIA, 2007). A retórica política estava presente em textos escritos, como crônicas e comunicações orais; a simbologia política pode ser observada no uso de símbolos, amplamente conhecidos, como símbolos heráldicos, bem exemplificados no caso de D. João II (1481-1495), de Portugal, o Príncipe Perfeito, que adotou em suas armas a figura do pelicano, animal que alimenta sua ninhada com o próprio sangue e que se assemelha a Cristo que deu seu sangue para a salvação dos cristãos (SILVA, 2007); a ritualidade cerimonial estava ligada a todos os atos políticos públicos, sejam cortesãos ou populares, como aclamações, exéquias, nascimentos, batizados, reuniões da corte, recepções de embaixadas, admissões de cavalaria e casamentos; e a representação iconográfica, que tinha como objetivo a criação de signos<sup>21</sup> que se ligavam ao monarca e lhe davam protagonismo substituindo assim a palavra para os iletrados.

Para Nieto Soria, a propaganda régia é compreendida como um instrumento da elite governante para impelir ações individuais ou coletivas sem o uso da coerção, garantindo eficiência e economia de meios. E a realeza medieval buscou construir imagens de magnificência diante da opinião pública, com o intuito de diminuir os indivíduos diante da grandeza de uma figura real, construindo assim uma imagem idealizada da monarquia por meio da persuasão da majestade do rei. Dessa maneira, a propaganda política possuía três objetivos principais que podiam ser observados tanto no período medieval quanto em períodos posteriores. Em primeiro lugar, ela seria passível de ser utilizada para justificar uma política que não era amplamente aceita; em segundo, para apoiar um modelo de relações políticas; ou, como terceira expressão, visar o fomento de um sentimento de pertencimento a uma entidade política, independentemente de sua complexidade (NIETO SORIA, 2007).

Shima Ohara (2003) também explorou a adoção do conceito “propaganda” para analisar ações políticas dos monarcas no medievo, mas destacou que as investigações

---

<sup>21</sup> De acordo com Michel Pastoureau (2004, p. 14), existem distinções entre emblemas/representações iconográficas e símbolos na Idade Média: “*même si la frontière entre le premier et le second reste toujours perméable*”. Isso significa que um mesmo objeto pode servir simultaneamente como emblema e símbolo, dependendo do contexto e da interpretação. Para o autor francês, conhecido como o historiador das cores, o emblema/representação iconográfica expressa a identidade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, enquanto o símbolo representaria uma entidade abstrata, servindo assim para comunicar algo que vai além da identidade física de uma pessoa, referindo-se a ideias ou valores abstratos. A ambivalência desses sinais reflete a complexidade da comunicação simbólica e emblemática na Idade Média, onde um único objeto podia carregar múltiplos níveis de significado, tanto concreto quanto abstrato.

permanecem como via de mão única, sendo impossível compreender totalmente, por meio dos vestígios e fontes, como o “receptor” das classes média e baixa respondiam as propagandas régias. Como lembra Ohara: “A 'voz do povo' não é registrada” (OHARA, 2003, p. 41). Sendo assim, segundo a autora, o sistema propagandístico medieval permanece abstrato e ambíguo devido ao seu teor teórico, incapaz de capturar respostas coletivas dos alvos propagandísticos, ou seja, o receptor, seja ele ouvinte, espectador ou leitor. Interpreta-se, assim, a propaganda pela perspectiva do remetente. Afinal, como ressalta Jan Dumolyn, a maior parcela de fontes que sobreviveram até a contemporaneidade foi “produzida por elites clericais e leigas e se concentra apenas nos mesmos grupos” (DUMOLYN, 2013, p. 44)<sup>22</sup>.

Mesmo diante de tais limitações e silêncios, Gustavo Magave Dias (2024) defende a presença das camadas baixas inseridas nos espaços públicos medievais. Segundo o historiador, sendo ouvidos ou silenciados, é nítido que as camadas populares não deixaram de se expressar. Tal afirmação pode ser verificada na análise de Charles W. Connell (2016, p. 2) a respeito de um fragmento de uma correspondência do monge Alcuíno de Iorque, enviada a Carlos Magno, datada de 798, quando o clérigo utiliza a expressão *vox populi, vox Dei*, para questionar a legitimidade da voz do povo, sendo apenas vozes na multidão, e não a voz de Deus.

A historiadora portuguesa Rita Costa Gomes (1994), com algumas ressalvas, admite ser possível a utilização da categoria “propaganda” durante o tardo-medievo para rituais como a destronização, exemplificada no medievo ibérico pela conhecida farsa de Ávila. Nessa ocasião, um grupo contrário ao rei de Castela representou a perda de legitimidade de Henrique IV (1454-1474) utilizando uma estátua de madeira que representava o monarca, removeram-lhe a coroa e a espada, símbolos da dignidade real e da justiça, coroando, em seguida, o infante Alfonso, irmão de Henrique IV e de D. Isabel I, então com 13 anos, como rei de Castela. Todavia, Gomes, observa problemas metodológicos na forma e na utilização do conceito “propaganda”, particularmente na obra Nieto Soria. Em primeiro lugar, a autora critica o uso de conceitos como “rito” e “cerimônia” sem sua devida definição, e de maneira “incontrolada e superficial” (1994, p. 136). Consequentemente, rejeita a associação de tais elementos da cultura medieval a fins legitimadores e propagandísticos, que se realizam de forma alegórica e teatralizada, e ignoram os receptores da propaganda régia, atribuindo-lhes um exacerbado papel de espectadores passivos, o que não condiz com a interpretação histórico-antropológica proposta pela autora.

---

<sup>22</sup> Trecho original: “produced by clerical and lay elites and only focus on the same groups” (DUMOLYN, 2013, p. 44).

Raymond Cazelles (1982), ao investigar a política exercida pela nobreza no século XIV, observa evidências da relevância da opinião pública e da popularidade dos monarcas para a sociedade política medieval para além de um grupo social privilegiado. Mesmo sendo de complexa interpretação devido à baixa existência de fontes que apresentam a perspectiva das classes baixas, Cazelles considera que os esforços propagandísticos para moldar a opinião pública e a existência de relatórios enviados aos conselhos dos reis sobre as tendências de opinião demonstram os ecos produzidos pela sociedade política e a importância do consenso em torno dos soberanos. Um exemplo se apresenta em Florença no século XIV, quando o Duque de Atenas, em busca de reverter os rumos de sua popularidade, oferece suntuosos jogos e celebrações para as festividades da Páscoa de 1343, e se depara com a baixa adesão ao seu evento, tanto de grandes senhores quanto da arraia miúda. Outra tentativa foi realizada para as festividades de maio, que também falharam diante da impopularidade em ascensão (HEERS, 1987, p. 19).

Em meio a tais debates, Jan Dumolyn (2013) propõe uma mudança terminológica a fim de expressar os usos propagandísticos da realeza medieval, sugerindo que, em vez de "propaganda régia", seja utilizado o termo "comunicação política", devido à alteração das relações verticais expressas no conceito de propaganda, em que o remetente exerce um poder exacerbado sobre o receptor. Segundo o autor, o termo "comunicação política" denotaria "relações de poder mais neutras ou difusas, uma situação de poder deixado implícito", sendo mais adequado por não anular as respostas das camadas baixas e por não ignorar a divisão de classes existente no período. A proposta de Dumolyn expressa uma tendência crescente na historiografia, especialmente em torno das chamadas "formas simbólicas de exercício do poder" (MOEGLIN, 2007)<sup>23</sup>, no entanto, se a noção de comunicação política se mostra mais abrangente e reduz o protagonismo do poder monárquico medieval, ela não elimina a ênfase na intencionalidade ressaltada pelo conceito de propaganda.

\*\*\*

Embora em um cenário não consolidado e diante de uma pluralidade de perspectivas acerca do conceito de propaganda, buscou-se expor ao longo do capítulo algumas

---

<sup>23</sup> Em diálogo com G. Althoff, Jean-Marie Moeglin afirma que: "L'État et la société ne «tiennent» pas parce qu'il y aurait une autorité supérieure capable de donner des ordres, d'édicter des lois et de les faire appliquer en mettant éventuellement en scène son pouvoir dans de grandes cérémonies de propagande. L'État en réalité est principiellement faible et est donc incapable d'assurer cette stabilité de l'ordre socio-politique; celle-ci n'est possible que parce que les individus et les groupes ont à leur disposition une série de procédures rituelles qui leur permettent de communiquer et de gérer leurs relations et même leurs conflits" (2007, p. 393).

interpretações sobre o tema. Diante do exposto, compreende-se que as cerimônias da realeza se inseriam em um plano consciente e articulado da burocracia monárquica para projetar e exaltar a figura do monarca e da dinastia reinante, por meio de uma propaganda não verbal, tipificada por Nieto Soria como ritualidade cerimonial, responsável pela criação de uma imagem positiva para o rei em seus momentos de aparições grandiosas. Dessa forma, os rituais da monarquia são entendidos como peça fundamental na organização e hierarquia do reino em torno do monarca, sendo momentos de afirmação da monarquia realizados por meio da pompa e esmero em torno do rei.

As proposições de Rita Gomes e Jan Dumolyn acerca das limitações do conceito de propaganda ao ser aplicado ao medievo, se não inviabilizam o uso da noção, oferecem importantes ponderações e aportes que também orientaram o trato com a documentação mobilizada nesta pesquisa. Consciente das questões identificadas pelos autores, optou-se pela manutenção do conceito de propaganda política, proposto principalmente por Nieto Soria, por entendê-lo como operacional para tratarmos da ação régia de Portugal e de Castela no século XV em torno das cerimônias descritas nos relatos de embaixadas analisados. Destarte, em seguida, discutiremos os casamentos e suas cerimônias como expressão da propaganda política. Optamos por concentrar a reflexão em cada caso, problematizando como as cerimônias em questão se inserem em determinados contextos, ainda que, tentando ressaltar uma visão comparativa entre os casos. Em primeiro lugar, analisaremos o matrimônio de Isabel de Avis com Felipe, o Bom, duque da Borgonha, celebrado em Lisboa, em 1429; e, no último capítulo, as celebrações da negociação do enlace entre Arthur, Tudor, Príncipe de Gales, e Catarina de Aragão, filha dos Reis Católicos, realizadas em Medina del Campo, no ano de 1489.

## CAPÍTULO 2. AS CERIMÔNIAS PORTUGUESAS PARA O ENLACE DA PRINCESA D. ISABEL DE AVIS (1429)<sup>24</sup>

Em setembro de 1425, Filipe, o Bom, duque da Borgonha, ficou viúvo de sua segunda esposa, Bonne de Artois, ainda sem herdeiros legítimos<sup>25</sup>. A ausência de um herdeiro era motivo de preocupação para os homens da época e, especialmente, para o senhor de um ducado de tamanha importância, levando Filipe a retornar rapidamente ao mercado matrimonial. Inicialmente, o duque tentou um enlace com a princesa Leonor de Aragão, filha de Fernando de Antequera e irmã de D. Alfonso V, o Magnânimo. Esse projeto matrimonial, no entanto, não se concretizou, pois, a princesa já estava prometida ao herdeiro da coroa portuguesa, D. Duarte. Diante do impedimento aragonês, Filipe, o Bom, voltou sua busca para outro reino ibérico, o de Portugal, e para D. Isabel, única filha legítima do casal régio português, que já contava com mais de 30 anos de idade. Isso tornava um possível matrimônio da princesa uma tarefa difícil, visto que, comumente, os enlances entre as casas principescas no medievo eram pactuados na primeira infância, com os noivos ainda bebês<sup>26</sup>. Todavia, devido à conjuntura das pretendentes no período e às limitações impostas pela Guerra dos Cem Anos, somadas ao vasto dote da princesa, sua fama, beleza e caráter ilibados, assim como ao interesse português demonstrado no enlace desde os anos anteriores, os múltiplos fatores fizeram com que o duque da Borgonha designasse uma solene embaixada para negociar o casamento. A comitiva diplomática partiu no inverno de 1428, quando a navegação se tornava mais hostil (LE GOFF, 2005), e foi liderada pelo senhor de Roubaix e de Herzele, messire Jean, com a finalidade de realizar uma união com a jovem casa real de Avis por meio do casamento com a infanta D. Isabel, filha do rei de boa memória, D. João I, com a rainha Filipa de Lancaster (LACERDA, 2010; LIMA, 2024a).

A comitiva foi formada pelos fiéis servidores do duque: misser Baudouin de Lannoy, chamado de *el Bègue*, cavaleiro, senhor de Molembais, governador de Lille; André de Toulangeon, escudeiro, senhor de Mornay, seus conselheiros e camareiros; mestre Gilles d'Escornaix, doutor em decretos e preboste de Harelbeque, conselheiro e auditor de petições

---

<sup>24</sup> O conteúdo do capítulo foi parcialmente publicado em LIMA, SILVA, 2022.

<sup>25</sup> O primeiro enlace de Felipe foi com Micaela de Valois, filha de Carlos VI, rei da França, em 1409. Ela faleceu em 1423, sem gerar descendência. Posteriormente, em novembro de 1424, o duque contraiu outra união, dessa vez com Bona de Artois, viúva de seu tio, o conde de Nevers. Essa união teve curta duração, visto que Bona faleceu um ano após o matrimônio, em setembro de 1425, ao tentar dar à luz ao primeiro herdeiro do casal (RODRIGUES, 2017b)

<sup>26</sup> O consórcio matrimonial tardio de Isabel possivelmente está relacionado a mácula da bastardia presente no sangue da jovem dinastia de Avis que tornou as casas principescas relutantes a uma união com a casa de Avis (LIMA, 2024a)

do palácio ducal; o gentil homem chamado Baudouin d'Ongnies, escudeiro e administrador dos gastos da comitiva; o rei de armas Flandres, e o renomado pintor Jan van Eick, responsável por ilustrar a infanta portuguesa em um retrato de meio corpo (LIMA, 2024a)<sup>27</sup>.

Em 19 de outubro de 1428, os embaixadores do ducado da Borgonha partiram do porto de Sluis, na região de Flandres, em navios venezianos, em direção ao reino de Portugal para negociar o casamento entre Felipe, o Bom, e D. Isabel de Avis. Após uma longa viagem que passou pela Inglaterra, em meio a fortes ventos que empurraram as embarcações contra a costa inglesa, a comitiva atravessou o Golfo da Biscaia e aportou em Baiona, na região da Galícia, no dia 11 de novembro. Depois, viajou até Cascais, uma vila que fica a seis léguas de distância de Lisboa, aonde chegaram em 18 de dezembro (LIMA, 2024a).

Em 13 de janeiro de 1429, a comitiva finalmente encontrou o monarca português, em Avis. Diante da corte os embaixadores apresentaram a intenção da tão nobre visita, que causou profunda alegria. As negociações prosseguiram e, após cerca de sete meses de negociações, os acordos do casamento foram definidos<sup>28</sup>. O contrato da união foi reconhecido e assinado perante a um notário em Lisboa, no dia 24 de julho de 1429. No dia seguinte, um domingo, o tão aguardado casamento foi realizado pela manhã, no Paço da Alcáçova, no castelo de São Jorge, “o grande espaço de recepção de todas as pessoas, nacionais e estrangeiras” (SILVA, 1995, p. 28), com o líder da comitiva de embaixadores como representante e procurador do duque da Borgonha sendo responsável por receber a princesa portuguesa como esposa (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 172).

Segundo o contrato do matrimônio ficava estabelecido o pagamento por parte da coroa portuguesa de um montante de “cento e cinquenta e quatro mil coroas [...] imediatamente após a celebração solene do dito matrimônio, isto é, cem mil coroas, ao modo referido e cinquenta e quatro mil[...] no espaço de um ano, no máximo, contando o dia da

---

<sup>27</sup> Como mencionado, a beleza da princesa foi um dos fatores que motivou o desenrolar bem-sucedido das negociações. Segundo Lima (2024, p. 230) “Um critério essencial dos retratos de finais do medievo e do Renascimento, era a semelhança verificável, posto que no período observa-se a intensificação das demandas naturalistas por uma fiel imitação pictórica da realidade. Não obstante, [...]o ambiente cortesão orientava-se sob uma exigência, dar ao retratado uma existência real e ao mesmo tempo ideal[...]”. Em razão desse cenário, em 11 de fevereiro de 1429, foram enviados à Borgonha duas pinturas da princesa portuguesa, uma por terra, sob a proteção de Jean de Baissey, um escudeiro, e de um homem da heráldica, chamado Portejoie, e outra por mar, com Pierre de Vaudrey, escudeiro e copeiro, e Renty, outro homem da heráldica. A resposta positiva sobre a beleza de Isabel ter encantado o Duque chegou a Portugal em 4 de junho de 1429, fazendo com que as negociações avançassem. Outro fator que prova o deslumbramento de Felipe por Isabel é o lema anunciado pelo Duque no momento das celebrações na Borgonha pela chegada da nova duquesa, quando proclama “Aultre n' aray” (outra não terei) (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 171-172).

<sup>28</sup> Segundo Lacerda (2010), desde 1423 o casamento entre D. Isabel e Felipe já era aventado, com D. Pedro, irmão de Isabel sendo o primeiro a introduzir o assunto na corte da Borgonha no contexto de suas andanças pela Europa. Contudo, Douglas Lima (2024b), a partir de dados documentais apresentados por Jacques Paviot, demonstra que as negociações do casamento de Isabel não estiveram presentes na viagem do infante D. Pedro.

celebração” (ANDRADE; NASCIMENTO; SILVA, 1992, p. 43). Tal fator, sem dúvida, contribuiu para a decisão de Felipe para a realização da união, visto que os cofres do ducado necessitam ser reabastecidos devido aos custosos esforços militares realizados no contexto da Guerra dos Cem Anos (RODRIGUES, 2017b).

O matrimônio entre D. Isabel e D. Felipe foi um dos grandes acontecimentos da década de 1420 e um importante passo na afirmação e legitimação da jovem dinastia avisina no cenário europeu, além do mais, segundo Rucquoi (1995), o enlace iniciou um período de acordos diplomáticos com base nos matrimônios da família real que teve seu ápice na década de 1450, com o casamento de D. Leonor, filha do rei D. Duarte, com D. Leonor, com o Imperador Frederico III. Devido à importância do acontecimento que unia Portugal a Borgonha por laços de parentesco, o montante investido na festividade foi altíssimo, sendo o casamento de D. Isabel o enlace que gerou mais despesas para os cofres portugueses entre os reinados de D. João I e D. Afonso V, chegando ao montante de 250.000 dobras (LIMA, 2016). Dentre os termos acordados entre as partes, ficou decidido que a princesa deveria embarcar até meados de setembro para viver junto de seu marido na Borgonha, e com a aproximação da data da viagem, o irmão de Isabel, o infante D. Duarte, futuro rei português, organizou uma grande celebração que teve uma dupla função: celebrar a partida da dama e promover a comunicação do rei com os súditos, construindo assim a imagem da casa real, ligando-a à opulência e à mentalidade cavaleiresca. Os festejos se seguiram durante três dias do mês de setembro e contaram com banquetes, músicas e justas, com um forte componente público e propagandístico (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 173).

Antes de abordar as cerimônias, é necessário retroceder algumas décadas para entender a importância do casamento e das celebrações para a dinastia de Avis. Este recuo permite contextualizar como os matrimônios foram usados como ferramentas políticas e diplomáticas, reforçando alianças e fortalecendo o poder dinástico, pois, no medievo, o casamento não era apenas uma união pessoal, mas uma questão de Estado, carregada de significados políticos e simbólicos. Para a dinastia de Avis, que havia ascendido ao trono português por meio de uma crise sucessória e enfrentava desafios de legitimidade, as uniões matrimoniais tiveram relevância ímpar para consolidar sua posição no cenário europeu (RODRIGUES, 2017b). O matrimônio de D. Isabel, portanto, transcendeu o caráter pessoal e se tornou um instrumento de propaganda dinástica. Ao casar-se, D. Isabel não apenas fortalecia os laços entre Portugal e Borgonha, mas também participava de um espetáculo público que reafirmava a posição da dinastia de Avis. As celebrações em torno de seu casamento devem ser vistas como parte de uma estratégia maior para reforçar a legitimidade e

o prestígio da dinastia, utilizando as cerimônias como um meio eficaz de transmitir mensagens políticas.

### **2.1. A Dinastia de Avis: da crise dinástica ao casamento de D. Isabel**

Durante os primeiros séculos do reino de Portugal, sob a liderança da dinastia de Borgonha, os enlances régios seguiram uma política preocupada com a consolidação do reino frente às organizações políticas vizinhas. Devido a esse fator, as uniões dinásticas ocorreram majoritariamente no âmbito peninsular, predominando matrimônios entre os reinos de Portugal, Castela e Leão, com sete rainhas castelhanas-leonesas desposando monarcas portugueses. Dessa forma, percebe-se uma política matrimonial voltada para a paz, a delimitação de fronteiras e a construção de alianças diante de possíveis ameaças. Contudo, se tal política contribuiu para a consolidação do reino, também fomentou as ambições castelhanas, que se manifestaram, por exemplo, na década de 1380, com o fim da dinastia de Borgonha, após a morte do rei D. Fernando I, o Formoso, sem deixar herdeiros masculinos, em 22 de outubro de 1383 (RODRIGUES, 2017b).

Pelo tratado de Salvaterra de Magos, assinado em abril de 1383, no contexto do final da terceira guerra luso-castelhana do reinado de D. Fernando, e pouco meses antes da morte do rei, ficou estabelecido que D. Beatriz, única filha do rei lusitano, então com 12 anos<sup>29</sup>, e seu marido, D. Juan I, rei de Castela, seriam proclamados reis de Portugal, em caso da morte de D. Fernando sem herdeiros, e o filho do casal assumiria o trono. Também foi acordado que D. Leonor Teles, rainha de Portugal, e principal beneficiária do acordo, assumiria a regência do reino, enquanto o herdeiro de D. Beatriz e D. Juan não completasse quatorze anos, idade considerada mínima para reinar, ou seja, na prática, a rainha viúva permaneceria no trono por um longo período, considerando que D. Beatriz e D. Juan, ainda não possuíam herdeiros. No entanto, o trono vazio fez eclodir uma série de disputas que não garantiram as cláusulas do tratado (SOUSA, 2009).

O reino de Portugal se tornou, então, palco de uma longa disputa sucessória que envolveu os apoiadores da rainha viúva, D. Leonor Teles – dentre eles João Fernandes Andeiro, conde de Ourém, que é apontado na crônica de D. João I, escrita por Fernão Lopes, como amante da rainha –; as forças do rei de Castela, D. Juan I, que invadiu Portugal em busca

---

<sup>29</sup>Como citado anteriormente, os casamentos interprincipescos comumente eram pactuados ainda na primeira infância pelos pais, e com sete anos, idade da razão, para o direito canônico medieval, os noivos deveriam ratificar os planos matrimoniais, com o casamento ocorrendo majoritariamente por volta dos 12 aos 14 anos (RODRIGUES, 2017a).

de defender os direitos de sua esposa; as pretensões de D. João e D. Dinis de Castro, filhos do antigo rei D. Pedro I e Inês de Castro; e o movimento em torno de D. João, Mestre da Ordem de Avis, filho bastardo de D. Pedro I com Teresa Lourenço (SOUSA, 2009).

O interregno durou entre 1383 e 1385, com uma dura guerra entre Portugal e Castela que também envolveu o cenário diplomático da Guerra dos Cem Anos, especialmente os interesses ingleses nas monarquias ibéricas (SOUSA, 2009). A questão sucessória foi parcialmente equacionada pela aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal nas Cortes de Coimbra, em abril de 1385, seguida do abandono do cerco de Lisboa por parte do exército castelhano, devido a surtos de peste e após a vitória das forças capitaneadas por D. João I de Avis contra a investida castelhana na célebre Batalha de Aljubarrota, em agosto do mesmo ano (RUCQUOI, 1995). A ascensão da dinastia de Avis deu-se graças ao apoio da nobreza secundogênita, da população pobre e dos comerciantes, massas que compunham parcela importante da sociedade cidadina, enquanto a nobreza tradicional apoiava as pretensões de D. Juan de Castela (ZIERER, 2006). No entanto, segundo a legislação romana, largamente utilizada nos reinos ibéricos, o Mestre de Avis não possuía direito à herança e às prerrogativas do pai, devido sua condição de filho natural, ou seja, concebido fora do casamento (SILVA, 2018). Tal condição, associada às reivindicações castelhanas, criaram um cenário de conflito e instabilidade que se prolongou ao menos até 1391, ano em que o papa Bonifácio IX legitimou o nascimento do monarca, e 1411, ano da assinatura do tratado luso-castelhano de Ayllón (LIMA, 2014; SOUSA, 2009).

Doravante no poder, o novo monarca se utilizou de múltiplas formas para se afirmar e legitimar à frente do trono português, promovendo, assim, a construção de uma legitimidade para si e para sua dinastia. Tais estratégias passaram pela criação de uma aura messiânica para o reinado, pela promoção de obras literárias que fortaleciam a imagem portuguesa e que ficaram conhecidas como prosa de Avis, pelo reordenamento jurídico do reino, pelas uniões dinásticas que tinham o objetivo de formar uma rede de solidariedade interpríncipesca por toda cristandade para a nova dinastia, entre outras ações (LIMA, 2014; MELLO, 2007). Nesse universo de medidas promovidas pela dinastia de Avis, destacam-se as cerimônias monárquicas, posto que, desde D. João I, evidencia-se em Portugal um processo de “reformulação global das cerimônias da realeza” (GOMES, 1995, p. 302-303), que visava veicular uma imagem idealizada da casa real portuguesa.

Os matrimônios reais constituíam momentos privilegiados para a comunicação do rei com seus súditos e para a construção da imagem externa e interna do reino (LIMA, 2016). Esses eventos assumiam um forte componente público e festivo, com a proposta de socializar

e legitimizar a união não apenas de dois indivíduos, mas de duas células sociais distintas, representadas por duas casas principescas (DUBY, 2011). Além disso, nos casamentos entre membros da família real e das demais casas monárquicas europeias, percebe-se uma clara preocupação com o espetáculo, evidente nos investimentos da nobreza em figurinos, banquetes e na pompa das celebrações (MENDES, 2018). Isso revela uma intencionalidade na promoção da realeza por meio das festividades e do cerimonial, mas também expõe a realidade material e imaterial das casas principescas europeias diante do cenário global medieval afroeuroasiático, em que a cristandade latina passa a se compreender como inferior diante de um contexto mais amplo, como o mundo muçulmano e bizantino (LE GOFF, 2005). Esse contexto mais amplo pode ser traduzido na existência de sistemas-mundo, ou seja, núcleos econômicos plurais, sem um grande centro hegemônico, em que a Europa ocupava uma posição de baixa relevância, pois durante o medievo, a Europa, especialmente o norte do continente, ocupou a periferia dessas redes econômicas — uma realidade que, segundo Immanuel Wallerstein (1990), só vai se alterar no século XVI com o protagonismo europeu, visto que, nesse momento, surge, para o autor, a economia global que vigora na contemporaneidade. Ao considerar a conjuntura do período medieval, deve-se, assim, provincializar a Europa, como proposto por Dipesh Chakrabarty (2000). Ademais, de acordo com Silveira (2019), é preciso compreender que, em grande medida, a história europeia se moldou por influências e entrelaçamentos externos, e que a história medieval, apesar do nacionalismo e do eurocentrismo que ainda vigoram, deverá superar tal condição, restituindo, assim, a globalidade da Idade Média.

O reinado de D. João I foi pródigo em celebrações, iniciando com o enlace do monarca com Filipa de Lancaster, filha de Jean de Gaunt, em 1387, no contexto da Guerra dos Cem Anos, da guerra luso-castelhana, das ambições de Jean de Gaunt sobre o trono castelhano, e dos desdobramentos do Tratado de Windsor (1386), que firmava oficialmente as relações bilaterais entre Portugal e Inglaterra, com grande foco militar. Devido à conjuntura, o casamento ocorreu de forma célere, em um intervalo de quinze dias destinados à organização e aos festejos, que contaram com banquetes, danças e justas, na cidade do Porto, que foi decorada com ervas de cheiro para receber o novo monarca e sua rainha (LIMA, 2016). Todavia, os casamentos avisinios atingiram maior expressão na década de 1420, particularmente os matrimônios entre o herdeiro do trono, D. Duarte, e D. Leonor de Aragão, em 1428, e entre Filipe, o Bom, duque da Borgonha, e a infanta D. Isabel de Avis, em 1429 (LIMA, 2014). É possível afirmar que este matrimônio representa a segunda fase dos

casamentos promovidos pela Dinastia de Avis, bodas realizadas em um período de pacificação interna e externa e de tentativa de ampliação dos laços diplomáticos avisinos (LIMA, 2014).

A monarquia portuguesa empreendeu três importantes enlances entre a ascensão ao trono, em 1385, e 1405, a saber: o já citado casamento do próprio monarca, D. João I com Filipa, da família inglesa dos Lancaster; o casamento de D. Afonso, filho natural do rei português, com D. Beatriz, filha do condestável Nuno Álvares Pereira, principal expoente da nobreza lusitana no cenário posterior à Revolução de Avis e proprietário de uma larga fortuna que em parte foi-lhe concedida por D. João I. Dessa forma, para Rodrigues, esse enlace buscou:

Contrabalançar, ou mesmo de contrariar, as forças sociais centrifugas que se lhe opusessem ou o ameaçassem. Por outro lado, para o condestável, a escolha do bastardo régio também era uma solução viável, pois podia manter a sua casa senhorial, que perpetuasse a sua linhagem e memória, ao mesmo tempo autônoma, em relação a coroa, mas em estreita relação com a família real (RODRIGUES, 2017b, p. 138).

Acrescenta-se, ainda, o casamento de D. Beatriz, outra filha natural de D. João I, com o inglês, Tomás Fitzalan, conde de Arundel, um dos grandes condados ingleses. O enlace contou com o auxílio e a influência da rainha Filipa para as negociações e para o perdão da dívida contraída pelo conde, que buscou dinheiro com o rei inglês Henrique IV para custear as despesas relativas ao matrimônio (RODRIGUES, 2017b). Além disso, destaca-se que o enlace ainda garantia, mesmo após quase dez anos, uma possível ajuda militar do conde na empreitada portuguesa à praça de Ceuta, que, devido ao desenrolar bem-sucedido da missão, não se fez necessária (LIMA, 2014).

Tais enlances podem ser caracterizados como parte de um projeto matrimonial dinástico que visava à afirmação e legitimação da coroa avisina no cenário político interno, estando relacionados ao processo de ascensão ao trono; ao passo que os casamentos ocorridos na década de 1420, chamados de casamentos da segunda fase, se apresentam num cenário de consolidação e ampliação das alianças externas de Portugal, estendendo-se para âmbito peninsular e europeu. Fazem parte desse conjunto: o casamento de D. Duarte, herdeiro da coroa, com D. Leonor de Aragão; de D. Pedro, duque de Coimbra, com D. Isabel de Urgel; do infante D. João, Condestável de Portugal, com a filha do conde de Barcelos, ou seja, sua sobrinha, D. Isabel, o único casamento interno ao reino na década; e o enlace de D. Isabel, que alargou a rede de contatos políticos e comerciais de Portugal até o ducado da Borgonha (LIMA, 2014).

Os casamentos entre casas principescas eram uma forma de pacificação entre partes em guerra, de estabelecimento de alianças dinásticas e de transferência de bens e territórios, envolvendo questões como heranças, dotes, prestígio e a honra ligados ao sangue do esposo ou esposa pretendidos. Essas relações devem ser observadas como um meio para estabelecer uma rede de amizade e solidariedade internacional, sendo os embaixadores os sujeitos escolhidos para as tratativas diplomáticas. Em um período em que a diplomacia não era um apanágio do Estado, em que os embaixadores não tinham um ofício estabelecido, e que mesmo as alianças se caracterizavam por sua fragilidade e efemeridade, o estabelecimento de vínculos de parentesco apresentava-se como um importante mecanismo para a solidificação das alianças externas (LIMA, 2016).

Como indicado, a dinastia de Avis ascendeu ao trono de Portugal num contexto de crise sucessória e, mesmo que o cenário de maior tensão tenha finalizado em 1411, a década de 1420, particularmente por meio dos casamentos celebrados, expressa o empenho da dinástico em projetar uma imagem de poder e criar redes de alianças externas. Os festejos do casamento de D. Isabel marcaram, assim, a conclusão de uma negociação bem-sucedida e celebraram uma aliança que por sete anos foi almejada pelos portugueses (LACERDA, 2010). As festas públicas se tornavam um chamariz de atenção para toda a urbe, que se deslocava para participar do evento, e a nobreza se utilizava da aglomeração para exibir uma imagem calculada, que continha uma mensagem para apoiadores e adversários. Essa mensagem mostrava poder e opulência, associava a casa de Avis a características valorosas vindas do imaginário da cavalaria e afirmava a posição do monarca no topo do estamento nobiliárquico<sup>30</sup>.

## **2.2. As cerimônias do casamento de D. Isabel**

As festividades realizadas durante três dias no mês de setembro de 1429, marcaram a partida de D. Isabel para o ducado da Borgonha, uma importante transição em sua vida, deixando sua terra natal para se unir a uma nova corte e a seu marido. D. Isabel participou de uma celebração cuidadosamente dividida em duas etapas, cada uma planejada para refletir a importância da ocasião e reforçar os laços entre as partes envolvidas (LIMA,

---

<sup>30</sup> Sobre o tema, Rosana Andrés Díaz (1986, p. 82) assevera que: “A fiesta caballeresca es el reflejo de una sociedad y de unas intenciones políticas. El prestigio que proporcionan estos acontecimientos al que las ofrece y participa en ellas es incalculable; prestigio ante los individuos de la propia nobleza, pero sobre todo ante los ojos del pueblo que, igual que acata y aclama a su poderoso monarca en las «entradas» reales, se deslumbra ante el poderío, valor y destreza de la aristocracia”.

2016). Assim, a cerimônia não representou apenas a despedida da princesa, e a consolidação das tratativas e das relações diplomáticas estabelecidas por meio do casamento, mas também se tratou de uma festa “do rei e do reino. A festa foi de todos e para todos”, e ocorreu na “mais principal cidade dos seus reinos” (COELHO, 2011, p. 168).

A cerimônia inicial foi realizada no dia 26 de setembro, em Lisboa, nas Tarcenas Reais, designada como “*sala de las galeras*”<sup>31</sup>, localizada “junto ao Tejo, na zona ocidental da Ribeira, [...] local onde se situavam grandes armazéns e se construíam e ou reparavam as galés reais” (ANTUNES, 2017, p. 232). A escolha minimamente inusitada do espaço se deu devido ao grande número de convidados que não seriam suportados em nenhum dos outros grandes locais de Lisboa, nem mesmo no citado Paço da Alcáçova, no castelo de São Jorge (OLIVEIRA MARQUES, 1994). Sendo assim, o local teve de ser esvaziado previamente para suportar a estrutura do acontecimento<sup>32</sup> e o número de convidados. Nesse ambiente, um grande banquete foi realizado com a participação do rei português, dos príncipes e suas esposas, dos embaixadores borguinhões e de nobres, damas, cavaleiros e importantes membros da corte portuguesa, ou seja, de uma importante parcela da sociedade política lusitana. Para a cerimônia foram construídos dois tabladros: o primeiro se localizava na entrada da sala para os músicos, como trompetistas e menestréis, que garantiam os prazeres musicais do festejo; e o segundo foi alocado próximo a mesa do rei, com homens do serviço heráldico (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 173).

O local também ganhou destaque no relato dos embaixadores por conta da rica decoração com panos de tapeçaria e lã em diversas cores. Além disso, uma generosa iluminação, por meio de tochas e luminárias de cera, domesticava a intensidade das cores na sala cerimonial e trazia suntuosidade e harmonia ao evento.

[...] a dita sala estava coberta nas laterais com panos comuns de lã inteira de diversas cores; e os pilares da referida sala, que é dupla, estavam ornados e adornados de modo semelhante; e, no chão, [a sala] estava coberta com juncos verdes [...] Ali havia seis aparadores muito ricamente preparados e abundantemente carregados de louças de ouro e prata dourada, de diversas peças e formas; e a sala estava tão bem iluminada por tochas e luminárias de

---

<sup>31</sup> Sala das galés

<sup>32</sup> Segundo Sá (2011), existiam no paço salas grandes que possuíam funções adaptativas, como a “sala de las galeras”, utilizada para o banquete em honra de D. Isabel, entretanto, comumente, as refeições reais eram realizadas na câmara do rei, com um número bem reduzido de convidados ou mesmo apenas o monarca e os funcionários relativos ao cozinheiro. Nestes momentos especiais, como banquetes, as salas eram esvaziadas e as mesas eram montadas, para os convidados. Um exemplo da montagem e organização destas salas e estruturas está no casamento de D. Afonso, em 1490, com a princesa Isabel, filha dos reis católicos, que ficou conhecida como “sala de madeira”, no contexto da paz entre Portugal e Castela após os conflitos de sucessão que ocorreram entre 1476 e 1479.

cera que era possível ver claramente em todas as partes (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 173)<sup>33</sup>.

Os escombros do mundo medieval que resistiram na contemporaneidade não fazem jus à paixão pelos tons vivos e brilhantes que homens e mulheres contemporâneos ao medievo consideravam esteticamente aprazíveis. Afinal, a Idade Média contemplava as cores, e o colorido seduzia e despertava sensibilidades. pois, como aponta Le Goff: “A beleza é luz, ela tranquiliza e é sinal de nobreza” (2005, p. 338), construindo, assim, um grande cenário para o evento.

Para os anfitriões, cada detalhe tinha sua importância, como as posições das mesas, que foram organizadas em três grandes fileiras, “em ambos os lados e no centro, ao longo de toda a sala” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 173). As mesas estavam “bem montadas e cobertas de linho muito belo” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 173), voltadas para a mesa de D. João I, que se destacava por estar localizada em uma posição mais alta que as demais e coberta por um pano de ouro à moda de dossel. Na mesa real, encontravam-se os personagens da corte que o rei desejava homenagear (SÁ, 2011). Ao lado direito do rei, estava a princesa D. Isabel e o líder da embaixada, messire Jean, que representava o duque Filipe. Do lado esquerdo, estavam as esposas dos infantes D. Pedro e D. João, porém a esposa do príncipe herdeiro D. Duarte, D. Leonor de Aragão, que estava muito perto de dar à luz, não se encontrava na ilustre mesa junto aos demais<sup>34</sup>, mas sim em um local elevado à direita da sala, de onde pôde testemunhar a festa (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 173-174). Estavam presentes ainda os infantes portugueses, que desempenharam funções cerimoniais, como preconizava a etiqueta portuguesa: “servindo diretamente o rei e os seus convidados mais próximos” (ANTUNES, 2017, p. 233). Enquanto isso, os membros restantes da comitiva de embaixadores se posicionaram em outras mesas, visto que messire Jean ocupou tal lugar de honra devido à sua condição de representante do duque Filipe.

Ainda segundo o conciso relato dos embaixadores a respeito dos víveres consumidos no banquete, a comitiva degustou uma ampla variedade de iguarias e vinhos, os quais foram descritos como abundantes e magníficos. O relato também destaca a presença de

---

<sup>33</sup> Trecho original: [...] la dicha sala entoldada en los laterales de panos comunes de lana entera de diversos colores; y estaban los pilares de dicha sala, que es doble, emparamentados y engalanados de modo semejante; y, abajo, [la sala] estaba cubierta de juncos verdes [...] Allí había seis aparadores muy ricamente preparados y abundantemente cargados de vajilla de oro y de plata dorada, de diversas piezas y hechuras; y fu ella sala tan bien iluminada de artorchas y luminárias de cena, que se veia por todas partes muy claramente. (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 173)

<sup>34</sup> Destaca-se a presença feminina na mesa de D. João I, sendo um dos últimos monarcas que vai compartilhar suas refeições públicas com mulheres da nobreza, visto que, principalmente a partir do século XVI, as mulheres da corte vão se alimentar a parte, na chamada mesa da rainha (Sá, 2011)

talheres em ouro e prata dourada, de modelos e acabamentos diversos (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 174). A opulência da mesa refletia a intenção dos anfitriões de impressionar e agradar os convidados de honra. Não houve menção de qualquer queixa por parte dos embaixadores, tanto em relação à qualidade e disposição dos alimentos quanto à organização dos lugares na mesa<sup>35</sup>. Isso sugere que o banquete foi cuidadosamente planejado para assegurar uma experiência satisfatória e de prestígio, destacando o esforço em garantir que todos se sentissem honrados e devidamente acomodados. Mesmo ocupando posições distintas nas mesas, os embaixadores pareceram estar focados no apreço pela hospitalidade oferecida, sem demonstrar descontentamento com as hierarquias ou arranjos definidos, o que reforça o sucesso do evento no fortalecimento das relações diplomáticas e no reconhecimento da cultura de acolhimento da corte.

Durante o faustoso jantar, cavaleiros e gentis-homens armados, equipados, e disfarçados, como se fossem justar, apresentaram-se a cavalo, passando por entre as mesas da sala e se prostrando diante do rei, em uma espécie de jogo-desafio (ANTUNES, 2017). Eles entregavam uma carta presa a uma lança para um dos convidados seletos. A carta continha a apresentação do sujeito e o local de onde vinha, bem como seu desejo por aventuras, uma clara demonstração da mentalidade cavaleiresca e dos rituais da nobreza, que tinham o simbolismo como um ponto nevrálgico<sup>36</sup>. Um dos cavaleiros, ao se apresentar, afirmou ter vindo dos desertos das Índias; outro, do Paraíso Terrestre; e um disse ter vindo do mar. Todos eram corajosos guerreiros que tinham ouvido falar da grande festa e se deslocaram de suas longínquas comarcas para justar perante a corte portuguesa. Após ler a carta entregue pelo cavaleiro, a dama ou o nobre respondia à solicitação através de um arauto, que pronunciava: “*Caballero, o señor, vos seréis satisfecho*” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 174)<sup>37</sup>. Após as aparições, D. Isabel anuncia, em meio a trombetas e outros instrumentos musicais, a realização de torneios nos dois dias vindouros, e, então, perante os nobres, os cavaleiros se prostram como anteriormente e se retiram deslizando pela sala em seus cavalos, sendo

---

<sup>35</sup> Cabe frisar que os relatos produzidos por embaixadores em cortes estrangeiras não eram produziam apenas palavras amistosas e em tons elogiosos aos anfitriões. Para exemplificar, destaca-se o relato de Lopo de Almeida no documento conhecido como 'Cartas de Itália', epístolas remetidas a D. Afonso V, no contexto das celebrações de enlace entre D. Leonor de Portugal e Frederico III, imperador do Sacro Império Romano-Germânico em 1452. Nas cartas, o embaixador ressalta seu descontentamento com a decoração, o barulho excessivo, a baixa iluminação, a qualidade e a quantidade das taças, e os modos à mesa do imperador, chegando a questionar a higiene do monarca, levantando a hipótese de ele não ter lavado as mãos (FARIA, 2021, p. 581-582).

<sup>36</sup> Segundo Ricardo da Costa (1997), a imagética do cavalo e da lança não podem ser desprezadas, e apresentam mensagens implícitas: a lança simboliza a verdade, a luta contra a mentira, que vai contra a honra e a moral do cavaleiro, enquanto o cavalo representa a altivez, e a nobreza do homem que está acima dos demais.

<sup>37</sup> Trecho original: Cavaleiro, o senhor será satisfeito (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 174).

contemplados pelos olhos dos convidados, exibindo assim o caráter performático das cerimônias da corte portuguesa (ANTUNES, 2017; LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p.174).

Os elementos de cavalaria estão profundamente associados à família real portuguesa e aos festejos realizados, pois embora a cultura cavaleiresca não tenha se disseminado com a mesma força na Península Ibérica quanto para além dos Pirineus, a organização de justas e torneios ganhou maior relevo na associação com as cerimônias do século XV (AGUIAR, 2018). Ademais, a relação da dinastia de Avis com as práticas cavaleirescas também se expressa por meio de obras, como o *Livro da Montaria* e o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, e pela presença de D. João I e dos infantes como membros da ordem de cavalaria inglesa da Jarreteira (GOMES, 2003).

Além das referências cavaleirescas, as vestimentas dos guerreiros também chamaram a atenção dos membros da embaixada, que as descreveram no relato da seguinte maneira:

[...] ele e seu cavalo inteiramente cobertos de espinhos, como um porco-espinho; O outro veio acompanhado de sete planetas, cada um graciosamente representado segundo suas propriedades, muitos outros vieram graciosamente enfeitados e com moedas, cada um de acordo com sua vontade (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 174)<sup>38</sup>.

De acordo com Johan Huizinga (2010, p. 99), o ideal cavaleiresco é marcado por uma dualidade que reflete tanto valores estéticos quanto éticos. Inicialmente, esse ideal se manifesta por meio de uma dimensão estética, caracterizada por “fantasias coloridas e sentimentos elevados”, cuja imagem é frequentemente adornada com elementos de romantização e beleza. No entanto, o ideal cavaleiresco não se restringe apenas à aparência e ao ornamento; ele também busca se conectar com um ideal ético, relacionado à virtude da piedade. Segundo o autor: “o ideal cavaleiresco fica sempre a dever, estorvado por sua origem pecaminosa.” A tensão entre o desejo de virtude e as imperfeições inerentes à natureza humana revela, assim, uma contradição fundamental no ideal cavaleiresco.

Após as apresentações dos cavaleiros, D. Isabel anunciou as premiações para os homens que vencessem as justas que ocorreriam nos outros dias de festa, com o vencedor do primeiro dia recebendo como premiação uma rica taça, e do segundo dia um rico diamante, apresentando assim a opulência da família real e do reino, tanto para os demais nobres presentes no evento, quanto aos embaixadores da Borgonha (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016,

<sup>38</sup> Trecho original: [...] él y su caballo todo cubierto de espinhas, como de puercoespiin; tro que vino acompanhado de siete planetas, cada uno graciosamente representado según su propiedad; otros muchos vinieron graciosamente afeezados y com divisas, cada uno según su voluntad” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 174)

p. 174). Após o término do banquete e das apresentações dos cavaleiros, com a hora bem avançada, o grande jantar se encerrou, com o rei, os infantes, outros senhores e damas saindo sem danças, expressando o que Rodrigues (1996) classifica como um distanciamento do rei e da família real de divertimentos populares, prática que, em Portugal, se inicia com a chegada do mestre de Avis ao poder.

A segunda parte das festividades foi marcada por justas e combates que ocorreram nos dias 27 e 28 de setembro na rua nova de Lisboa, um importante espaço público para grandes festividades, construído ainda sob a governança do monarca D. Dinis, e que ganhou menção nos escritos de Rui de Pina por se tratar de uma das “obras, e cousas notáveis” (PINA, 1977, p. 82). De acordo com o relato dos embaixadores, a rua Nova foi coberta com uma grande quantidade de areia, e uma paliçada foi construída para a justa. O local estava decorado com panos de lã, de cores azul e roxo, criando um espetáculo que interrompia o cotidiano e chamava a atenção dos moradores da cidade (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 175). A escolha do azul não deve ser ignorada, pois, segundo Huizinga (2010), a cor era relacionada a uma simbologia do amor, mais precisamente da fidelidade, como expressado no poema de Christine de Pisan:

Amar a sua dama não está no fato  
De se vestir de azul nem em portar as divisas.  
Mas sim em servir apenas a ela, de coração completamente fiel,  
E preservá-la da difamação  
...É nisso que se baseia o amor, não no trajar azul,  
Embora muitos achem que podem  
Ocultar o mal da falsidade sob uma pedra tumular,  
Vestindo-se de azul (PISAN, 1890, p.415, Apud HUIZINGA, 2010, p. 472)<sup>39</sup>.

Justas, torneios e feitos de armas estiveram associados ao cerimonial monárquico medieval. Na Península Ibérica, estiveram relacionados, sobretudo, a momentos de festas da monarquia, e essas, por seu turno, foram constantemente mobilizadas por motivos ligados à diplomacia, como os casamentos dos membros da família real (AGUIAR, 2018). Conforme Sébastien Nadot (2012), em meio a tais negociações matrimoniais, as justas e demais atividades do universo da cavalaria exerciam papel relevante para o estabelecimento de alianças e amizades, assim como para o recolhimento de informações sobre o estrangeiro e a afirmação do perfil cavaleiresco dos embaixadores. Para o autor, existia um: “paralelismo

<sup>39</sup> Trecho original: Au bleu vestir ne tient mie le fait, N’á devises porter, d’amer as dame, Mais au servir de loyal cuer parfait Elle sans plus, et la garder de blasme... Là gist l’ amour, nom pas au bleu porter, Mais puet estre que plusieurs le meffait De faulseté cuident couvrir soubz lamê Par bleu porter... (PISAN, 1890, p.415, Apud Huizinga, 2010, p. 472).

espacial e temporal das festas cavaleirescas com as ações diplomáticas, bem como o jogo duplo de certos cavaleiros – justadores e diplomatas – indicaria que questões “internacionais” animavam as liças e as arquibancadas” (NADOT, 2012, p. 273)<sup>40</sup>. Especificamente sobre o caso português, Miguel Aguiar argumenta que:

[...] as justas e torneios a partir dos quais se criou alguma memória até hoje sobrevivente estavam associados a algum momento especialmente relevante ou excepcional, o que poderá ter contribuído para que viessem a ser marcados por uma maior exuberância. Desta forma, e também em face dos objetivos e mundividências dos autores dos relatos, há uma preocupação em detalhar a festa, a riqueza das cerimônias e o aparato que as rodeia (AGUIAR, 2018, p. 182).

Retomando o relato de embaixada, os cavaleiros compareceram muito bem-vestidos, alguns com panos de ouro, outros com tecidos de prata, ou tecidos de seda, ricamente bordados, e armados para os jogos que viriam a seguir. Enquanto isso, a plateia observava das janelas e pelas ruas os cavaleiros demonstrarem suas habilidades com a lança e o cavalo, e suas qualidades de coragem e distinção, reafirmando-se como uma classe social superior, que seria o escudo e a espada da sociedade contra possíveis inimigos (ANDRÉS DÍAZ, 1986).

Durante as disputas, o monarca e os personagens importantes da corte observavam o evento das sacadas das casas próximas, transformando-as em assentos elevados e convertendo o espaço público da Rua Nova de Lisboa em um teatro. Essa cena oferecia a todos que olhavam para cima uma imagem calculada da família real e do rei. Dessa forma, o monarca português realizava uma comunicação não verbal durante suas aparições, pois, de acordo com Schmitt (1990), a antropologia medieval interpretava o homem por meio de um movimento dialético que associava o corpo à alma, o exterior ao interior. Sendo o corpo a exibição dos gestos escondidos e disciplinados da alma, esses gestos, acompanhados dos símbolos que identificavam o rei e a opulência ao seu redor, comunicavam e fabricavam a diferenciação e majestade do monarca e de sua dinastia, estabelecendo-os no topo do estamento nobiliárquico e desencorajando qualquer aventura contra o trono.

O relato dos embaixadores é lacônico ao discorrer sobre como ocorreram as justas, e não descreve equipamentos utilizados nos jogos, as regras, a reação dos observadores ao grande evento, ou os nomes dos melhores cavaleiros dos dois dias de torneios. O relato apenas encerra a descrição dizendo: “justaram bem e amplamente diante do rei e dos senhores

---

<sup>40</sup> Trecho original: “[...] parallèle spatial et temporel des fêtes chevaleresques avec des actions diplomatiques ainsi que le double jeu de certains chevaliers.”

e damas, [...] e igualmente se fizeram outras justas belas e solenes no dia seguinte, 28 do já mencionado mês de setembro” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 175)<sup>41</sup>.

A última cerimônia testemunhada pelos embaixadores em Portugal foi a procissão da família real a cavalo pelas ruas de Lisboa até a igreja, em 29 de setembro de 1429, onde se realizou uma missa na Sé de Lisboa, antes da partida da princesa para Flandres. Na ocasião, presenciou-se a mescla de elementos sagrados e seculares, demonstrando a pouca operacionalidade das classificações mais rígidas a respeito das categorias de cerimônias como momentos horizontais, sem a presença do sobrenatural, e rituais como sendo verticais, envoltos no sublime religioso. Em outros termos, as grandes cerimônias da realeza em finais da Idade Média se caracterizam por sua natureza pluridimensional e por fronteiras porosas, que fundem o profano e o sagrado.

Devido ao mau tempo, a partida da nova duquesa da Borgonha foi adiada e só ocorreu no sábado, 8 de outubro, quando uma comitiva composta por cerca de 2.000 pessoas acompanhou a princesa e os embaixadores até o ducado em 14 grandes embarcações bem abastecidas e armadas. Na comitiva estava alguns personagens notáveis, como D. Fernando, irmão de Isabel, D. Afonso, seu sobrinho, e o bispo de Évora, além de vários servidores, como seu capelão, sua ama, Mór Gonçalves, seu secretário, Pedro Eanes, escudeiros e damas de companhia (ANTUNES, 2017; RODRIGUES, 2017b).

Após uma longa viagem repleta de perigos e turbulências, Isabel e os embaixadores chegam à Borgonha, onde a duquesa finalmente conhece seu marido, Felipe, o Bom, que já se encontrava apreensivo diante de possíveis infortúnios ocorridos durante o deslocamento da esposa. No ducado, grandes celebrações foram oferecidas em homenagem ao enlace e a Isabel, com direito a diversos músicos, banquetes, nobres convidados e à construção de dois chafarizes, um em formato de leão e outro de cervo, que, respectivamente, manavam vinho e hipocraz para os convidados. No papel de duquesa e governante, a portuguesa se destacou no século XV como uma das mulheres mais poderosas daquele período, atuando como conselheira e diplomata. O enlace durou até a morte de Felipe em 1467 (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016; ANTUNES, 2017b).

\*\*\*

---

<sup>41</sup> Trecho original: “Justuron bien y largamente delante del rey y los señores y damas, [...] e igualmente se hicieron otras justas bellas y solemnes al día siguiente, 28 del dicho septiembre” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 175).

Tendo como base o relato de embaixada borguinã, ao longo do capítulo analisamos a missão diplomática, procurando tanto discutir o casamento em questão como expressão de um contexto anterior e recente de ascensão dinástica e busca de afirmação e legitimação, interna e externa; quanto, em seguida, centrado nas cerimônias realizadas em Lisboa pelo matrimônio de D. Isabel com Felipe, o Bom, discorrer sobre a intencionalidade da monarquia portuguesa em conduzir as celebrações de determinada maneira, envolvendo os principais representantes da nobreza e do clero português, a população lisboeta e os enviados estrangeiros. Como tentamos demonstrar, tais festas foram marcadas pela construção de estruturas materiais, que foram postas no espaço urbano, e, principalmente, por cores, sons, sabores e performances, com destaque às atividades cavaleirescas e aos códigos da cavalaria, elementos que reforçam tanto a importância dos cerimoniais da realeza como prática política e fundamento do poder monárquico em finais da Idade Média, quanto expressam as bases simbólicas do poder régio mobilizadas como estratégia de propaganda política, uma propaganda que se acentuava em grandes celebrações da diplomacia.

### CAPÍTULO 3. CELEBRAÇÕES E CERIMÔNIAS PARA A COMITIVA INGLESA DE HENRIQUE VII: O DIÁRIO DE ROGER MACHADO (1488-1489)

O espetáculo era impressionante. Gutierre de Cárdenas avançava solenemente pelas ruas de Segóvia, gélidas e açoitadas pelo vento, segurando a espada real pela ponta, com o punho elevado. Atrás dele, seguia a nova monarca, uma mulher de vinte e três anos, de estatura entre mediana e baixa, cabelo entre loiro e castanho claro e olhos de cor azul-esverdeada, cujo ar de autoridade era reforçado pelo simbolismo ameaçador da arma de Cárdenas, um emblema do poder real tão contundente quanto qualquer coroa ou cetro. Aqueles que se atreveram a desafiar o frio glacial do inverno segoviano para contemplar a comitiva sabiam que tal ato significava que a jovem estava determinada a fazer justiça e impor sua vontade pela força. As joias resplandcentes de Isabel de Castela evidenciavam a magnificência real, enquanto a espada de Cárdenas ameaçava com a violência. Ambas eram emblemas do poder e da disposição de exercê-lo (TREMLET, 2017, p. 16)<sup>42</sup>.

Isabel de Castela, filha do segundo casamento do monarca Juan II Trastâmara com Isabel de Portugal, era a terceira na linha de sucessão do trono castelhano, seguindo seu meio-irmão, Enrique, e seu irmão, Alfonso. Além da condição de terceira filha, seu sexo desempenhava um papel importante ao situá-la em uma posição de inferioridade na hierarquia de poder, restringindo-a a um papel secundário na política do reino. Seu valor era percebido, principalmente, em seu potencial para estabelecer alianças por meio do matrimônio, e não em sua capacidade de reinar; em outras palavras, Isabel seria uma peça para a política dinástica, e, por isso, ela foi "preparada para o casamento, não para governar" (FOX, 2011, p. 7)<sup>43</sup>. No entanto, com o desenrolar dos acontecimentos, em 11 de dezembro de 1474, Isabel foi coroada rainha após o falecimento de Enrique IV, iniciando um reinado que criou uma ruptura em Castela e encerrou as crises e instabilidades entre a monarquia e a nobreza que vinham ocorrendo desde a década de 1450 (TREMLET, 2017).

A rainha Isabel I de Castela, conhecida como Isabel, a Católica, desempenhou um papel central em vários acontecimentos significativos entre o final do século XV e o início do XVI, moldando não apenas a história da Espanha, mas também a da Europa. Entre esses

---

<sup>42</sup> Trecho original: "El espectáculo era impresionante. Gutierre de Cárdenas avanzaba solemne por las calles de Segovia, gélidas y azotadas por el viento, sujetando la espada real por la punta, la empuñadura en alto. Le seguía la nueva monarca, una mujer de veintitrés años, de estatura entre mediana y baja, cabello entre rubio castaño claro y ojos de color azul verdoso, cuyo aire de autoridad quedaba reforzado por el simbolismo amenazador del arma de Cárdenas, un emblema del poder real tan contundente como cualquier corona o cetro. Quienes se habían atrevido a desafiar el frío glacial del invierno segoviano para contemplar la comitiva sabían que tal acto significaba que la joven estaba decidida a impartir justicia e imponer su voluntad mediante la fuerza. Las joyas resplandcentes de Isabel de Castilla evidenciaban la magnificencia real, mientras que la espada de Cárdenas amenazaba con la violencia. Ambas eran emblemas del poder y de la disposición a ejercerlo" (TREMLET, 2017, p. 16).

<sup>43</sup> Trecho original: "[...] groomed for marriage not ruling." (FOX, 2011, p. 7).

eventos, destacam-se: o casamento com Fernando II, de Aragão, em 19 de outubro de 1469, que durante muito tempo foi interpretado de forma mitificada, sendo o matrimônio visto como a origem da Espanha unificada e pacificada; o estabelecimento de um tribunal da Inquisição em Castela, em 1478; a tomada de Granada, em 2 de janeiro de 1492, que marcou a conquista do último bastião muçulmano na Península Ibérica; e a expulsão dos judeus de todos os territórios sob o controle dos Reis Católicos, por meio de Decreto de Alhambra, de 31 de março de 1492 (RUCQUOI, 1995). Além desses eventos, no reinado de Isabel I houve uma alteração nos rumos da diplomacia castelhana, que passou por um resfriamento das antigas relações com o reino francês, devido à rivalidade franco-aragonesa e ao apoio francês à causa de Juana na guerra de sucessão de Castela. Concomitantemente, ocorreu uma aproximação e maior vigor nas relações anglo-castelhanas<sup>44</sup>, buscando benefícios mútuos (VALDIVIESO, 1996)

O alinhamento diplomático entre Castela e a Inglaterra deu-se, em especial, por meio de tratativas de um acordo matrimonial, por palavras de futuro, entre a jovem princesa castelhana Catarina<sup>45</sup>, quarta filha dos Reis Católicos, então com menos de três anos de idade, com Artur, Príncipe de Gales, herdeiro do trono inglês, um ano mais moço. As negociações foram realizadas ao longo de 1488, sendo conduzidas a partir do mês de abril pelos embaixadores espanhóis na corte inglesa, em especial Rodrigo Rodríguez de la Puebla. Em julho, os representantes de cada reino definiram o contrato de casamento e os termos do tratado de paz, comércio e aliança entre as partes, mas os pormenores do contrato e, sobretudo, as cláusulas da aliança, retardaram o acordo. Em meio aos impasses, em 21 de dezembro de 1488, Henrique VII, rei inglês fundador da dinastia Tudor, estabeleceu uma embaixada a Castela para concluir com os embaixadores hispânicos o tratado de paz e aliança e o tratado de casamento. O enlace foi considerado uma prioridade para o reino inglês, visto que representava uma aliança sanguínea com Castela, que, à época, já se consolidava como uma potência cada vez mais respeitada no cenário europeu, após os anos anteriores de crise (SEVILLA GONZÁLEZ, 2016). Para Henrique VII e sua dinastia, o matrimônio significava reconhecimento e legitimidade internacionais, além do estabelecimento de um importante aliado diante de possíveis ameaças francesas (CAHILL MARRÓN, 2012).

---

<sup>44</sup> Segundo Cahill Marrón (2012), essa aproximação tem origens em 1471, com o Tratado de Abbéville, sendo parte de uma protodiplomacia de Isabel I e Fernando II, quando acumulavam somente o título de príncipes da Sicília y Príncipes de Asturias, ou seja, ainda não eram reis em seus respectivos Estados.

<sup>45</sup> A princesa Catarina recebeu seu nome em homenagem a sua bisavó, Catalina de Lancaster, no entanto, a historiografia largamente lhe atribuiu o epíteto de Catarina de Aragão, na tentativa de lhe distinguir de outras Catarina, particularmente as Catarina que desposaram Henrique VIII, esposo de Catarina “de Aragão” depois da morte de Arthur, em 1502 (Katherine Howard e Katherine Parr). Todavia, como destaca Salazar y Acha (2006), a designação correta para a filha mais nova dos Reis Católicos seria Catarina de Castilla y Aragón.

Para a realização da missão em direção ao reino ibérico, a comitiva inglesa contava com os seguintes membros: o clérigo e doutor em direito civil e canônico Thomas Savage, líder da embaixada; o nobre, cavaleiro Richard Narfan, descrito como o segundo no comando; seu filho natural, John Narfan; possivelmente um pintor chamado mestre Antônio<sup>46</sup>; o experiente homem do serviço heráldico, Roger Machado<sup>47</sup>, descrito como “Richmond, Rey de Armas de Norroy”, conhecedor da língua e da geografia ibérica, por possivelmente ter origens portuguesas; além de um séquito de cerca de oito pessoas não identificado nominalmente que acompanhava os embaixadores (MACHADO, 2003, p. 182-183).

A comitiva inglesa partiu do porto de Southampton, em 19 de janeiro de 1489, conjuntamente com os embaixadores castelhanos Rodrigo Rodríguez de la Puebla, que atuava na Inglaterra a serviço dos Reis Católicos, Juan de Sepúlveda, encarregado de levar a Londres os poderes para os representantes negociarem o casamento, e pelo capelão da rainha D. Isabel, Martín de Torres (SEVILLA GONZÁLEZ, 2016). Devido às tempestades típicas do inverno, os embaixadores ficaram retidos cerca de 20 dias em águas inglesas, primeiro no porto de Plymouth e, depois, no porto de Falmouth, no sudoeste da Inglaterra, de onde conseguiram partir apenas na noite de 12 de fevereiro. A comitiva chegou à costa da Biscaia após quatro dias de viagem, empurrada por grandes tempestades, desembarcando em Laredo, cidade castelhana, em 16 de fevereiro, onde foram alojados na casa do mercador Fernando García del Hoyo, participante dos intercâmbios mercantis com o reino inglês. Na cidade, ficaram retidos por sete dias devido a uma grande nevasca, contrariando o desejo da comitiva de chegar o quanto antes até os Reis Católicos (MACHADO, 2003, 184-184)

A rainha de Castela foi descrita por crônicas coevas ao seu governo, como “mulher muito cerimoniosa em seus vestidos e arreios, e em seu estrado e assentos, e a serviço de sua pessoa; ela queria ser servida por grandes e nobres homens, com grande respeito e humilhação” (PULGAR, 1943, p. 78)<sup>48</sup>. Devido a tais características da persona de Isabel I, a monarca estava decidida a evitar outra humilhação como a que havia sofrido em 1477, no contexto de seus primeiros anos de governo, ainda marcados pela guerra de sucessão entre a rainha e sua sobrinha, Juana. Na infeliz ocasião, o embaixador inglês Thomas Langton, que foi enviado a Castela para dar início as tratativas de um enlace entre Eduardo,

---

<sup>46</sup> No relato de Machado não se menciona em nenhum momento a presença do pintor inglês, todavia, devido a presença de pinturas realizadas apenas dois meses após a embaixada chegar a Castela, presume-se a participação do pintor na embaixada, além do fato, discutido no capítulo anterior, da popularização de pinturas em meio a negociações para matrimônios (CAHILL MARRÓN, 2012).

<sup>47</sup> Para saber mais sobre Roger Machado, consultar: LEITÃO (2015) e WATSON, (2014).

<sup>48</sup> Trecho original: “Era muger muy cerimoniosa en los vestidos e arreos, e en sus estrados e asientos, e en el servicio de su persona; e quería ser servida de omes grandes e nobles, e con grande acatamiento e humiliación.” (PULGAR, 1943, p. 78).

príncipe de Gales, e Isabel de Trastámara<sup>49</sup>, filha mais velha de Isabel e Fernando, promovia um discurso em latim sobre uma plataforma que objetivava dar proeminência e honradez ao embaixador, no entanto, a estrutura desmoronou, causando grande constrangimento. Graças à postura sagaz e polida do embaixador, ele conseguiu manter o decoro, levantar-se e prosseguir com o discurso (TREMLETT, 2017). Todavia, diante de outra visita de embaixadores ingleses a Castela, não poderia haver falhas como aquela.

Compreendendo os cerimoniais oferecidos por Castela à embaixada inglesa como parte essencial do sistema político e da estrutura do poder, serão investigadas as cerimônias de recepção de embaixadas, buscando entender os elementos propagandísticos e legitimadores presentes nas celebrações que ocorreram durante duas semanas em honra à comitiva inglesa. Deve-se considerar que, algumas décadas antes, Castela havia passado por grandes conflitos entre a monarquia e a nobreza, que culminaram em uma guerra civil entre Enrique IV e Alfonso, e uma guerra de sucessão entre Isabel e Juana, com participações externas de Portugal e França. Portanto, antes de abordar as cerimônias, é necessário retroceder algumas décadas para entender a relevância da aliança com a Inglaterra e a importância do casamento da princesa Catarina com Arthur, e, posteriormente, considerar o papel do cerimonial de recepção para o desfecho bem-sucedido das tratativas do enlace que se realizará apenas 10 anos depois da visita dos embaixadores ingleses, em 14 de novembro de 1501 (SEVILLA GONZÁLEZ, 2016).

### **3.1. Contexto: da crise sucessória ao casamento**

Em Castela, a segunda metade do século XV foi marcada por desequilíbrios e tensões entre a nobreza e a monarquia. Dentre os acontecimentos do período dois se destacam: a custosa guerra civil que dividiu o reino castelhano entre os apoiadores de Enrique IV e os de seu jovem irmão Alfonso (1465-1468), e a guerra de sucessão entre Isabel, a Católica, e sua sobrinha, Juana (1474-1479), que findou com a eleição de Isabel para o trono no lugar da descendente de Enrique IV e D. Joana de Portugal. Todavia, como aponta Olivera Serrano (2011), o que se sobressai nesse período não são os conflitos, mas sua conclusão, marcada pela estabilidade construída em torno da legitimidade de Isabel, a Católica, e pela consolidação de seu reinado por meio de um conjunto de ações, dentre elas, uma ênfase na

---

<sup>49</sup> Devido à estratégica política dos Reis Católicos, o casamento entre o reino inglês e os reinos de Castela e Aragão acabou não se realizando naquela década, e Isabel contraiu matrimônio com o príncipe português Alfonso, em 1491, que morreu pouco tempo depois do enlace. Com a morte do esposo, Isabel foi prometida a Manuel I, de Portugal, em 1496 (CAHILL MARRÓN, 2012).

política cerimonial, como estudado por Carrasco Manchado (2006), e na política de casamentos que alargou a rede de solidariedade internacional em favor dos Reis Católicos e ambicionou, por parte de Fernando II, a união da Península Ibérica sob uma coroa (RUCQUOI, 1995).

A década de 1450 se inicia com a ascensão de Enrique IV, filho de Juan II, na altura com 29 anos. O monarca foi descrito pela documentação e assumido pela historiografia como um homem de personalidade débil e cambaleante, incapaz de controlar a alta nobreza e carregado de insucessos em suas tentativas de conquistar Granada. Além desses fatos, a figura de Enrique surge em meio a presságios de mau agouro: “uma grande mancha apareceu no céu; morreram muitos animais, colheitas foram perdidas [...] E o pior aconteceu em Alcázar de Segovia, onde Enrique IV possuía um grupo de leões; e o maior deles foi morto e comido pelos demais” (BATLLE GALLART; DELGADO PINEDA, 2011, p. 752)<sup>50</sup>. Para a sociedade medieval envolta em hierofania, ou seja, um imaginário coletivo que buscava por interpretações mágicas para dar sentido aos acontecimentos, o episódio descrito anunciava um governo de insucessos, previsões de instabilidades que acabaram se tornando realidade com os conflitos que ocorreram durante o reinado do monarca (LE GOFF, 2005).

Para além dos presságios destaca-se que, desde o nascimento, Enrique possuía pouco prestígio entre as altas linhagens de Castela devido a características físicas particulares<sup>51</sup>. Ademais, também foi apontado por seus opositores, como Alfonso de Palencia, secretário de latim de Henrique, e Diego de Valera, pajem e conselheiro do rei, como tendo amor por mouros, esquizofrênico, homossexual, taciturno, desalinhado com a posição de rei e impotente<sup>52</sup>. Tais fatores provavelmente contribuíram para formar a biografia negativa do monarca, mas, como destaca Carrasco Manchado (2006), devem ser observados como ficção narrativa, construções ideológicas que representam mais que um relato “verdadeiro” de como

---

<sup>50</sup> Trecho original: “Una gran mancha apareció en el cielo; murieron muchos animales, se perdieron cosechas [...] y lo peor ocurrió en el Alcázar de Segovia, donde Enrique IV tenía un grupo de leones; y el más grande de ellos fue asesinado y devorado por los demás.” (BATLLE GALLART; DELGADO PINEDA, 2011, p. 752).

<sup>51</sup> Batlle Gallart e Delgado Pineda (2011, p. 749) descrevem a condição de Enrique como “displásico eunucoide com reação acromegálica”, ou seja, uma patologia que envolve uma combinação de fatores, podendo indicar uma alteração endócrina ou do desenvolvimento físico e estrutural, resultando em desproporções corporais e características incomuns. A causa de tal condição é levantada por Suárez Fernández (2001), que sugere que poderia estar relacionada à política endogâmica dos Trastámara nesse período ou a uma hemorragia ocorrida durante o nascimento de Enrique.

<sup>52</sup> O príncipe Enrique era casado com Blanca de Navarra, porém, ainda no fim do reinado de seu pai, o rei Juan II de Castela, foi-lhe concedido o divórcio pelo arcebispo de Segovia, com a justificativa de que sua impotência se limitava a sua esposa, e não se manifestava para com outras mulheres. Devido a tal acontecimento um dos primeiros passos de Enrique no poder foi equacionar o problema Navarro e a antipatia de seu ex-sogro (BATLLE GALLART; DELGADO PINEDA, 2011).

foi o passado, representam na realidade juízos e interesses dos cronistas do período, cabendo ao historiador a leitura cética.

Durante seu reinado, Enrique IV, manteve uma política exterior amistosa com a França, garantindo segurança para o comércio e navegação no Atlântico, além de conduzir aproximações com Portugal<sup>53</sup> por meio de seu segundo casamento, com Joana, irmã do rei Afonso V (BATLLE GALLART; DELGADO PINEDA, 2011). O enlace carregou consigo problemas relacionados à legitimidade devido à sentença de divórcio de sua primeira união e à dispensa de parentesco entre o monarca e Joana terem sido outorgados pelo arcebispo de Toledo e os bispos de Ávila, e não pelo Papa. Entretanto, as cerimônias e festas promovidas para celebrar a união, exibiram grande pompa e luxo. Segundo Batlle Gallart e Delgado Pineda: “O fausto em torno da realeza e seus símbolos demonstrou uma ostentação própria do conceito de monarquia. Todos estes atos tiveram um valor político frente à nobreza [...]” (2011, p. 751)<sup>54</sup>.

Após o casamento, o descrédito não cessou graças à manutenção de sua política pacifista e de concessões diante da alta aristocracia, bem como à confiança depositada em nomes equivocados, como o de Juan Pacheco, o Marquês de Villena, que praticava uma política dupla, minando as bases do poder do monarca. Assim, na metade do século XV, as altas linhagens vindas da antiga nobreza, de dinastias jovens ascendentes apoiadoras dos Trastâmara, e de famílias vindas de outros reinos, como os Ramírez de Arellano, Bernal de Béarn e Pimentel de Portugal, consolidam-se com mais da metade das terras castelhanas, colocando Enrique IV em uma posição decorativa frente às cortes (BATLLE GALLART; DELGADO PINEDA, 2011).

Quando o monarca buscou mudar os rumos de sua política e afastou o grupo liderado pelo Marquês de Villena e o arcebispo de Toledo, iniciou-se a tentativa de destronar Enrique e coroar seu irmão, Alfonso, o rei de Ávila, que ainda não possuía a maioria para governar. O grupo de oposição apresentou críticas públicas manifestadas no documento de Burgos, de 1464, e, posteriormente, no documento chamado Sentença de Medina del Campo,

---

<sup>53</sup> Para além do casamento, destaca-se que, no decorrer do reinado de Enrique, ocorreram 7 embaixadas portuguesas a Castela. Entre elas, assinala-se a embaixada liderada por D. Jorge da Costa para testemunhar o nascimento de Juana, filha de Enrique IV e Joana de Portugal, jovem que, posteriormente, ficou conhecida como Beltraneja. Segundo Lima (2016), a embaixada também tinha como objetivos aproximar os reinos ibéricos, fortalecer a posição de Enrique IV e introduzir a ideia de uma união matrimonial entre D. Afonso V e D. Isabel de Castela.

<sup>54</sup> Trecho original: “El fasto en torno a la realeza y sus símbolos demostró una ostentación propia del concepto de monarquía. Todos estos actos tuvieron un valor político frente a la nobleza [...]” (BATLLE GALLART; DELGADO PINEDA, 2011, p. 751).

de 1465<sup>55</sup>, em que os nobres exigiam a deposição de Enrique e a coroação de Alfonso. Com a negativa do rei, executou-se a cerimônia que ficou conhecida como Farsa de Ávila, na qual o grupo defensor de Alfonso utilizou uma estátua de madeira que simbolizava Enrique IV e lhe retiraram as insígnias regias. A partir de então, teve início o bicefalismo castelhano, com o reino possuindo dois reis e duas cortes. Assim, o contexto da guerra civil castelhana mostra-se mais marcado pela política da desordem fiscal e de mercês a partidários do que por grandes batalhas campais (OLIVERA SERRANO, 2011)<sup>56</sup>.

Dessa maneira, seguiu-se a guerra, sem que nenhum dos dois lados manifestassem sinais de grandes avanços, fazendo com que negociações fossem almeçadas. Uma delas, proposta pelo arcebispo Fonseca em parceria com Juan Pacheco, colocava como caminho para a paz a aceitação plena de Enrique IV como rei, desde que, após a morte do monarca, a linha sucessória se encaminhasse para Alfonso, e não para Juana, filha de Enrique IV e D. Joana de Portugal. A proposta encontrou resistência na pessoa da rainha, que não aceitou que sua filha perdesse a coroa. Todavia, mediante acordos e a custódia da rainha pelo arcebispo Fonseca em Alaejos, a proposta avançou em 1468, mas foi interrompida com a inesperada morte de Alfonso, em 5 de julho daquele ano.

Com o falecimento de Alfonso, e sem que Isabel manifestasse interesse em se proclamar rainha em um contexto de antagonismo a Enrique IV, que poderia levar a outra guerra, o cenário havia se alterado. Entretanto, o improvável ocorreu durante a custódia da rainha em Alaejos, com Juana estabelecendo relações extraconjugais com D. Pedro de Castilla, homem com qual teve dois filhos, aumentando assim os boatos a respeito da virilidade inoperante de Enrique, e da bastardia de sua filha. Nas palavras de Olivera Serrano: “Juana de Portugal ganhou assim uma fama de adúltera que acabou salpicando a honra de sua própria filha, que foi tida por muitos, desde aquele momento, como "a Beltraneja", sem mais dúvidas” (OLIVERA SERRANO, 2011, p.780)<sup>57</sup>.

A resolução para o dilema foi o Pacto de Cebreros-Cadalso, oficializado em 19 de setembro de 1468, no qual Isabel foi legitimamente e publicamente aceita como herdeira, mas colocada sob a custódia do rei e da corte para a escolha de seu pretendente, cabendo apenas à

---

<sup>55</sup> Os argumentos expostos para dissolução do governo de Henrique IV perpassam por encerramento da má gestão, a defesa da religião, devido a suposta amorosidade de Henrique com mouros, e a restauração da legitimidade e da ordem (OLIVERA SERRANO, 2011).

<sup>56</sup> Complementa Olivera Serrano: “El desgobierno y la anarquía se fueron extendiendo por todos los rincones del reino hasta desembocar en un conjunto de luchas regionales por el poder. La fidelidad profesada hacia Alfonso o Enrique era con frecuencia un simple pretexto tras el que se ocultaba una ambición, una rivalidad local o una pura y simple usurpación. (OLIVERA SERRANO, 2011, p. 778).

<sup>57</sup>Trecho original: "Juana de Portugal ganó así una fama de adúltera que terminó manchando la honra de su propia hija, quien fue considerada por muchos, desde ese momento, como 'la Beltraneja', sin más dudas.” (OLIVERA SERRANO, 2011, p.780).

futura rainha declinar ou não da escolha. Todavia, o plano de Enrique IV tinha como elemento primordial o casamento de Isabel com D. Afonso V de Portugal, então viúvo, tornando-a rainha consorte portuguesa e obrigando a princesa a viver no reino vizinho. Caso recusasse, seria tratada como rebelde e receberia o tratamento adequado. Além disso, o plano previa o casamento de Juana, filha de Enrique, com o herdeiro português, fazendo dela rainha de Castela de maneira indireta, ou seja, legitimando-a por meio do casamento (OLIVERA SERRANO, 2011).

Na perspectiva de Isabel e dos seus apoiadores, chamados comumente de “isabelinos”, o pacto público já era suficiente para solidificar a legitimidade de Isabel como futura rainha, e os elementos para a impossibilidade da candidatura de Juana eram adequados, pois a separação de Enrique e Blanca de Navarra não era considerada legítima. Portanto, os descendentes da união do rei com Joana em seu segundo casamento também eram ilegítimos. Diante desse contexto, a futura rainha se esquivava do enlace com o monarca português e se casa com Fernando, herdeiro da coroa de Aragão, em 19 de outubro de 1469, em Valladolid, sem consultar Enrique IV, que considera, a partir desse feito, o pacto de Cebreros-Cadalso anulado. Em 1472, em Val de Lozoya, o monarca de Castela busca restaurar a legitimidade de Juana, nomeando-a novamente como herdeira, e, a partir de então, iniciam-se buscas por pretendentes para a princesa. Primeiramente, cogita-se D. Afonso V, que recusa o convite após a negociação frustrada com Isabel. Tenta-se também Carlos, Duque de Guyena, irmão do rei francês; todavia, este falece em meio às tratativas. Por fim, pretende-se Enrique Fortuna, filho de D. Enrique de Aragão, que, apesar do nome, “não tinha nem fortuna nem trono; embora sua própria pobreza fosse uma garantia de docilidade” (OLIVERA SERRANO, 2011, p. 783)<sup>58</sup>. No entanto, este declina, receoso da resposta que tal ato teria da parte do rei de Aragão.

O cenário político se dobra lentamente, com a sorte a favor de Isabel. Afinal, a mão da princesa Juana era um “*regalo envenenado*” (OLIVERA SERRANO, 2011, p. 783)<sup>59</sup>, após todos os rumores de bastardia, sua saída da linha de sucessão realizada por seu próprio pai e, posteriormente, um regresso desesperado à condição de herdeira. Suas pretensões tornaram-se instáveis e oscilantes. Como afirma Genet (2017), não basta declarar legitimidade; é necessário soar legítimo, pois, em essência, a legitimidade é implícita e não se manifesta de forma coercitiva. Ela é produzida, se produz e é uma construção simbólica e

---

<sup>58</sup> Trecho original: “no tenía ni fortuna ni trono; aunque su misma pobreza era una garantía de docilidad”(OLIVERA SERRANO, 2011, p. 783).

<sup>59</sup> Trecho original: “presente envenenado” (OLIVERA SERRANO, 2011, p. 783).

social. Logo, a recolocação de Juana na linha sucessória de forma atabalhoada foi compreendida como vazia, carecendo de legitimidade.

A morte de Enrique IV, em 12 de dezembro de 1474, e a coroação de Isabel, como rainha de Castela, em Segóvia, no dia seguinte, precipitaram as tratativas para o casamento entre Juana e D. Afonso V de Portugal. Ainda em dezembro, mensageiros castelhanos informaram o rei português das condições expostas no testamento de Enrique IV, as quais asseguravam Juana como herdeira e sucessora do trono de Castela. A partir do informe, o rei de Portugal enviou embaixador para averiguar a posição da fidalguia castelhana sobre a questão da sucessão régia, e as respostas indicaram que os apoiadores de D. Joana amparavam a reivindicação de D. Afonso V ao trono castelhano, gerando entusiasmo no rei e no príncipe D. João. Os meses posteriores foram intensos, sendo convocadas as Cortes de Évora, em fevereiro de 1475, para financiar a empresa afonsina. Em maio, D. Afonso V cruzou as fronteiras castelhanas e, no dia 29 do mês, em Plasencia, a união matrimonial com a sobrinha foi realizada (LIMA, 2021). Teve início um novo período de conflito entre os reinos vizinhos, o qual ficou conhecido como Guerra Peninsular, Guerra de sucessão de Castela ou Guerra da Beltraneja (1475-1479).

Os insucessos em batalha e a baixa adesão à causa de Juana, combinados com o regresso à normalidade institucional causada pela proclamação de Isabel pelos súditos, pela convocação das Cortes de Toledo de 1480, e pelo nascimento do príncipe Juan, em 30 de junho de 1478, que solucionava os problemas de uma nova sucessão feminina, consolidaram gradativamente a coroa de Isabel (OLIVERA SERRANO, 2011). Ademais, como demonstrou Lima (2021), a esperança portuguesa depositada na aliança com o reino da França, que justificou a dispendiosa e ousada viagem de D. Afonso V à corte de Luís XI, entre finais de agosto de 1476 e novembro de 1477, gradativamente desvaneceu-se perante a inércia do monarca Valois. Dessa forma, com poucas pretensões de vitória e buscando evitar uma retirada humilhante do campo de batalha, Portugal se afasta do conflito e as tratativas para a paz tiveram início na vila de Alcântara, em março de 1479, conduzidas pela própria rainha Isabel I de Castela e por sua tia, Beatriz, duquesa de Bragança.

As negociações serviram de base para o Tratado de Alcaçovas, assinado em 4 de setembro de 1479. Além da paz, foram acordados o monopólio português das rotas de navegação ao sul do Cabo Bojador; o tratamento digno a Juana, permitindo-lhe decidir seu futuro, como futura esposa do filho de Isabel ou como monja afastada da vida na corte, sem jamais se declarar rainha ou princesa novamente – ao que Juana opta pela segunda opção; o reconhecimento de Isabel como única rainha legítima de Castela pelo reino português; e o

casamento entre a filha mais velha de Isabel, que tinha o mesmo nome da mãe, e o príncipe português Afonso, herdeiro de D. João, futuro rei de Portugal (LADERO QUESADA, 2014).

Para Aznar Vallejo, entre 1468 e 1479, foram construídas as bases do triunfo pessoal e dinástico de Isabel I e de seu esposo, Fernando II, que, a partir de então, alterariam a relação da monarquia com a nobreza dentro de seus estados. Além disso, os monarcas desenvolveram uma política externa renovada no âmbito peninsular, marcada pela conquista de Granada e pela paz com Portugal. Destaca-se também a ampliação das relações com outros reinos por meio de alianças matrimoniais, como as uniões de Juan e Juana de Trastâmara com Margarida e Filipe de Áustria, filhos de Maximiliano, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, e Maria da Borgonha, além do grande enlace que uniu Castela e Inglaterra, o qual foi construído e negociado durante a década de 1480, com destaque para a embaixada inglesa enviada a Castela.

### **3.2. Discussão das cerimônias**

As recepções de embaixada constituíam o primeiro grande momento cerimonial e de contato diplomático entre partes, oferecendo as bases para a estabilidade, a serenidade e o respeito mútuo, essenciais para negociações diplomáticas, podendo assim estabelecer impactos duradouros, definir o tom das relações futuras, e influenciar para desfechos bem-sucedidos. Dessa forma, o cerimonial perpassava por características introdutórias e de estabelecimento de parâmetros, “tratava-se de uma manifestação de respeito e de homenagem” (FARIA, 2021, p. 566). As recepções de embaixada envolviam procedimentos repletos de elementos ritualizados, que geralmente tinham início na recepção fora dos limites da cidade e envolvia discursos promovidos em latim em audiências realizadas na corte, banquetes, celebrações, bailes, torneios e justas. Além disso, o grau do aparato cerimonial e dos nomes da nobreza local variavam de acordo com a posição dos homens que acompanhavam a embaixada e a relevância da missão. No caso da embaixada inglesa, a missão possuía grande importância, visto que envolvia a filha mais nova de Isabel I e Fernando II, por isso, e por saberem que estavam sendo os alvos dos escritos do rei de armas inglês, os monarcas de Castela e Aragão, não economizaram esforços na pompa e luxo oferecidos nos cerimonias em honra aos diplomatas ingleses (CAHILL MARRÓN, 2012).

A recepção oficial<sup>60</sup> ocorreu em Medina del Campo, onde os reis de Castela e Aragão estavam instalados naquele momento, e contou com três comitivas distintas no decorrer da estrada que levava até a cidade. A primeira a um quatro de légua de Medina del Campo, composta pelo Bispo de Málaga, o Doutor de Talavera, e o secretario Fernand Álvarez, Alonso de Quintanilla, e um conjunto de cavaleiros e escudeiros. A segunda tinha a presença do Bispo de Palencia, o grande comendador de León, o Bispo de Segovia, Rodrigo Dolhoa, um grande mestre das cortes de Castela. Na terceira comitiva estavam o Duque de Albuquerque, o Conde de Haro, contestável de Castela, o Duque de Palencia, o conde de Benavente, o Almirante de Castela, Don Bernardo Vasquez, o filho mais velho do condestável, Don Sancho Vasquez, o irmão do contestável e bispo da cidade Rodrigo, o conde de Ribadeo, além de outros nobres e homens de grande importância na corte.

Na presença de tão nobre escolta e companhia, os embaixadores adentraram a cidade e foram escoltados até seus aposentos, que “[...] estavam enfeitados com excelentes tapeçarias que pendiam, muito ilustres e mobiliadas e decoradas, sem faltar camas, lençóis e outros pertences que tais coisas exigem” (MACHADO, 2003, p. 188)<sup>61</sup>. Segundo Cahill Marrón (2012), os objetos artísticos escolhidos para a decoração dos aposentos dos embaixadores não foram selecionados aleatoriamente. A escolha dessas peças refletia o profundo conhecimento da corte dos Reis Católicos sobre o poder simbólico que elas poderiam transmitir, impressionando os visitantes. Esse fato é evidenciado pelo destaque dado por Machado ao descrever o esplendor do local em que tais objetos foram instalados.

A recepção certamente causou uma primeira boa impressão e, além do luxo, proporcionou conforto para a comitiva, que havia passado por problemas em suas primeiras noites em Castela, especialmente na cidade chamada Revilla Vallejera, onde encontraram uma hospedagem e uma senhoria pouco receptiva, que os saudou em tom elevado, questionando “o que os tornara tão corajosos a ponto de ousar entrar em sua casa sem o consentimento” e os insultou de “demônios” e “vilões indecentes” (MACHADO, 2003, p. 187)<sup>62</sup>. De acordo com o diário de embaixada, a situação fez com que os embaixadores demonstrassem especial resiliência diante da indelicada recepção, visto que não tinham outra opção além do local para passar a noite.

---

<sup>60</sup> Antes de chegar a Medina del Campo, a embaixada já havia sido recebida com grande hospitalidade em Burgos. Nessa cidade, os mercadores locais, que mantinham estreitas relações comerciais com a Inglaterra, organizaram festas esplêndidas e ofereceram diversões e presentes, como alimentos, especiarias, e vinhos brancos e tintos (MACHADO, 2003).

<sup>61</sup> Trecho original: “[...] estaban adornados con excelentes tapices que colgaban, muy ilustres y amueblados y decorados, sin faltar camas, sábanas y otros enseres que tales cosas requieren” (MACHADO, 2003, p. 188).

<sup>62</sup> Trecho original: Qué los había hecho tan valientes como para osar entrar en su casa sin su consentimiento [...] diablos, villanos indecentes” (MACHADO, 2003, p. 187).

Após dois dias na cidade de Medina del Campo, sem qualquer descrição dos acontecimentos por parte do embaixador, Roger Machado retoma sua narrativa em 14 de março de 1489. Na data mencionada, escreve que os embaixadores foram escoltados por “senhores espirituais e temporais” (MACHADO, 2003, p. 190)<sup>63</sup> para finalmente realizarem sua primeira audiência com os monarcas de Castela e Aragão, que ocorreu por volta das sete da tarde, quando “a luz do dia já estava se pondo” (MACHADO, 2003, p. 188)<sup>64</sup>. Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão estavam ricamente vestidos em uma sala, sob um dossel cerimonial de pano de ouro, com as armas de Castela e Aragão centralizadas perfeitamente no meio do tecido, refletindo a posição de igualdade entre os monarcas. Segundo o diário de Roger Machado:

O rei usava uma exuberante roupa de tecido fino, inteiramente tecida de ouro e adornada com uma rica orla de valiosa marta-zibelina; e a rainha estava sentada ao seu lado, vestida com um rico traje do mesmo tecido de ouro que o rei usava, confeccionado à moda do país, tal como usam atualmente as damas do reino. Sobre esse traje pendia uma mantilha de veludo negro, toda com grandes aberturas, cortada para mostrar o tecido de ouro sob o veludo com que estava vestida. Sobre essa mantilha, havia uma tira (de guarnição), não totalmente desenrolada, mas como uma espécie de rebordo [vermelho], composta de partes oblongas de comprimento aproximado de um dedo mindinho e metade de um dedo de largura, toda de ouro sólido em alto relevo; e cada seção oblonga era decorada com joias excelentes e valiosas, tão ricas que ninguém tinha visto iguais (MACHADO, 2003, p. 188).

O Rei de Armas prossegue sua descrição, dando especial atenção à rainha de Castela:

A rainha usava ao redor da cintura um cinto de pele branca feito no estilo que os homens costumam usar; o qual tinha uma ponta decorada com um grande pendente do tamanho de uma pequena bola, entre cinco brilhantes diamantes e outras gemas do tamanho de um grão de feijão. E o resto do cinto estava decorado com um grande número de outras pedras preciosas. Ela usava ao pescoço um ostentoso colar de ouro, engastado inteiramente com rosas brancas e vermelhas, cada rosa adornada com uma grande pedra preciosa. Além disso, ela usava duas fitas suspensas sobre cada um dos seios, enfeitadas com grandes diamantes, safiras, outros rubis, pérolas e várias joias de grande valor, em número de cem ou mais. Sobre o traje, ela usava uma pequena capa de fino cetim carmesim forrada com arminho, de aparência muito bela e brilhante. Estava jogada para o lado esquerdo de forma descuidada, e a cabeça descoberta, exceto por uma pequena coifa na parte de trás da cabeça, e nada mais. (MACHADO, 2003, p. 188)<sup>65</sup>.

<sup>63</sup> Trecho original: “Señores espirituales y temporales” (MACHADO, 2003, p. 190).

<sup>64</sup> Trecho original: “la luz del día ya so iba yendo” (MACHADO, 2003, p. 188).

<sup>65</sup> Trecho original: El rey llevaba una exuberante vestimenta de fino tejido, completamente tejida de oro y adornada con un rico borde de valiosa marta cibelina; y la reina estaba sentada a su lado, vestida con un lujoso traje del mismo tejido de oro que usaba el rey, confeccionado al estilo del país, tal como lo usan actualmente las damas del reino. Sobre ese traje colgaba una mantilla de terciopelo negro, con grandes aberturas, cortada para

De acordo com Paresys e Coquery (2015), longe de uma demanda meramente estética, as vestimentas reais em eventos públicos envolviam elementos simbólicos, econômicos e propagandísticos, e os monarcas eram plenamente conscientes do poder que o vestuário representava e da capacidade de influenciar a percepção pública por meio das cores, adornos e luxo. O relato de Machado explicita tal questão, por exemplo, ao tratar do colar usado por Isabel I no primeiro contato com os embaixadores ingleses, joia decorada com rosas brancas e vermelhas, as cores do emblema heráldico da casa Tudor, possivelmente em sinal de simpatia aos visitantes ingleses (CAHILL MARRÓN, 2012); mas também as cores da bandeira cruzada, cores que recordava as conquistas castelhanas nas guerras contra mouros na Península Ibérica, cores carregadas de valor simbólico para os Trastâmaras, posto que foram as cores utilizadas por Fernando de Antequera em sua entrada real em Sevilla, em 1410, quando “Ia precedido por mouros cativos, um crucifixo, e bandeiras da cruzada vermelha e branca [...]” (RUIZ, 1988, p. 257)<sup>66</sup>.

Devido a isso, mesmo que, por vezes, as peças fossem desconfortáveis por sua rigidez e peso, limitando os movimentos do usuário e causando certo desconforto, sua capacidade política, econômica e propagandística não devia ser ignorada. Machado, com frequência, busca estabelecer valores para os trajes e adornos da rainha – de certo a personagem que mais lhe atraiu na corte e a que dá mais destaque em seus escritos –, e para o primeiro encontro com a monarca, o embaixador estima que: “Aquele traje devia valer duzentos mil escudos de ouro” (MACHADO, 2003, p. 188)<sup>67</sup>. Em outra ocasião, Machado se rende a exuberância das peças de Isabel I, e apenas diz que: “tão esplêndida era a vestimenta

---

mostrar el tejido de oro bajo el terciopelo con el que estaba vestida. Sobre esa mantilla había una tira (de guarnición), no totalmente desenrollada, sino como una especie de borde [rojo], compuesta de partes oblongas de aproximadamente el largo de un dedo meñique y la mitad de un dedo de ancho, todo de oro macizo en alto relieve; y cada sección oblonga estaba decorada con excelentes y valiosas joyas, tan ricas que nadie había visto iguales. La reina llevaba alrededor de la cintura un cinturón de piel blanca hecho al estilo que suelen usar los hombres; cuya punta estaba decorada con un gran colgante del tamaño de una pequeña bola, entre cinco brillantes diamantes y otras gemas del tamaño de un grano de frijol. Y el resto del cinturón estaba adornado con un gran número de otras piedras preciosas. Llevaba al cuello un ostentoso collar de oro, completamente engastado con rosas blancas y rojas, cada rosa adornada con una gran piedra preciosa. Además, llevaba dos cintas colgando sobre cada uno de los pechos, adornadas con grandes diamantes, zafiros, otros rubíes, perlas y varias joyas de gran valor, en un número de cien o más. Sobre el traje, llevaba una pequeña capa de fino satén carmesí, forrada con armiño, de apariencia muy bella y brillante. Estaba echada descuidadamente hacia el lado izquierdo, y la cabeza descubierta, excepto por una pequeña cofia en la parte trasera de la cabeza, y nada más.” (MACHADO, 2003, p. 188).

<sup>66</sup> Trecho original: “Ia precedido pelos mouros cativos, um crucifixo, as bandeiras da cruzada vermelha e branca [...]” (RUIZ, 1988, p. 257).

<sup>67</sup> Trecho original: “aquele traje debía valer dos cientos mil escudos de oro.” (MACHADO, 2003, p. 188).

que exhibia naquele dia, que nenhum homem poderia imaginar qual poderia ser seu valor.” (MACHADO, 2003, p. 192)<sup>68</sup>.

Os monarcas estavam acompanhados na mencionada sala por vários condes, como o Conde de Haro, Condestável de Castela, Duque de Albuquerque, Duque de Plasencia, Conde de Benavente, Cardeal de Castela, o Almirante de Castela, Conde de Ribadeo, Conde de Bivadavia e o Grande Comendador de Calatrava, entre outros barões, bispos e cavaleiros, além de um séquito de 37 damas da nobreza, todas vestidas com ouro à semelhança de Isabel I e à moda de Castela. As damas pertenciam à casa da rainha<sup>69</sup>, e juntas buscavam causar um efeito multiplicador, como sugere outro relato coevo ao período, a *Crônica de Valladolid*, escrita por um homem chamado Doutor Toledo, médico de Isabel I. No relato, o autor descreve como a rainha e suas damas compartilhavam as mesmas cores e coroas similares, segundo a vontade consciente de Isabel, causando um efeito potencializador de sua própria imagem (TOLEDO, 1984, p.92-94).

Para além desse efeito imagético, destaca-se a presença dos outros convidados, homens importantes do reino pertencentes às grandes linhagens castelhanas tanto nas audiências entre os embaixadores e os monarcas, quanto na primeira recepção na estrada para Medina del Campo. Nesse cenário cerimonial privilegiado e de dimensão pública, realizar-se-á o que Nieto Soria (2010) denomina de representação do consenso, onde os principais personagens do reino castelhano se reunirão e, dessa forma, será transmitida uma comunicação não verbal de comprometimento com as propostas políticas da monarquia. Neste caso, a proposta se dará em torno da superação dos conflitos das décadas passadas entre a nobreza e a monarquia, da reorganização da corte em torno dos Reis Católicos e do desejo de aproximação com o reino inglês e sua nova dinastia, os Tudor.

Ao se encaminharem até os monarcas, os embaixadores realizaram os respeitosos e habituais beija-mãos em Isabel I e Fernando II em sinal de reconhecimento e submissão, como recomendava o cerimonial (RUCQUOI, 1992). O embaixador Richard Nanfan entregou duas cartas aos reis, uma para o rei e outra para a rainha, que provavelmente continham os desejos e as cordialidades de Henrique VII. Enquanto isso, o embaixador Doutor Thomas Savage realizou um pequeno discurso em latim que, segundo Machado, foi “muito eloquente

---

<sup>68</sup> Trecho original: tan espléndido era el traje que exhibía eso día que no hay hombre que pueda imaginar bicis cuál podía ser su valor” (MACHADO, 2003, p. 192).

<sup>69</sup> Segundo Silva (2018), essa corte de mulheres era formada por um grupo heterogêneo, como senhoras de sua parentela e de seu marido, mulheres casadas da nobreza, donzelas solteiras, filhas de cavaleiros, ou garotas órfãs, além de viúvas e freiras. Em meio a essa companhia se reprimia qualquer desejo torpe de sua alma ou de seu corpo, e os bons costumes se exigiam de todas as mulheres pertencentes da casa da rainha.

e meritório” (MACHADO, 2003, p. 189)<sup>70</sup>, causando boa impressão nos nobres presentes no ambiente. Após as palavras, os embaixadores tomaram seus assentos e aguardaram a resposta por parte do bispo de Ciudad Rodrigo, Diego de Muros (TREMLET, 2017). No entanto, devido à condição e à idade do clérigo, que, nas palavras de Machado, não tinha condições de realizar um discurso em latim em resposta, pois “o bom bispo era tão velho e tinha perdido todos os seus dentes” (MACHADO, 2003, p. 189)<sup>71</sup>, a resposta foi pouco inteligível. A audiência naquela noite seguiu até as duas da madrugada, e devido ao tardar da hora, as partes se comprometeram a realizar outra no dia seguinte, ou seja, em 16 de março.

Ao fim da segunda audiência a comitiva inglesa expressou “seu desejo, se agradasse aos soberanos”, de conhecer o príncipe Juan, e as princesas, incluindo Catarina, “para prestar seus respeitos, “como era seu dever por direito fazer” (MACHADO, 2003, p. 189)<sup>72</sup>. Cabe mencionar que, anos antes, a comitiva castelhana que estava na Inglaterra também solicitou observar o príncipe Arthur Tudor, na ocasião com ainda um ano de idade, e foi concedido a comitiva ver o herdeiro “primeiro nu e depois dormindo” (CAHILL MARRÓN, 2012, p. 19)<sup>73</sup>, além de realizar pinturas do pretendente que foram enviadas até Castela.

Os monarcas atenderam apenas parcialmente à solicitação da embaixada, convocando o príncipe Juan, de dez anos, e a princesa Isabel, filha mais velha de Isabel I, que já havia sido alvo de pretensões inglesas para um consórcio matrimonial com Eduardo, Príncipe de Gales. Na ocasião, Juan usava um chapéu preto ao estilo francês e uma túnica de rico veludo carmesim. A princesa Isabel trajava um saio dourado, sobre o qual vestia uma túnica ao estilo castelhano, com uma longa cauda de finíssimo veludo verde (MACHADO, 2003).

No dia 19 de março, os embaixadores foram convocados novamente, dessa vez para a capela dos monarcas. Nesse local, os reis estavam sentados sob uma cortina de ouro, e o ambiente estava ornamentado com belas tapeçarias, e o altar estava harmoniosamente decorado. Após algumas palavras, os monarcas os conduziram para uma grande sala onde um baile acontecia, com jovens damas do reino dançando com nobres e cavaleiros. Os embaixadores tiveram a honra de se acomodarem à direita dos monarcas<sup>74</sup>, enquanto os

---

<sup>70</sup> Trecho original: “muy elocuente y meritório” (MACHADO, 2003, p. 189).

<sup>71</sup> Trecho original: “El buen obispo era tan viejo y había perdido todos sus dientes” (MACHADO, 2003, p. 189).

<sup>72</sup> Trecho original: “su deseo, si agradara a los soberanos [...] para rendirles sus respetos, como era su deber por derecho hacerlo.” (MACHADO, 2003, p. 189).

<sup>73</sup> Trecho original: “primeiro desnudo y después durmiendo” (CAHILL MARRÓN, 2012, p. 19).

<sup>74</sup> A direita era entendida como o lado da procedência real; logo, o assento à direita era um gesto de cortesia por parte dos monarcas, honrando os embaixadores (CARRASCO MACHADO, 2006).

príncipes e nobres ficaram à esquerda, e assim testemunharam o espetáculo do baile. Os reis convocaram a princesa Isabel para dançar. A princesa, que estava prometida desde os nove anos ao infante de Portugal, D. Afonso, dançou com muita elegância, acompanhada por uma dama portuguesa. Segundo Machado, ambas estavam ricamente adornadas.

Três dias depois, em 22 de março, foi organizado um grande torneio em homenagem aos visitantes ingleses. Machado cita o nome de alguns dos competidores, e o modo como competiram, a saber: don Pedro de Toledo, don Diego do Connha, “contra todos os que fossem e viessem” e os aventureiros eram don Diego de Velázquez, e um homem chamado Carvajal, o vencedor da disputa “por ter corrido melhor e quebrado mais lanças” (MACHADO, 2003, p. 191)<sup>75</sup>. Segundo o embaixador, todos estavam muito luxuosamente vestidos, e a maioria usava casacos de tecido dourado muito rico. Todavia, devido a uma grande chuva, as justas precisaram ser encerradas, e todos se dirigiram ao palácio de forma solene. Machado faz poucas menções ao local onde se desenvolveram as justas e às regras do torneio, mas menciona a quantidade de lanças quebradas e faz comentários elogiosos aos cavaleiros. Após as justas, ocorreu mais um baile, onde testemunharam o príncipe Juan e a princesa Isabel bailar, em uma dança lenta. Ao término das danças todos se retiraram exceto os monarcas e os príncipes, e uma mesa foi posta diante deles, onde “foram servidos muitos e variados pratos em grandes quantidades.” (MACHADO, 2003, p.193)<sup>76</sup> O banquete seguiu até próximo da meia noite, quando o jantar se encerrou e os embaixadores retornaram aos seus aposentos.

Nos dias 24 e 25 de março, foram oferecidas mais festas e homenagens aos embaixadores, com direito a simulações de batalhas, corrida de cachorros e touradas, que consistiam em cavaleiros perseguindo e atacando touros com lanças. Segundo Machado, o espetáculo “foi muito agradável de assistir” (MACHADO, 2003, p.193)<sup>77</sup>. Não obstante, o espetáculo sangrento não causava prazer à rainha Isabel, não pela violência e matança de touros, mas por ocasionalmente gerar derramamento de sangue cristão “uma das coisas que mais lamentava” (TREMLET, 2017, p. 301)<sup>78</sup>.

Essa foi a última grande cerimônia oferecida aos embaixadores, que finalizaram os atos contratuais no 29 de março, realizando votos de lealdade para com os acordos desenvolvidos durante as audiências. Consoante do diário de embaixada: “Os monarcas

<sup>75</sup> Trecho original: contra todos los que fueran y vinieran [...] por haber corrido mejor y haber roto más lanças” (MACHADO, 2003, p. 191).

<sup>76</sup> Trecho original: “Fueron servidos muchos y variados platos en grandes cantidades” (MACHADO, 2003, p. 193).

<sup>77</sup> Trecho original: “[...] fue muy agradable de ver” (MACHADO, 2003, p.193).

<sup>78</sup> Trecho original: “Una de las cosas que más lamentaba” (TREMLET, 2017, p. 301).

juraram num livro que manteriam firme e fielmente todas as conclusões que haviam sido alcançadas entre eles e meu senhor soberano, o rei Henrique da Inglaterra, o sétimo de seu nome” (MACHADO, 2003, p.194)<sup>79</sup>. Com o fim das tratativas a comitiva se despediu e partiu em direção ao reino de Portugal, mas antes disso os embaixadores foram honrados mais uma vez ao saírem de Medina del Campo acompanhados pelos próprios monarcas, o príncipe Juan, as princesas, além de “vários nobres, prelados, doutores, cavaleiros e escudeiros, num total de cem a cavalo” (MACHADO, 2003, p. 195).<sup>80</sup> Além das honras oferecidas aos embaixadores, os tesoueiros dos monarcas lhes ofereceram diversos presentes como: um corcel espanhol, um cavalo de raça árabe, um par de mulas, seda e sessenta marcos de prata para cada um dos embaixadores<sup>81</sup>. Lembra-se, assim, que os presentes eram comuns durante o decorrer das tratativas diplomáticas e exerciam um papel de auxiliar e traduzir a cultura e as tradições dos Estados aliados (CAHILL MARRÓN, 2012).

Com as tratativas concluídas após duas semanas na corte castelhana, os embaixadores partiram muito satisfeitos no último dia do mês de março de 1489 em direção a Portugal. Nas palavras elogiosas de Machado:

[...] acredito que nenhuma embaixada foi jamais tratada com tanto cuidado como esta, em todos os aspectos. As pessoas falam dos honores que costumam ser prestados aos embaixadores na Inglaterra; certamente não têm comparação com a recepção que foi oferecida aos embaixadores no reino de Castela, especialmente nos tempos deste nobre rei e rainha. (MACHADO, 2003, p. 193)<sup>82</sup>.

\*\*\*

Diante das cerimônias, torneios, bailes, presentes e exibições calculadas de Isabel I e Fernando II, assim como dos príncipes, a etapa castelhana das negociações do enlace anglo-castelhano foram bem-sucedidas. O tempo de divisões internas, as tensões externas e, em especial, a imagem do desastre da embaixada de Thomas Langton em Castela, ocorrida

<sup>79</sup> Trecho original: “Los monarcas juraron sobre un libro que mantendrían firme y fielmente todas las conclusiones que habían sido alcanzadas entre ellos y mi señor soberano, el rey Enrique de Inglaterra, el séptimo de su nombre” (MACHADO, 2003, p.194).

<sup>80</sup> Trecho original: “varios nobles, prelados. doctores, caballeros y escuderos en el número de cien a caballo.” (MACHADO, 2003, p. 195).

<sup>81</sup> Os investimentos da coroa em presentes para os embaixadores podem ser consultados no Arquivo Geral de Simancas, presentes na sessão Casas e Sítios Reais, datado de 1490, intitulado "A rainha Isabel ordena a seus contadores que reembolsem a Gonzalo de Baeza, tesoureiro do príncipe Dom João, as despesas feitas com as sedas e presentes entregues aos embaixadores do rei da Inglaterra e a um arauto do rei da Escócia, por ocasião de sua recepção em Medina del Campo em 1489”.

<sup>82</sup>Trecho original: “Las personas hablan de los honores que suelen rendirse a los embajadores en Inglaterra; ciertamente no tienen comparación con la recepción que fue ofrecida a los embajadores en el reino de Castilla, y especialmente en los tiempos de este noble rey y reina” (MACHADO, 2003, p. 193).

anos antes, pareceu se dissolver frente a demonstrações de unidade, riqueza e majestade, isto é, frente à propaganda dinástica empreendida pelos Reis Católicos. O que prosperou, seguindo o diário de embaixada inglês, foi a imagem positiva do reino, dos monarcas e da dinastia Trastâmara, ao ponto de Henrique VII afirmar com entusiasmo que estava disposto a renunciar a grande parte de seu reino se Catarina se assemelhasse a Isabel I, sua mãe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procurou-se demonstrar ao longo deste trabalho, as cerimônias da realeza ganharam progressiva importância na Baixa Idade Média e representam, em sua totalidade e complexidade, um elemento de destaque para a compreensão do sistema político e do poder século XV. Partindo da historiografia relativa ao tema, defendemos no estudo que as cerimônias não devem ser interpretadas como elementos de segunda importância para a compreensão das sociedades de outrora. Pelo contrário, procuramos demonstrar que, em linhas gerais, esses rituais monárquicos, típicos da sociedade cortesã, foram instrumentos da realeza, formas de expressão, de manutenção da existência monárquica, e contribuíram para a criação de uma aura simbólica em torno dos monarcas e dos contornos dos Estados entre o medievo e a Idade Moderna.

Além disso, alinhado aos referenciais teóricos que constituíram a presente investigação, compreende-se a utilização desses cerimoniais para a realização de comunicações não verbais interpretadas no conceito de propaganda. Essa propaganda da realeza buscava construir, de forma intencional, uma imagem calculada do monarca, legitimá-lo perante todo o estamento nobiliárquico, representar um espírito de harmonia, e reafirmar seu poder. Dessa maneira, as respectivas cerimônias apresentadas neste trabalho — as celebrações do enlace da princesa Isabel de Avis com Felipe, Duque da Borgonha, e as festividades realizadas em honra à embaixada inglesa, no contexto da formulação do contrato de casamento entre Catarina de Aragão e Arthur Tudor — foram momentos oportunos para grandes exposições das monarquias de Avis e Trastâmara.

Em Portugal, a dinastia de Avis necessitava de legitimação, visto a mácula no sangue de seu fundador, D. João I. Além disso, era necessário estabelecer alianças com casas principescas importantes para assegurar a posição portuguesa diante dos outros reinos da península e da Europa. Em vista desses fatores, as celebrações para o enlace de D. Isabel com um dos nobres mais ricos e poderosos de seu tempo, um verdadeiro príncipe sem coroa, Felipe, o Bom, foram uma oportunidade para demonstrar toda a extravagância e exuberância que o reino e a dinastia reinante poderiam dispor, ao ponto de não haver um espaço palaciano em Portugal capaz de suportar a estrutura monumental do evento. Ao ter-se a consciência desse contexto, compreende-se a quantia investida pela coroa no casamento, a importância do enlace e a relevância do cerimonial que tornava oficial e pública a união entre Portugal e a Borgonha por laços de parentesco.

Enquanto isso, no caso castelhano, o contexto das crises sucessórias, que se desenrolaram durante grande parte da segunda metade do século XV e culminaram com a ascensão de Isabel I ao poder, conjuntamente com a desastrosa recepção ocorrida para o embaixador inglês Thomas Langton nos primeiros anos do reinado da rainha, mostraram-se como elementos relevantes para a compreensão das celebrações de 1490. Na recepção citada, Langton caiu da estrutura em que realizava um discurso para a corte, poucos anos antes da chegada da embaixada liderada por Thomas Savage. Dessa maneira, a nova embaixada inglesa ganhou especial atenção dos monarcas católicos, ao ponto de o experiente diplomata Roger Machado considerar que jamais houve uma comitiva tão bem recebida quanto a embaixada inglesa, especialmente no período dos Reis Católicos. Tal esmero e o contexto político externo foi compreendido como tendo influências no desfecho bem-sucedido das negociações e no casamento, que ocorreu anos depois, quando os noivos atingiram a idade considerada apropriada para o enlace.

Dessa maneira a presente investigação buscou colocar em destaque o peso dos cerimoniais monárquicos para a legitimação do rei e/ou para o desenvolvimento próspero de negociações diplomáticas. Em outras palavras, os cerimoniais como formas de ação da monarquia que, para além dos seus objetivos específicos relativos a cada cerimônia, nos casos do presente estudo o enlace principesco e a recepção de embaixada, também tinham finalidades de exaltação da figura real, por meio de rituais monárquicos que criavam as fronteiras que separam e elevavam o rei e a dinastia reinante do restante da sociedade e do reino.

Ao longo da pesquisa, mais especialmente nos meses finais, foi possível mapear trabalhos muito interessantes em língua estrangeira que devido a questões relativas ao cronograma de entrega final do trabalho não puderam ser aprofundados como: *Le modèle du « banquet » diplomatique aux XIVe et XVe siècles* (2016) de Bruno Laurioux, que discorre a respeito banquete monárquico e sua ligação com a diplomacia em finais da Idade Média; a obra *Propaganda Ideas, Discourses and Its Legitimization* (2020) de Hailong Liu, para o aprofundamento da concepção de propaganda política; *Classics concepts in anthropology* (2018), organizado por Valerio Valeri, que em parte toca nos rituais da monarquia; e *The Public Space of the Marketplace in Medieval England* (2002), de James Masschaele, que pensa o conceito de espaços públicos que poderia contribuir largamente para a pesquisa.

Para além das leituras que não puderam ser incorporadas durante o trabalho de conclusão de curso, cabe destacar caminhos que podem ser explorados para a continuidade da pesquisa, como a substituição do conceito de “propaganda” por “comunicação política”,

incorporando outros objetivos e buscando estabelecer relações menos verticais entre os emissários (a monarquia) e os receptores (a opinião pública), com a proposta de construir uma narrativa histórica mais alinhada aos desafios da escrita da história no século XXI. Também se cogita a adoção de uma perspectiva menos centrada na figura dos reis, focando mais nas recepções desses grandes eventos pelas classes baixas, com o intuito de construir uma história menos elitista e mais voltada para as camadas inferiores, ciente dos problemas relacionados ao silêncio da maioria das fontes sobre a população medieval. Por fim, percebe-se ainda a possibilidade de transcender a espacialidade dos reinos ibéricos e da Europa, pensando em uma história das cerimônias da realeza que abarque o espaço afroeuroasiático, contribuindo para a desconstrução de uma Idade Média restrita ao continente europeu.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

BELLO LEÓN, Juan Manuel; HERNÁNDEZ PÉREZ, Beatriz. Una embajada inglesa a la corte de los Reyes Católicos y su descripción en el «Diario» de Roger Machado. Año 1489. **En la España Medieval**, Madrid, v. 26, p. 167-202, 2003.

PULGAR, Fernando del. **Crónica de los Reyes Católicos**, Madrid: Espasa Calpe, 1943.

FERNÃO LOPES. **Crónica de D. João I**. v. 2, Lisboa: Livraria Civilização, 1990.

LÓPEZ DE CORSELAS, Manuel Parada. **El viaje de Jan van Eyck de Flandres a Granada (1428-1429)**. Madrid: La Érgastula, 2016.

POPIELOVO, Nicolás de. Relación de viaje, in: GARCÍA MERCADAL, José. **Viajes de extranjeros por España y Portugal, desde los tiempos más remotos hasta fines del siglo XVI**, Madrid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1952.

Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. in: Serra, José Corrêa da. **Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II**. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793.

PINA, Rui de. Chronica del rey D. Diniz, sexto de Portugal. In: **Crónicas de Rui de Pina**. Porto: Lello e Irmão, 1977.

### Referências bibliográficas:

ANDRADE, Maria Filomena; NASCIMENTO, Aires; SILVA, Maria Teresa Rebelo da. **Princesas de Portugal: Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI**. Lisboa: Edições Cosmo, 1992.

AGUIAR, Miguel. **Cavaleiros e Cavalaria. Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV**. Lisboa: Teodolito, 2018.

ALTHOFF, Gerd, The Variability of Rituals in the Middle Ages, In: FRIED, J.; GEARY, P.J. (Org.). **Medieval Concepts of the Past: Ritual, Memory, Historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

ANDRÉS DÍAZ, Rosana. Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara. **En la España Medieval**, Madrid, v. 8, p. 81-108, 1986.

ANTUNES, Ana Paula. A infanta D. Isabel de Portugal e o seu casamento na casa ducal da Borgonha (1397-1430). in: RODRIGUES, Ana Maria S. A; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal de (org.). **Casamentos da família real portuguesa: Diplomacia e cerimonial**. Portugal: Círculo de leitores, 2017.

BATLLE GALLART, Carmén; DELGADO PINEDA, Carlós. Triunfo Nobiliario en Castilla y Revolución en Cataluña. in: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (Org.). **Historia de España de la Edad Media**. Madrid: Ariel, 2011.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCKMANS, Wim; HOPPENBROUWERS, Peter. **Introdução à Europa Medieval**. 300-1550. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BUESCU, Ana Isabel. Dimensão política e de poder da comida régia e do corpo do rei. **Libros de la corte**, Madrid, v. 7, p. 8-32, 2013.

BUESCU, Ana Isabel. **Na Corte dos Reis de Portugal**: Saberes, Ritos e Memórias Estudos sobre o século XVI. Lisboa: Colibri, 2010.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos avançados**, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929 – 1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei**: A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CAHILL MARRÓN, EMMA LUISA. **Arte y poder: negociaciones matrimoniales y festejos nupciales para el enlace entre Catalina Trastámara y Arturo Tudor**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Avançados em História Moderna) - Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Cantábria, Cantábria, 2012.

CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel. Isabel la Católica y las ceremonias de la monarquía. Open Edition Journals, v. 1 jun 2006. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20210831010754id\\_/https://journals.openedition.org/e-spania/308#quotation](https://web.archive.org/web/20210831010754id_/https://journals.openedition.org/e-spania/308#quotation)>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CASSIRER, Ernst, **La Philosophie des formes symboliques**, Paris: Minuit, 1972.

CAZELLES, Raymond, **Société politique noblesse et couronne sous Jean le Bon et Charles V**. Geneva: Droz, 1982.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: Postcolonial Thought and Historical Difference, Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**, Lisboa: DIFEL, 2002.

COELHO, Maria Helena da Cruz. A festa: a convivialidade. in: MATTOSO, José (org.). **História da Vida Privada em Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

CONNEL, Charles. **Popular Opinion in the Middle Ages**: Channeling public ideas and attitudes. Boston: De Gruyter, 2016.

COSTA, Ricardo da. Ramon Llull (1232-1316) e o modelo cavaleiresco ibérico: o Livro dei Orden de Caballería. **Revista Medievalia**, Porto, v. 11-12, p. 231- 252, 1997.

CRUZ, Nathália Queiroz Mariano. Manutenção régia e sociedade cortesã: discursos de legitimação e propaganda no íterim das relações de poder da Baixa Idade Média. in: Simpósio Nacional de História, 26., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p.1-14.

DESROCHE, H. Dicionário de messianismos e milenarismos. São Bernardo do Campo: Umesp, 2000.

DIAS, Gustavo Magave. **Palavras que constroem um conflito**: controle e politização da informação no Portugal quatrocentista (1438 – 1449). Dissertação (Mestrado em História). — Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2024.

DUBY, Georges. **Idade dos homens**: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUMOLYN, Jan. Political communication and Political Power in the Middle Ages: a conceptual Journey. *Edad Media*, **Revista de História**, v. 13, p. 33-55, 2012.

EARENIGHT, Theresa. **Catherine of Aragon**: Infanta of Spain, Queen of England. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2021.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALCON, Francisco. História e Poder. in: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo, (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA, Diogo. **A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)**. 2021. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2021.

FOX, Julia. **Sister Queens**: Katherine of Aragon and Juana, Queen of Castile. London: Weidenfeld & Nicolson. 2011.

FRANCO JR, Hilário. Raízes medievais do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.78, p. 80-104, jun/ago. 2008.

GENET, Jean-Philippe. **La Genèse de l'État Moderne**: Genèse d'un programme de recherche. Portugal: Universidade Autônoma Editora, 1999.

Genet, Jean-Philippe. **Pouvoir symbolique, légitimation et genèse de l'État moderne**. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2015.

GOMES, Rita Costa. **A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difel, 1995.

GOMES, Rita Costa. A reflexão antropológica na história da realeza medieval. **Etnográfica**. v. 2, p. 1-7, 1998.

GOMES, Rita Costa. Cerimônias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito de um livro recente. **Penélope**. v. 14, p.129-136, 1994.

GOMES, Rita Costa. **The Making of a Court Society Kings and Nobles in Late Medieval Portugal**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HEERS, Jacques. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1987.

HEUSCH, Luc de. **Écrits sur la royauté Sacrée**, Bruxelas: Univeité Libre, 1987.

HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac & Naify. 2010.

FREITAS, Judite. **O Estado em Portugal**. Lisboa: Aletheia editores, 2012.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os Dois Corpos do Rei**: Um estudo sobre teologia política medieval. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACERDA, Daniel. **Isabel de Portugal: Duquesa de Borgonha**. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. LA FIESTA EN LA EUROPA MEDITERRÁNEA MEDIEVAL. **Cuadernos Del Cemyr**, v. 2, p.11-52, 1994.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Tradução: José Rivair de Macedo. Bauru: Edusc, 2005.

LEITÃO, Francisco. Roger Machado, um português ao serviço dos primeiros soberanos Tudor. **Medievalista**, v. 17, Jan - Jun, p. 1-25, 2015.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. “Un prince doibt bien regarder quelz ambassadeurs il envoie par pays”: a negociação diplomática em finais da Idade Média (1474-1475). **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n. 20, p. 192 - 210, 2021.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. A arte de negociar e de retratar: a viagem de Jan van Eyck ao reino de Portugal (1428-1430). in: SOUZA, Armênia Maria de; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (org.). **Discursos, conflitos e temporalidades discursos, conflitos e temporalidades**. Cachoeirinha: Fi, 2024.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. A política matrimonial de D. João I: um instrumento de afirmação dinástica. Portugal 1387-1430. **Revista Roda da Fortuna**, v. 3, n. 2, p. 191-209, 2014.

LIMA, Douglas Mota Xavier de Lima. Um príncipe letrado: o infante D. Pedro de Portugal e sua viagem pela Cristandade. in: ROSSI, Andrea Lucia Dorini de Oliveira Carvalho; CARVALHO, Margarida Maria de (org.). **Representantes do poder e suas ações culturais na antiguidade e no medievo**. Curitiba: CRV, 2024.

LIMA, Douglas Mota Xavier de; SILVA, Elielson Bruno Freitas. Jogos cavaleirescos na corte de Avis: as justas do casamento de D. Isabel segundo o relato da embaixada borguinhã ao reino de Portugal, 1428-1429. **Manduarisawa**, v. 6, 2022.

MELLO, Ieda Avênia de. **Rituais e Cerimônias Régias da Dinastia de Avis: Pacto E Conflito na Entronização de D. João II (Portugal - 1438 A 1495)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2007.

MENDES, Lenora Pinto. Festa, Teatro e Poder. **Revista Mirabilia**, v. 26, Jan-Jun p. 108-124, 2018.

MÉRCURI, Danielle Oliveira. O poder sagrado dos reis medievais: a realeza castelhana e portuguesa nos relatos cronísticos dos séculos XIV e XV. in: Simpósio Nacional de História, 26., São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p.1-11.

MOEGLIN, Jean-Marie. “Performative turn”, “communication politique” et rituels au Moyen Âge: À propos de deux ouvrages récents. **Le Moyen Age**, n. 2, p.393-406, 2007.

MUIR, Edward. **Ritual in Early Modern Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

NADOT, Sébastien. **Le Spectacle des joutes: Sport et courtoisie à la fin du Moyen-Âge**, Rennes: Pu Rennes, 2012.

NIETO SORIA, José Manuel. **Cerimonias de la realeza: Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara**. Madrid: Nerea, 1993.

NIETO SORIA, José Manuel. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)**. Madrid: Eudema, 1988.

NIETO SORIA, José Manuel. La Propaganda Política de la Teocracia Pontificia a las Monarquías Soberanas. in: NIETO SORIA, José Manuel (org.). **Propaganda y opinión pública en la historia**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007.

NIETO SORIA, José Manuel. El conflicto como representación: Expresiones de la cultura política Trastámara. In: NIETO SORIA, José Manuel (org.). **El conflicto em escenas: La pugna política como representación em la Castilla Bajomedieval**. Madrid: Sílex, 2010.

OHARA, Shima. **La propaganda política en torno al conflicto sucessório de Enrique IV (1457-1474)**. 2003, Tese (Doutorado em História) - Departamento de História Medieval, Universidade de Valladolid, Valladolid, 2003.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique. A cidade na baixa Idade Média. in: MOITA, Irisalva (org.). **O livro de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

OLIVERA SERRANO, César. Una etapa de guerras civiles. in: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (org.). **Historia de España de la Edad Media**. Madrid: Ariel, 2011.

PARESYS, Isabelle; Coquery, Natacha. Se vêtir à la cour en Europe (1400-1815): Une introduction. **Apparence(s)**. v. 6, 2015.

PASTOUREAU, Michel. **Une Histoire symbolique du Moyen Âge occidental**. Michigan: Points, 2014.

PÉQUIGNOT, Stéphane. Les “journaux d’ambassades” en Occident à la fin du Moyen Âge. in: FOURNEL, Jean-Louis; RESIDORI, Matteo (org.). **Ambassades et ambassadeurs en Europe (XVe-XVIIe siècle)**. Genève: Librairie Droz, 2020.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. Casamentos régios na Idade Média: um feixe de problemas. in: RODRIGUES, Ana Maria S. A; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal de (org.). **Casamentos da família real portuguesa: Diplomacia e cerimonial**. Círculo de leitores, 2017.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. Contributo para o estudo das festas na Idade média portuguesa. **Cadernos do Noroeste**. v. 9. n. 2, p.103-120, 1996.

RODRIGUES, Paula. A teia de Avis. Estratégias matrimoniais para a legitimação de uma dinastia. As primeiras gerações (1387-1430). in: RODRIGUES, Ana Maria S. A; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal de (org.). **Casamentos da família real portuguesa: Diplomacia e cerimonial**. Círculo de leitores, 2017.

RUCQUOI, Adeline. De los Reyes que non son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. **Relaciones**, v. 13, n. 51, p. 55-100, 1992.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUIZ, Teófilo F. Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge. **Annales, Economia, Sociedade, Civilização**. v. 39, n. 3, p. 429-453, 1984.

RUIZ, Teófilo F. Fiestas, Torneos y Símbolos de realeza en la Castilla del siglo XV. Las fiestas de Valladolid de 1428. in: RUCQUOI, Adeline (org.). **Realidad e Imágenes del poder. España a fines de la Edad Media**. Valladolid: Ambito ediciones, 1988.

SÁ, Isabel dos Guimarães. O rei à mesa entre o fim da Idade Média e o Maneirismo. in: BUESCU, Ana Isabel; FELISMINO, David (org.). **A mesa dos reis de Portugal: ofícios, consumos, cerimónias e representações: (séculos XIII-XVIII)**, Lisboa: Círculo de leitores, 2011.

SALAZAR Y ACHA, Jaime de. **Manual de Genealogía española**. Madrid: Ediciones Hidalguía, 2006.

SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio. La “ordinatio principis” en la España goda y postvisigoda. **Cuadernos De Historia De España**. v. 35-36, p. 5-36, 1962.

SANI, Giacomo. Propaganda. in: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, v. 1, 1998.

SCHMITT, Jean-Claude. **La raison des gestes dans l'occident médiéval**. Paris: Gallimard, 1990.

SCHMITT, Jean-Claude. Ritos. in. LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário analítico do Ocidente medieval**. Tradução: Hilário Franco Júnior, São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SELLES, Márcio Paes. **Entre a Corte e a Capela, o espetáculo como legitimação de poder e propaganda na dinastia de Avis**, 2005, Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

SEVILLA GONZÁLEZ, María del Carmen. Las nupcias de Catalina de Aragón. Aspectos jurídicos, políticos y diplomáticos. **Anuario de historia del derecho español**, n.86, p. 657-726, 2016.

SILVA, José Custódio Viera da. **Paços Medievais Portugueses**. Lisboa: IPPAR, 1995.

SILVEIRA, Aline Dias da. História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas. **Roda da Fortuna**, v. 8, n. 2, p. 210-236, 2019.

SILVEIRA, Aline Dias da. O Mediterrâneo Medieval Muçulmano na Formação dos Professores de História. in: VIANNA, Luciano José (org.). **A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na Educação Básica no século XXI: experiências nacionais e internacionais**, Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Idade Média (Séculos XI-XV). in: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História De Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

TAYLOR, Craig. War, Propaganda and Diplomacy in Fifteenth-Century France and England, in: ALLMOND, Christopher (org.). **War, Government and Power in Late Medieval France**, Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

TREMLET, Giles. **Isabel la Católica: La primera gran reina de Europa**. Barcelona: Debate. 2017.

VAL VALDIVIESO, Isabel del. La política exterior de la monarquía castellano-aragonesa en la época de los Reyes Católicos. Universidad de Valladolid. **Investigaciones históricas**, n. 16, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel, **The Modern World System**. v. 2, Porto: Edições Afrontamento. 1990.

WATSON, Gemma. Roger Machado, Perkin Warbeck and Heraldic Espionage. **The Coat of Arms**, n. 228, p. 51-68, 2014.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. O messianismo na legitimação simbólica de D. João I (1383-85/1433). **Politeia**, v. 6, n. 1, p.123-148, 2006.